

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**RIO DE JANEIRO – ANO 09 – Nº 25  
JANEIRO/ABRIL – 2004**

**R454**

**Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 9, nº 25, (jan.abr. 2003) – Rio de Janeiro : CiFEFiL. 151 p.**

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

**CDU 801(05)**

## EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Lingüística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

### Editora

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL)**

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br) e [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)

<b>Diretor-Presidente:</b>	Prof. Dr. José Pereira da Silva
<b>Vice-Diretor:</b>	Prof. Me. Vito César de Oliveira Manzolillo
<b>Primeiro Secretário:</b>	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
<b>Segundo Secretário:</b>	Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo
<b>Diretor de Publicações</b>	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
<b>Vice-Diretor de Publicações</b>	Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

### Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

**Redator-Chefe:** José Pereira da Silva

### Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Rosalvo do Valle
Flavia da Silva Pires	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

**Diagramação, edição e editoração:** José Pereira da Silva  
**Projeto de capa:** Emmanoel Macedo Tavares

### Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

**REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL**

[www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)

## SUMÁRIO

0.	EDITORIAL – José Pereira da Silva .....	05
1.	A ESTILÍSTICA DA REPETIÇÃO NO IAUARETÊ II - Carlos Alberto Gonçalves Lopes.....	07
2.	A ETIMOLOGIA, UM ESTUDO QUE ENCANTA - Miguel Barbosa do Rosário.....	23
3.	A TRA(D)IÇÃO DOS NOMES NA LAVOURA ARCAICA - Regina Céli Alves da Silva .....	38
4.	ALGUNS TERMOS DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA - Expedito Eloísio Ximenes.....	45
5.	AS DUALIDADES QUE ENVOLVEM O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS – Adilson da Silva Corrêia 62	
6.	ASPECTOS GRAFEMÁTICOS E CULTURAIS EM MANUSCRITOS DO SÉC XIX - Afrânio Gonçalves Barbosa e Círia da Silva Lima .....	71
7.	EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA - O VERNÁCULO ESCOCÊS EM THE ACID HOUSE, DE IRVINE WELSHDOC - Fabiana Júlio Ferreira .....	83
8.	INTERAÇÃO FACE A FACE EM UMA COMUNIDADE RELIGIOSA 02 - Cleide Emília Faye Pedrosa .....	90
9.	LINGUAGEM E IDENTIDADE NA LITERATURA BRITÂNICA - Ana Lucia de Souza Henriques e Amanda Beilfuss Moreira.....	105
10.	OS CONSULTÓRIOS GRAMATICAIS DA REVISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA AOS JORNAIS CONTEMPORÂNEOS - Regina Maria de Souza .....	114
11.	PRESENÇA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO DICIONÁRIO DA REAL ACADEMIA ESPANHOLA DA LÍNGUA - Ângela Mariana Chaves Ferreira .....	125
12.	UMA LEITURA LEXICOGRÁFICA DE DUAS CANTIGAS - Clarice Zamonaro Cortez e Maria Regina Pante.....	134
13.	CONVERSAS COM LINGÜISTAS – José Pereira da Silva.....	145
14.	SINTAXE PORTUGUESA PARA A LINGUAGEM CULTA CONTEMPORÂNEA - José Pereira da Silva.....	148
	INSTRUÇÕES EDITORIAIS .....	151

## EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo quinto número de sua *Revista Philologus*, com doze artigos, entre os quais, a maioria resultou de trabalhos apresentados no VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia (em 2002) e que, por motivos diversos, não puderam sair nos correspondentes números dos *Cadernos do CNLF*, e duas resenhas.

Dois desses artigos são conclusões dos que foram iniciados no número anterior: “A estilística de repetição no iauaretê” e “Interação face a face em uma comunidade religiosa”

Escreveram para este número os seguintes autores: Adilson da Silva Corrêia, Afrânio Gonçalves Barbosa, Amanda Beifuss Moreira, Ana Lúcia de Souza Henriques, Ângela Marina Chaves Ferreira, Carlos Alberto Gonçalves Lopes, Círia da Silva Lima, Clarice Zamonaro Cortez, Cleide Emília Faye Pedrosa, Expedito Eloísio Ximenes, Fabiana Júlio Ferreira, José Pereira da Silva, Maria Regina Pante, Miguel Barbosa do Rosário, Regina Celi Alves da Silva e Regina Maria de Souza.

A diacronia prevalece em quatro artigos: no segundo, no terceiro, no quarto, no sexto e no décimo segundo, não deixando de aparecer sutilmente em alguns outros.

A estilística não está presente apenas no primeiro artigo, mas também no quinto, no sétimo e no nono, apesar de não ser o foco principal dos seus autores.

A língua portuguesa é a que mais interessa nessa publicação, mas as línguas estrangeiras tiveram um enfoque especial, seja na base da sustentação teórica dos estudos diacrônicos do português, seja no desenvolvimento de reflexões específicas sobre a língua indígena iauaretê, sobre o vernáculo escocês, sobre a língua literária britânica ou sobre a presença do português num dicionário importante da língua espanhola.

O léxico foi ponto central dos estudos em diversos desses trabalhos, seja para mostrar sua produtividade a partir da repetição

(1º artigo), o encanto do estudo etimológico (2º artigo), a onomástica medieval (3º artigo), a terminologia lingüística (4º artigo), a grafia em manuscritos (6º artigo), a análise lexicográfica (11º artigo) e as reflexões diacrônicas e filológicas (12º artigo).

Este número inaugura uma nova fase da Diretoria de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, com o Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva na Direção e o Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques na Vice-Direção, num momento em que a associação produz quase duas dezenas de volumes publicados por ano, responsabilizando-se por três periódicos de circulação restrita entre os seus associados e amigos: a *Revista Philologus*, os *Cadernos do CNLF* e o *Almanaque CiFEFiL*, que, por serem publicações de uma associação científica sem fins lucrativos, são disponibilizados no domínio FILOGIA.ORG.BR, de livre acesso à comunidade filológica e lingüística internauta ([www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)).

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Rio de Janeiro, abril de 2003.

*José Pereira da Silva*

## A ESTILÍSTICA DA REPETIÇÃO NO *IAUARETÊ* (II)

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB)

### RESUMO

Lendo a novela atentamente pela primeira vez nota-se facilmente que a repetição, permeando toda a estória, tem função não só estética, mas também fabulativa. É o que tentaremos demonstrar em seguida, começando por discorrer sobre as contaminações onomatopéicas reiterativas, passando depois a apreciar a estilística do *não*, para finalmente explorar toda gama expressiva resultante do jogo reiterativo no *Iauaretê*.

**PALAVRAS-CHAVE:** repetição, onomatopéia e interjeição.

### A REPETIÇÃO NO *IAUARETÊ*

**Contaminações onomatopéicas reiterativas** — Na novela rosiana a linguagem se confunde com a própria estória, contaminada por sugestivas onomatopéias reiterativas a sugerir a presença constante da onça.

Voltando ao enredo temos, de noite, em volta de uma fogueira, o caçador, que, entre goles de cachaça e estórias do sertão, conta casos de onça para um forasteiro que se extraviou de seu grupo, a fim de fazê-lo dormir e, depois, aplicar-lhe um golpe. Só que, paralelamente à estória, afloram não só expressões onomatopéicas repetidas aqui e acolá, como também termos tupis que não aparecem aleatoriamente. Percebe-se, então, que o princípio dominante é o da metamorfose, e que “essa linguagem regida pelo princípio da metamorfose tem por função revelar-nos um mundo mítico” (RAMOS, *apud* LISBOA, 1966: 64).

O texto fica dessa forma salpicado de termos onomatopéicos e de expressões da língua tupi, repetidos intermitentemente, como que a preparar e anunciar a metamorfose.

De fato, enquanto o caçador conta para seu interlocutor estórias de onça, está também falando uma linguagem de onça alternadamente e repetitivamente, tendo tal recurso o efeito de criar o clima, a atmosfera da fábula.

Interjeições e expletivos, resmungos onomatopáicos [*sic*], interpolam-se desde o começo de sua fala (Hum?... Eh-eh... Á-hã... Hum-hum n'ti, n't... Ixe! Axi...) e se confundem ou se resolvem em monossílabos tupis incor-

porados ao discurso ('Sei acompanhar rastro... Ti... agora posso mais não, adianta não, aqui é muito lugaroso'). Esse *Ti* (como talvez o n't, n't, que aparece em outros pontos) será provavelmente o advérbio tupi de negação [...]. Noutras passagens, é o *quem* tupi (*Auá*) que reponta: 'Carará falava só bobagem. *Auá?* Carará chamado Curiuã...'; *Auá?* Nhoaquim Pereira Xapudo'. Estas partículas são como o fungar e o resbunar da onça, são o jaguanhenhém que toma conta do onceiro. (CAMPOS, *apud* XISTO, 1970: 74).

*Jaguanhenhém* com as variante *jaguarainhém* e *jaguaranhinhém* é um composto de origem tupi que significa *linguagem das onças*. A marca do jaguanhenhém é o vocábulo *nhem* repetido em todo o texto e que significa *falar*. Tal repetição caracteriza a fala do onceiro e prenuncia não a linguagem de um ser civilizado mas a de um bicho, porque o que caracteriza a linguagem do animal é a reiteração de sons idênticos desarticulados. Isso vai atingir o seu clímax quando a linguagem do onceiro se desarticula no final do texto:

Ui ui, mecê é bom, faz isso comigo não, me mata não... Eu — Macuncôzo ... Faz isso não, faz não... Heeé!... Hé... Aarrã... Aaãh... Cê me arrhoôu... Remuaci... Réiucáanacê... Araãã... Uhm... Ui... Ui... Uh... uh... êêêê... êê... ê... ê... (ROSA, 1985: 198).

Mais uma vez se constata, repetindo as palavras de RAMOS, (*apud* LISBOA, 1966: 64), que “conteúdo e forma são uma só realidade, harmonia que confere à obra literária o seu valor estético e universal”.

Por outro lado, não é sem propósito que aparece predominantemente em todo o texto, interposto e repetido, o vocábulo *nhem*, se atentarmos para o significado que lhe dá BUENO (1981: 773): “*nhenhém*, s.m. Resmungo; falatório interminável”. E a impressão que se tem ao ler a novela é exatamente esta: a de um falatório interminável sugerido ou reforçado pela reiteração do *nhem*.

É através do recurso estilístico da repetição denominado epífone que Rosa marca o tema da onça. São vocábulos repetidos nas quase quarenta páginas do texto, tais como: Hum, eh-eh, ã-hã, tiss, n't, eh, hã, nhem, atié, a-hé, ah, munhãmunhã, hã-hã, nenhem, humhum, tá-há, a-é, ã-ã, apê, ahã-hã, axi, nha-hem, nhã-ã, ai ai ai, miaumiã, arru-arru... arrarrúuuu...

O efeito que advém desses expressivos recursos onomatopéicos é o do animal selvagem a martelar o texto, efeito esse que corre paralelo à linguagem coloquial e inteligível do narrador que vai des-



fiando os seus *causos*.

Não pode passar despercebida também a repetição da expressão bom bonito, epífone que contamina o texto com o *pensamento* da onça, porque, segundo o próprio narrador, a onça pensa que tudo está bom e bonito. E nada mais adequado para expressar tal pensamento do que a reiteração intermitente da expressão *bom, bonito* que aparece também ao lado de sua equivalente tupi *porã-poranga*. Por outro lado, o efeito provocado pela aliteração do fonema bilabial oclusivo /b/ e dos outros fonemas que o acompanham, assim como pelo ritmo marcado pela pausa entre os dois vocábulos, sem falar na sucessão de sílabas fortes e fracas, sugere o galopar da onça ao encalço da presa.

**A riqueza estilística do NÃO** — Longe de ser um cacoete, a repetição no *Iauaretê* é uma marca da linguagem coloquial sertaneja a qual Guimarães Rosa soube muito bem interpretar. De fato, ninguém melhor do que ele explorou artisticamente uma das características dessa linguagem, como é o caso do emprego expressivo do NÃO, conforme podemos constatar abaixo:

- A) “Eu tomo suas coisas **não**, furto **não**.” (160)
- B) “Ti... agora posso **não**, adianta **não**...” (161)
- C) “**Não**, isso eu **não** conto.” (169)
- D) “Posso **não**, **não** devia.” (172)
- E) “Eh, juro pra mecê: matei mais **não**! **Não** mato.” (172)
- F) “Nhor **não**, disse **não** sei **não**.” (176)
- G) “Agora eu **não** mato mais **não** ...” (177)
- H) “Hum, agora eu vou conversar mais **não**, proseio **não**, **não** atijo o fogo.” (178)
- I) “Mas **nem não** veio, **não**.” (184)
- J) “De noite eu fiquei mexendo, sei nada **não**, mexendo **por** mexer, dormir **não**, podia, **não**; que começa, que **não** acaba, sabia **não**, como é que é, **não**.” (187)
- K) “Hum. É. É **não**. Eh, n’t, n’t... Axi... É. Nhor **não**, sei **não**.” (191)
- L) “Nhor **não**, tou agravado **não**, revólver é seu...” (191)
- M) “Mas mão minha bota caipora **não**, pa! — sou mulher **não**. Eu pa-

nema **não**, eu — marupiara. [...] Eu falo mentira **não**...” (191)

- N) “Nhô Nhuão Guedes justou, pra ficar no despois, pra matar as onças todas, mor d’eu **não** querer matar onça **nenhuma** mais **não**.” (191)
- O) “Hum, eu — **não** mesmo **não** .” (191)
- P) “**Não** dava nada, **não**...” (194)
- Q) “**Nem não** têm roupa mais pra vestir, **não**...” (170)
- R) “Padre, **não**, missionário, **não**, gosto disso **não**, **não** quero conversa.” (180)

Só um estudo em profundidade acerca da reiteração do NÃO, acompanhado de um comentário pertinente sobre os matizes estilísticos dessa partícula negativa no texto, justificaria um outro ensaio dissertativo.

Pode-se, a princípio, até falar numa estilística do NÃO, porque em relação e esse termo, assim como em relação aos demais termos empregados pelo autor do *Grande Sertão: Veredas*, não se pode falar de acaso, porque cada palavra, cada vírgula, cada estrutura frasal, tem sua razão de ser.

Em A, por exemplo, temos um caso típico de reiteração da partícula negativa que consiste em afirmar primeiro, para negar tudo que foi dito anteriormente por último, com um NÃO contrastante; e, logo a seguir, repetir o já dito com um sinônimo seguido de um NÃO enfático: “Eu **tomo** suas coisas **não**, **furto não**”. O efeito que essa epístrofe expressa é não só o de persuasão como também o de realce, recurso muito expressivo próprio do linguajar sertanejo. Algo similar ocorre em B.

Em C deparamo-nos com uma diácope. O NÃO, colocado no início da frase, como que para anunciar a negação do que se vai dizer, é reforçado com a sua repetição após a intercalação do pronome demonstrativo acompanhado do pronome pessoal, deixando-se, assim, impresso na mente do destinatário, uma negação bastante expressiva: “**Não**, isso eu **não** conto”.

Em E temos uma belíssima anadiplose de efeito rítmico e semântico bastante significativo. A primeira oração termina com um NÃO contrastivo enquanto a segunda retoma a partícula negativa para, dessa forma, provocar um expressivo realce, que é acentuado pelo

emprego de tempos verbais distintos (presente e futuro): “Eh, juro pra mecê: matei mais **não!** **Não** mato”. Fato similar ocorre com o exemplo D: “Posso **não, não** devia”.

Em F a ênfase reiterativa é ainda maior, porque temos um caso de tríplice negação. O mesmo pode-se dizer quanto aos exemplos H, I e N. O efeito resultante é o de amplificação. Um **NÃO** já causa um razoável impacto no ouvinte; maior impacto causará se ele for multiplicado. E tal multiplicação atinge o clímax no exemplo J: “De noite eu fiquei mexendo, sei nada **não**, mexendo por mexer, dormir **não** podia, **não**; que começa, que **não** acaba, sabia **não**, como é que é, **não**”. Observa-se aqui que a partícula negativa aparece, numa sequência de grupos de força, em posições variadas, marcando o ritmo e concorrendo, no final, com o vocábulo **QUÊ**, de forma bastante original e sugestiva.

Em I temos no meio da oração uma repetição negativa seguida de um **NÃO** peremptório bastante significativo, após uma intercalação verbal e uma pausa enfática assinalada por vírgula: “Mas **nem não** veio, **não**”. A pausa aqui concede maior força à negação.

Em H e R há notável efeito expressivo com o jogo reiterativo resultante da associação da epístrofe com a anadiplose. Observe o exemplo R: “Padre, **não**, missionário, **não**, gosto disso **não, não** quero conversa”.

Em L temos um tipo comum de repetição que é a epístrofe. Todavia, colocada a partícula negativa reiterada no final, após uma afirmação, isso provoca um certo estranhamento e revela um aspecto próprio do linguajar coloquial sertanejo dos Gerais: “Nhor **não**, tou agravado **não**”.

Em O temos uma diácope bastante enfática e nos casos P e Q um tipo de epanalepse de notável efeito rítmico e expressivo, pela pausa que antecede o **NÃO**.

Em tempo, vale observar que a lição de certos gramáticos ensina que duas negativas levam a uma afirmativa, o que não corresponde à verdade observável na fala popular do narrador, onde o acúmulo de negativas tem valor intensificador, conforme nos diz SAID ALI (s.d.: 198):

Quanto à presença, dentro da mesma oração de outros termos negativos

além da palavra NÃO, é fácil de ver que não anda o raciocínio dos homens cultos bem emparelhado com o sentimento popular. Para o povo, o acúmulo de negativas indica reforço. Entende a gente de letras pelo contrário, que negar o negado equivale a afirmar.

**A primazia da reduplicação** — Portador de uma sensibilidade artística ímpar, Rosa percebeu na expressão oral do matuto mineiro o fenômeno da reduplicação binária como uma característica típica da fala coloquial sertaneja. E é por isso que há um predomínio de epizeuxes no texto, marcando o discurso do narrador mestiço. Guimarães Rosa, porém, ao empregar a epizeuxe não foi repetitivo, porque soube transformar a fala coloquial do sertanejo, reinventando-a esteticamente. É por isso que vamos encontrar em sua narrativa um jogo original e criativo de repetições. Ocorre que ele beneficiou-se desse processo intensificador, aproveitando-o como veículo de outros elementos da intuição criadora, conforme pode ser verificado nos excertos transcritos abaixo:

“Chega, **olha, olha**, não tem licença de cansar de olhar...” (168)

“Cê **olha, olha** — ela acaba de comer...” (169)

“Morreram, eles três, morreu **tudo, tudo**” (170)

“Urucuera piou, sapo **tava, tava**...” (174)

“... os olhos lumiavam — **pingo, pingo**...” (174)

“Também, eu nesse tempo eu já tava **triste, triste**...” (175)

“... afora as pintas ela é amarela, **clara, clara**.” (175)

“Pele que brilha, **macia, macia**.” (175)

“...como é que ela **lambe, lambe**, e não rasga com a língua o filhotinho dela?” (176)

“Fico bêbado só quando eu bebo **muito, muito** sangue...” (176)

“A onça Putuca, **velha, velha**, com costela alta, vivia passando fome...” (178)

“Fico **calado, calado**.” (178)

“**Eu** — **eu** vou no rastro.” (179)

“Amigo meu! Arco, **frecha, frecha** longe.” (181)

“Mecê é **ruim, ruim**, feio.” (181)

“Nado, **muito, muito**.” (182)

- “Eu fico **quieto, quieto**” (182)
- “Pai do menino pequeno era sitiante, pegou espingarda, foi atrás de onça, **sacaquera, sacaquera.**” (183)
- “Mãe minha bugra, **boa, boa** pra mim...” (186)
- “Mecê já viu onça com as oncinhas? Viu não? Mãe **lambe, lambe...**” (186)
- “Vem chuva, **chove, chove**” (187)
- “Tiaguim falou que eu era **mole, mole**, membeca.” (187)
- “Maria-Maria, **veio, veio.**” (187)
- “Preto morreu, eu peguei em retrato [...] levei pra longe, escondi em oco de pau. **Longe, longe...**” (188)
- “Saí, **calado, calado**, devagar...” (190)
- “Tirei o de-comer, **todo, todo...**” (190)
- “O dia todo, ele chorava, **percurava, percurava**, não tava acreditando.” (190)
- “... ele falou, me **gritou, gritou**, valente mesmo.” (193)
- “**Empurrei, empurrei**, foi só um tiquinho...” (193)
- “Mas ele era que **dormia, dormia**, o dia todo.” (194)
- “Axi, aí deixei **não**: atochei **folha, folha**, lá nele, boca a dentro.” (194)
- “**A’bom, a’bom**, eu conto, mecê é meu amigo.” (195)
- “...era lua dele não, só **ria, ria**, não gritava.” (195)
- “**Maria-Maria** é careteira [...] pula de lado, pulo frouxo de onça, **bonito, bonito.**” (197)
- “Mexo não, tou **quieto, quieto...**” (198)
- “**Tira, tira** revolver pra lá!” (198)
- “**Atié! Atié**, que ele comia, comia, só queria era comer...” (190)

Dentre as reduplicações, as mais frequentes são as listadas acima, isto é, o redobro, de forma binária, em que a palavra se projeta além de si, como uma sombra, como um eco que, em termos estéticos, se explica ou por um impulso natural de reforço ou por necessidade de entoação e de ritmo.

Observa-se facilmente terem quase todas elas uma propriedade intensificadora. Algumas repetições nominais, porém, criam uma concreção, dá ao nome matizes especiais de coloração afetiva e de

sonoridade que prolonga a enunciação do mesmo, reavivando-lhe o sentido: “Pele que brilha, **macia, macia**”. As repetições verbais, contudo, não produzem o mesmo efeito estilístico dos nomes, porque não só intensificam o movimento como também indicam dinamismo ou continuidade de ação: “Mecê já viu onça com as oncinhas? Viu não? Mãe **lambe, lambe...**”

Quanto à triplicação, mais escassa no texto, difere da duplicação em termos de grau, visto que, prolongando-se o processo reiterativo por mais tempo, obtém-se mais amplitude de intensificação e sugestão:

“Se algum macho vier, eu **mato, mato, mato...**” (176)

“Mas a Pé-de-Panela tinha **comido, comido, comido...**” (183)

“Ói: abre os olhos: ela **vem, vem, vem...**” (185)

“Quando tem um preto numa comitiva, onça vem acompanhando, seguindo escondida, por escondidos, **atrás, atrás, atrás**, ropitando, tendo olhos nele.” (189)

“A’ pois, **vamos, vamos, vamos...**” (196)

“Ela **riu, riu, riu...** (196)

“...tem um esturro danado de medonho, cê escuta, cê **treme, treme, treme...**” (178)

De notável efeito expressivo são as reduplicações de grupos de palavras que, por peculiaridades próprias, merecem destaque. Em vez de palavras distintas temos um grupo de palavras que se repete, desdobrando-se como uma onda sonora:

“Onça é **meu parente. Meus parentes, meus parentes**, ai, ai, ai...” (162)

“...só ficava deitado, em rede, no capim, **dia inteiro, dia inteiro.**” (194)

“Não deixei ela arrebitar as orelhas: **por isso, por isso**, pum!” (165)

“...é **uma, é uma**, eh, pode ser...” (169)

“...cabelo meu ficou fedendo aquela catinga, **muitos dias, muitos dias...**” (173)

“Aí, me deu **aquele frio, aquele friiiiu**, a câimbra toda...” (197)

“**X’eu ver, x’eu ver** já...” (193)

“Olhei preto Bijibo comendo, ele lá com aquela alegria doida de comer, **todo dia, todo dia**, enchendo boca, enchendo barriga.” (190)

Finalmente, encerramos esta parte reportando-nos à reduplicação onomatopéica que tem por função imitar o som natural da coisa significada:

“Dinheiro bom: **glim-glim**” (163)

“...vai entrando e saindo, mancinho, **pô-pu**.” (168)

“**Oh ho! Oh ho!**” (169)

“**Suu-Suu** é jagaretê-pixuna...” (178)

“Assanham, **urram, urram**, miando e roncando...” (179)

“É só **arru-arru**... arrarrúuuu...” (179)

“**Miei, miei**, jaguarainhém, jaguaranhinhén...” (180)

Conforme ficou fartamente exemplificado observamos que ao se confrontar uma palavra com a mesma palavra o seu conteúdo torna-se espesso, tal como uma sombra sobre outra sombra ou uma demão de tinta sobre outra demão de tinta. Outrossim, a repetição epizêutica produz uma palavra longa e, segundo PIGNATARI (1969: 55), “as palavras mais breves, mais utilizadas, informam menos, enquanto as mais longas, menos usuais, possuem maior taxa de informação”.

**Anáforas X epístrofes** — A anáfora e a epístrofe são duas figuras antitéticas, porque enquanto na anáfora temos a repetição (de uma mesma palavra ou expressão) no começo de períodos ou membros de frase, na epístrofe temos também repetição, só que no fim de períodos ou membros de frases.

No *Iauaretê* aparece apenas uma epístrofe, que é a seguinte:

“Eh, fazia **nada**, caçava **nada**...” (194)

Por outro lado, o número de anáforas é mais de dez vezes maior do que o de epístrofes, fato esse que talvez se explique pelo tom coloquial da narrativa.

De emprego sugestivo no *Iauaretê*, a anáfora, ao retomar o termo inicial, conota, muitas vezes, uma imagem visual e ao mesmo tempo dinâmica das coisas, mediante as voltas sucessivas do vocábulo repetido:

“**Tenho** dela hoje não. **Tenho** nenhum.” (160)

- “**Morreu**, por aí, **morreu** de doença.” (161)
- “**Tem** carne, **tem** mandioca.” (161)
- “**Comprava** sal, **comprava** espoleta” (163)
- “**Vai** matando, **vai** comendo, **vai**...” (169)
- “**Tou** bom, **tou** calado.” (169)
- “Tava de barriga cheia, **lambía** as patas, **lambía** o pescoço” (174)
- “**Mata** um, **mata** bonito!” (185)
- “**Amarrei** ligeiro, **amarrei** perna, **amarrei** braço.” (194)
- “Eh, **tá** de noite, **tá** escuro...” (194)
- “Onça pensa só uma coisa — é que tá tudo bonito, bom, bonito, bom, sem esbarrar [...] e vai pensando assim, enquanto **tá** andando, **tá** comendo, **tá** dormindo, **tá** fazendo o que fizer...” (188)

Nesse último exemplo a repetição do verbo assume caráter descritivo e quase toda a série adquire sentido de movimento.

**O efeito contrastivo das conversões** — No Iauaretê, as conversões são originalíssimas e em quase todos os casos encontrados a partícula negativa está presente. Observa-se aí que o jogo lúdico dos vocábulos serve para acentuar uma única idéia não só mediante a reiteração, mas principalmente através do efeito sonoro contrastivo da repetição invertida, isto é, de trás para diante:

- “Eu **não mato** mais onça, **mato não**.” (163)
- “Não, isso eu **não conto**. **Conto não**, de jeito nenhum...” (169)
- “Pintas, que nenhuma **não é preta** mesmo **preta, não**” (175)
- “Eu **queria** ter raiva dele **não, queria** fazer nada **não, não queria, não queria**.” (194)
- “Uma hora, deu **aquele frio, frio, aquele**, torceu minha perna...” (196)

Curioso é o penúltimo exemplo de dupla conversão que produz notável efeito enfático: “... **queria** [...] **não, queria** [...] **não, não queria, não queria**”.

**Derivações originais** — Peculiar ao estilo de Guimarães Rosa, a derivação (ou poliptoto) consiste na repetição da palavra com



alteração de sua forma ou flexão. No *Iauaretê*, apesar da baixa frequência, os casos de poliptoto encontrados são originalísimos. Vejamos:

“Eu **agüento** calor, **güento** frio” (162)

“... pode me dar canivete e **dinheiro, dinheirim**” (164)

“Onça **nada**? Eh, bicho **nadador**” (165)

“... arruma as pernas, toma o açoite, e **pula, pulão!** — é bonito” (169)

“Já tá na derradeira, e inda **mata**, vai **matando**...” (171)

“Ela me **cheirou, cheira** — **cheirando**...” (174)

“Ela repuxava o olho, dormindo. **Dormindo** e **redormindo**...” (174)

“Atié! Atié, que ele comia, **comia**, só queria era **comer**...” (190)

O poliptoto tem o efeito não só de realçar uma idéia como também de expressar variações múltiplas dessa idéia, como podemos verificar nesta belíssima derivação: “Ela me **cheirou, cheira** — **cheirando**...” Ao dinamismo verbal se sobrepõem matizes aspectuais do verbo **cheirar**, numa série bastante sugestiva.

**Retomando o fio da meada com anadiploses** — Na anadiplose, a última palavra ou expressão de uma oração é a primeira da oração seguinte. No *Iauaretê*, a maioria das anadiploses encontradas é muito enfática, pela peculiaridade de ocorrer a repetição após uma pausa incisiva, assinalada por um ponto:

“Cê pode sentar, pode deitar no **jirau. Jirau** é meu não.” (160)

“Também não quero **cachorro. Cachorro** faz barulho, onça mata.” (163)

“Ela repuxava o olho, **dormindo. Dormindo** e redormindo.” (174)

“Mecê **tem medo? Tem medo** não?” (181)

“Lá por perto, vi **rastro. Rastro** redondo...” (192)

“Eu falei: eu ajudava, **levava. Levava** até na Vereda da Conção...” (196)

“Sitante foi buscar os **cachorros, cachorros** deu barroado, acharam a onça.” (183)

“Eh, fico frio, **frio. Frio** vai saindo de todo mato em roda...” (187)

“Cê pode encostar a cabeça no **surrão, surrão** é de ninguém não, surrão era do preto.” (188)

Ao retomar o fio da meada com anadiploses, o narrador não só se expressa num tom coloquial, bem ao gosto dos contadores de estórias do sertão, como também realça o seu pensamento, ao mesmo tempo em que, construindo períodos curtos sem nexos conjuntivos, prende a atenção do ouvinte.

**Estranhamentos provenientes de diácopes** — No *Iauaretê*, o autor consegue, com o seu jogo repetitivo, criar algumas diácopes muito insólitas e estranhas:

“Pra **eu** nunca **eu** ter medo.” (166)

“Nhor sim, eu **gosto** de gente **gosto**.” (168)

“Também, **eu** nesse tempo **eu** já tava triste, triste...” (175)

“Mecê bom-bonito, **meu** amigo **meu**...” (178)

“Mãe boa, bonita, me dava comida, me dava de comer **muito** bom, **mu-**  
**to**, montão...” (181)

“Me deram **comida**, cachaça, **comida**.” (183)

“Falou que eu era **bonito**, mais **bonito**” (195)

“Onça pensa só uma coisa — é que tá tudo **bonito**, **bom**, **bonito**, **bom**, sem esbarrar.” (188)

Pelos exemplos supracitados nota-se que o jogo repetitivo produz dois efeitos: ênfase e estranhamento.

Considerando que a diácope consiste na repetição de um ou mais vocábulos com a interposição de outro(s), destacamos este curioso e expressivo caso de dupla diácope em **X**, isto é, cruzada: “... tá tudo **bonito**, **bom**, **bonito**, **bom**...”

**O eco resultante da palilogia** — A palilogia consiste na repetição integral de uma frase ou de um verso. Pode produzir o efeito de eco, principalmente quando ocorre no fim do período e/ou servir para destacar a frase que se repete, conforme ilustram os casos infracitados extraídos da obra em apreciação:

“**Tá bom**, **tá bom**, não falei nada, não falei.” (166)

“Escancara boca, escarra medonho, **tá rouca**, **tá rouca**” (171)

“**Tou alegre**, **tou alegre**...” (180)

“Falei que todo o mundo tinha morrido comido de onça, que ela carecia de ir s’embora de mudada, naquela mesma da hora, **ir já, ir já**, logo, mesmo.” (196)

“Cê deixa eu pegar com minha mão [...] A-nhã, **não deixa, não deixa?**” (191)

“Ah, mas isto eu não conto, **que não conto, que não conto**, de jeito nenhum!” (195)

“**Não pode gritar, não pode gritar...**” (195)

“Mecê desarreia cavalo, **eu ajudo**. Mecê peia cavalo, **eu ajudo...**” (160)

Merece destaque o seguinte exemplo de palilogia: “Ah, mas isto eu não conto, **que não conto, que não conto**, de jeito nenhum!”. Aqui, a partícula *quê*, expletiva, amplia o efeito intensificador da repetição. Além disso, o estranhamento resultante da presença de um **quê** que não liga nada a nada é expressivo.

**Epímone, símploce e ploces** — Epímone é a repetição de um mesmo vocábulo para se obter ênfase. No *Iauaretê*, encontramos um exemplo de epímone que comunica idéia fixa expressa pelo verbo matar. A repetição insistente e contínua evidencia essa idéia fixa:

“Aaã! Mecê já **matou** gente como ele? **Matou**, a’pois, **matou?** Por quê não falou logo? Á-hã, **matou**, mesmo. **Matou** quantos? **Matou** muito?” (197)

Quanto à símploce, resultante da simultaneidade da anáfora e da epístrofe, isto é, repetição de um vocábulo ou expressão no começo e fim de períodos ou membros de frases, encontramos no *Iauaretê* apenas um caso:

“**Quero** canivete **não**. **Quero** dinheiro **não**.” (164)

Apesar de único, esse é um caso bastante significativo não só pelo efeito antitético e contrastivo resultante do fato de se afirmar primeiro para se negar por último, muito ao gosto da linguagem sertaneja, com o advérbio **não** posposto ao verbo, como também pela reiteração do fenômeno estético, com um explícito propósito intensificador, sem falar no paralelismo da construção.

Finalmente, encontramos ploces, ou seja, palavra (ou expressão) no meio de frase ou oração, repetida no princípio ou no fim de outra, nos seguintes trechos:

“Sei **andar** muito, demais, **andar** ligeiro” (163)

“Onça Pé-de-Panela **tinha matado** o menino pequeno, **tinha matado** uma mula.” (183)

“Enterraram o sitiante junto com o menino pequeno filho dele, o que so-brava, eu **fui** lá, **fui** espiar.” (183)

“Pé-de-Panela **rebentou** o sitiante, **rebentou** cabeça dele...” (183)

“Mãe boa, bonita, **me dava** comida, **me dava** de comer muito bom, mui-to, montão...” (181)

“Eu **viro onça**. Então eu **viro onça** mesmo, hã.” (184)

## CONCLUSÃO

Poderíamos continuar este estudo por mais algumas páginas, porque quem começa a estudar Guimarães Rosa descobre que sua prosa constitui um filão lingüístico inesgotável, mas o que foi dito até aqui é suficiente para revelar a grande riqueza estilística da repetição. Vimos também que a repetição se justifica como uma luta pela expressão, nessa ânsia de superar o indizível, de dizer bem além dos limites da palavra, em que se busca adequar o que se quer dizer com a coisa dita, em termos poéticos, e também como uma preocupação por representar amplificadamente e com relevo toda uma gama de emoções e sentimentos não possível de ser representada apenas por uma palavra.

Ao reiterar, o prosador busca não só extrair o máximo de cada termo, mas também provocar um efeito acústico e rítmico especial, quando não onomatopéico, coloquial ou lúdico e, por que não dizer, mágico.

A repetição tem, em Guimarães Rosa, uma função que ultrapassa os limites da mera intensificação vocabular para se consubstanciar numa forma de expressão translingüística, mas com a língua, mediante a palavra dinamizada no contexto narrativo. Sem romper com a língua, Guimarães Rosa soube enriquecê-la, acrescentando-lhe novas possibilidades expressivas, e conseguindo com isso notável resultado estético.

Para não ser monótono, Rosa soube jogar com vários tipos de repetição de uma forma originalíssima, apesar do predomínio da duplicação na novela *Meu Tio o Iauaretê*, mas até nisso ele foi

exemplar, porque soube empregá-la esteticamente e, se a priorizou, não foi sem motivo, visto que a reduplicação pertence à linguagem coloquial e, para ser verossímil, o personagem-narrador (bugre) só poderia se expressar nessa linguagem.

#### BIBLIOGRAFIA

- BOUSOÑO, Carlos. *Teoría de la expresión poética*. Madrid: Gredos, 1956.
- BRAIT, Beth (org.). *Guimarães Rosa*. São Paulo: Abril Educação, 1982.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 11ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1981.
- CASTRO, Nei Leando. *Universo e vocabulário do grande sertão*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.
- CÍCERO. *De L'Orateur*, livre troisème. Paris: Les Belles Lettres, 1930.
- COUTINHO, Eduardo de Faria (org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Fortuna Crítica).
- DA CAL, Ernesto Guerra. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- DANIEL, Mary Lou. *João Guimarães Rosa: travessia literária*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.
- DEFINA, Gilberto. *Teoria e prática de análise literária*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FLUSSER, Vilém. *Da religiosidade*. São Paulo: Cons. Est. Cultura, 1967.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- LISBOA, Henriqueta *et alii*. *Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: UFMG, 1966.

- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Processos de intensificação na norma urbana culta de Salvador*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- MACEDO, Tânia. *Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1988.
- MARQUES, Oswaldino. *A seta e o alvo*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1957.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1989.
- PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- REHFELDT, Gláudio Kuak. *Monografia e tese*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.
- . *Estas estórias*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos [s.d.]
- TAVARES, Hênio Último da Cunha. *Teoria literária*. 4ª ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1969.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Drummond*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.
- XISTO, Pedro *et alii*. *Guimarães Rosa em três dimensões*. São Paulo: Cons. Est. Cultura, 1970.
- WARD, Teresinha Souto. *O discurso oral em Grande Sertão: Verdades*. São Paulo: Duas Cidades/INL, 1984.

## A ETIMOLOGIA, UM ESTUDO QUE ENCANTA

Miguel Barbosa do Rosário (UFRJ e UNESA)

### RESUMO

A investigação do mundo das palavras é um exercício sobremaneira prazeroso. Ela requer, no entanto, por parte do investigador, o conhecimento das regras de mudança sonora, que lhe permitirão perceber os vínculos formais e semânticos das palavras, no curso de sua evolução histórica.

Para a exemplificação dos fenômenos, examina-se o conto de J. Guimarães Rosa, o *Famigerado*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etimologia; Metaplasmos; Gramática histórica

Quando nos deparamos com uma palavra desconhecida, quer na escrita, quer na fala, ocorre-nos, de imediato, o desejo de saber o seu significado. É natural querermos saber o sentido daquela palavra que nos pareceu estranha. Frequentemente, o contexto em que a mesma foi usada costuma esclarecer seu sentido. De fato, como afirma Mauricio Gnerre, em seu notável livro, *Linguagem, escrita e pode* (GNERRE, M. 2001, p. 19): “as palavras não têm realidade fora da produção lingüística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas.”

Elas, as palavras estão armazenadas, guardadas em nossa mente. É o que Carlos Miotto *et alii*, em seu *Manual de Sintaxe* (MIOTTO, C. 2000, p. 84), chamam de léxico mental. Miotto *et alii*, em seu *Manual*, abordam a língua sob a perspectiva da gramática gerativa. Como se sabe, a hipótese gerativista é a de que o ser humano vem dotado geneticamente para o aprendizado de qualquer língua. Para o domínio desta ou daquela língua, basta que a criança ative a dotação genética que recebeu ao nascer. Ninguém precisa ensinar-lhe a falar; ela, de forma natural, com o passar dos anos, em convívio, primeiramente com seus familiares, posteriormente com seus amigos, desenvolverá sua capacidade de expressão oral. Aos quatro, cinco anos, ela terá internalizado as regras gramaticais de sua língua, as quais são processadas de forma inconsciente; essas regras ficam armazenadas em seu cérebro. Condições sociais e econômicas, relações familiares, escolas de boa ou má qualidade permitirão a essa criança a potencialização de seu desempenho lingüístico. Nesse sentido, pois, a criança já vem marcada socialmente, desde o seu nasci-

mento, quanto a esse seu desempenho lingüístico. Alguns conseguem romper esse ferrolho, esse bloqueio. É que a “linguagem”, no entender de Mauricio Gnerre (GNERRE, M. 2001, p. 22), “constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder.”

Independentemente de ser ou não fluente em sua própria língua nativa, independentemente de ter ou não domínio da modalidade culta da mesma, o falante não tem consciência explícita de sua língua. É o que nos diz Waldemar Ferreira Netto (FERREIRA NETTO, W. 2001, p. 26), em *Introdução à fonologia da língua portuguesa*:

Ora, os falantes não pensam rotineiramente sobre sua própria língua, eles apenas a usam. É oportuno lembrar, continua o autor, que Bakhtin chamou a atenção para o fato de que o falante não tem consciência da materialidade do sistema. A língua materna é formada só de idéias, só de emoções, pois segundo ele “não são palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis”.

Esse mesmo raciocínio desenvolve Mário A. Perini em *Gramática Descritiva do Português* (PERINI, M. A. 2001, p. 52/53):

Deve-se entender a gramática como um conjunto de instruções que o falante da língua domina implicitamente – ele sabe muito bem pô-las em ação, ao julgar a boa ou má formação de uma frase ou de uma palavra. Mas isso não quer dizer que ele tenha consciência dessas instruções, não mais do que tem consciência dos processos de sua digestão ou circulação. É um mecanismo que ele põe em funcionamento de maneira automática.

De fato, passa despercebido do falante o uso que o mesmo faz da língua. Somente quando se debruça sobre as formas usadas é que o estudioso se depara com a riqueza incomensurável que é o falar humano, quer no nível sonoro, lexical, sintático, semântico.

Notaram que empreguei o termo incomensurável? No processo de elaboração de minhas reflexões sobre a temática proposta, surgiu o termo incomensurável. Sabemos o que significa, mas, muitas vezes, não nos contentamos apenas com o significado, queremos ir além, queremos buscar aquilo que, conforme veremos, ao longo deste trabalho, Guimarães Rosa chamou de caroço, o sentido intrínseco da palavra, o verivérbio.

Examinemos, pois, incomensurável.

Para quem tem o domínio da modalidade culta da língua, não



é difícil perceber os elementos constitutivos da mesma, a saber, o radical *mensur*, que aparece, no verbo *mensurar*, a vogal temática *a*, o sufixo formador de adjetivos *-vel*, e os prefixos *in-* e *co-*. Em termos do português atual, paramos por aqui. Não é possível continuar a separação dos elementos, a não ser que se queira voltar no tempo. Se se fizer essa volta no tempo, verificar-se-á que *mensurar* provém do verbo latino *mensurāre*, que significa medir, que *mensurāre*, por sua vez, se prende a *mensūra*, medida, que *mensūra* é originário de *metiri* “medir”, cujo particípio passado é *mensus*. Além de *mensurar*, *mensura*, há, ainda, em português, a forma *mesura*, originária também de *mensūra*.

Ao fazermos essas aproximações, estamos investigando a origem da palavra, sua etimologia. Etimologia, palavra de formação grega significa estudo do verdadeiro, de etimo- “verdadeiro” e *-logia* “estudo”. Em latim, esse termo foi vertido por Cícero para *ueriloquium* “maneira de falar verdadeiro”. Em português, o sempre notável escritor Guimarães Rosa, no conto *Famigerado*, cunhou o termo *verivérbio*, que traduz exatamente o que se entende por etimologia. Etimologia, pois, é a disciplina que busca estabelecer a origem formal e semântica de uma unidade lexical. É importante frisar que não basta apenas o aspecto semântico, muitas vezes enganador, é necessário também que haja o vínculo formal.

Examine-se, por exemplo, a palavra *charme*, cuja origem remota é o latim *carmen*, que tem o sentido de poema, verso, encantamento. O *c* (*k*) inicial latino antes das vogais *a*, *o*, *u*, conforme nos explica E. Williams, em *Do latim ao português*, trad. de Antonio Houaiss (WILLIAMS, E. 1975, p. 71) evolui para *c* (*k*) em português, como em *cantare* > *cantar*, *colore(m)* > *cor*, *cura(m)* > *cura*.

Ao se examinar o sentido de *carmen*, em latim, verifica-se que um dos sentidos da palavra se manteve na derivada *charme*. A questão semântica está, então, satisfatoriamente resolvida. No plano formal é que se encontra a dificuldade, já que, como se viu, o fonema *c* (*k*) inicial latino evolui para *c* (*k*) em português. Esse fato torna evidente que a palavra *charme* não proveio diretamente do latim. De fato, ela entrou no português através de outra língua, no caso, através do francês *charme*. Em francês, essa evolução do *k* para *ch*, nesse contexto, é regular. É o que se observa, por exemplo, em chefe, proveniente de *caput*, *cher*, de *caru(m)*. É necessário, pois, conhecer os

mecanismos de evolução histórica da língua para se poderem traçar com segurança as modificações ocorridas ao longo dos tempos.

Veja-se o caso curioso das palavras feitiço e fetiche. Ambas, segundo o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, são provenientes do latim *faciticiu(m)*, que significa artificial, não natural. A forma portuguesa feitiço tem sua evolução natural, a partir da vocalização do *c*, da assimilação do *a* ao *i*, a mudança da seqüência *-ciu* em *-ço*. Já fetiche, informa-nos A.G.Cunha, é palavra francesa proveniente do português feitiço. Depois de ter contribuído, portanto, para a criação da palavra francesa fetiche, o português recorre ao francês para tomar-lhe emprestado o termo fetiche, que tem traços semânticos que a aproximam de feitiço, mas desta se diferencia por necessidade de especialização semântica.

Além do aspecto semântico e formal, há que se verificar ainda, se possível, em que século ou ano a palavra ingressou na língua. Para feitiço, por exemplo, A. G. Cunha nos informa que sua datação é do séc. XV. Já fetiche aparece registrada pela primeira vez apenas em 1873.

Verifica-se, assim, que, freqüentemente, é possível não só traçar a evolução de uma palavra, determinar-lhe a etimologia, mas também saber-lhe o trajeto cronológico. E com a história da palavra caminha também a história do homem, da sociedade.

Há aquelas que ingressam na língua, mas desaparecem, so-mem, como aconteceu, por exemplo, com a preposição *per*, que no português atual só aparece em combinação com o artigo definido *o*, *a*, *os*, *as*: *pelo*, *pela*, *pelos*, *pelas*. Parece mesmo que alguns falantes estão perdendo a consciência dessa combinação do artigo com a preposição. Vejamos a seguinte frase: “É esta a nossa fé que nos faz rezar pelos os que o Senhor levou.” Chamou-me a atenção o *pelos os*, já que o mesmo vem impresso num lembrete de uma Paróquia sobre missa que seria rezada em intenção da alma de uma pessoa. Para o autor da frase, o artigo não está presente em *pelos*. De qualquer forma, o desaparecimento de *per* oferece dificuldade em termos de descrição do português atual.

A palavra *homem*, no português antigo, além de ter o sentido que hoje tem, era um pronome indefinido. Com esse valor, aparece,

ainda, na Carta de Pero Vaz de Caminha (PEREIRA, P. R. 1999, p. 47 e 54). Vejam-se as seguintes passagens:

Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar. (Id., p.47)

Parece-me gente de tal inocência que se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. (Id. ib. p. 54)

Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo pres-tes para isso, em tal maneira que, se a gente todos quisera convidar, todos vieram. (Id. ib. p. 54)

Curioso é observar que para traduzir a idéia de homem, o latim se serve da palavra *uir* e *homō*. *Homō* tem um campo semântico mais abrangente do que *uir*. *Homō* pode incluir a *femina* “mulher”. É uma palavra que tem a mesma origem de *humus* terra. Ao pé da letra, portanto, *homō* é o terrestre, o que habita a terra. Na evolução para o português, deixou-se de aproveitar o termo *uir*. Lembremo-nos de que *uir* é o termo empregado pelo poeta Vergílio no início de sua obra épica *A Eneida*, quando abre seu texto, dizendo “Arma uirumque cano” canto as armas e o varão, isto é, o homem, o herói. Ali, especificamente, o poeta está-se referindo a um homem específico, Enéias. Embora a forma *uir* tenha desaparecido, ela, no entanto, aparece no derivado viril, em latim *uirīle(m)*. Ao se estudar, então, a etimologia do termo viril, em termos puramente formais e semânticos, bastaria dizer que viril é proveniente do latim *uirīle(m)*. As mudanças sonoras são bem regulares: a consonantização da semivogal *u* para *v*, e a queda do fonema *e*, em posição final de palavra, pois precedido de *-l*. Mas está-se verificando que não basta um exame apenas formal e semântico para o levantamento etimológico. Para tornar mais rica e fecunda a investigação, é da mais alta conveniência buscar na língua original os mecanismos de relação existentes nas palavras. Passa-se, então, a ter uma visibilidade mais profunda da língua que se examina. E esse é o encanto que se apossa de quem lida com esse campo fantástico da linguagem humana.

Veja-se o termo oral. Oral provém do latim *ōrāle(m)*, que significa relativo à boca. Boca, por sua vez, significa *ōs*, *ōris*, forma que desapareceu, na sua evolução para o português e para as outras línguas românicas. Temos, portanto, em latim, o adjetivo *ōrāle(m)*, que

pode ser separado em *ōr-* o radical e *-āle(m)* o sufixo formador de adjetivos, como o *-īle(m)* o é de *uirīle(m)*. Em *uirīle(m)*, portanto, registra-se o radical *uir-* e o sufixo *-īle(m)*, que também é um sufixo formador de adjetivos. Há, pois, todo um jogo nas relações complexas que existem nas línguas, que precisa ser descoberto pelo investigador.

Outra forma extremamente curiosa é a origem do infinitivo do verbo *ser* em português. Ele surge do verbo *sedēre*, que tem, em latim, o sentido de “estar sentado”. De estar sentado para *ser*, portanto, houve uma mudança de sentido muito profunda. O aspecto sonoro é normal: *sedēre* > *seer* > *ser*, ou seja, apócope do *-e*, síncope do *d*, porque intervocálico, crase das vogais. Mas se o infinitivo *esse* foi abandonado, outras formas do mesmo não o foram, como o presente do indicativo, o imperfeito do indicativo, por exemplo, que são provenientes das formas do verbo *esse* latino.

Certas formas do português atual se tornam bem nítidas, quando se examina seu percurso histórico, como é o caso, por exemplo, dos verbos *fazer* e *dizer*, que, provenientes de *facere* e de *dicere*, possuem as variantes *far* e *dir* no futuro do presente e no futuro do pretérito. De fato, ao examinar as formas *far-te-ei* e *dir-te-ei*, não resta ao investigador outra possibilidade de interpretação que não a de analisá-las como variantes do infinitivo *fazer* e *dizer*, respectivamente.

No plano histórico, Edwin Williams (WILLIAMS, E. 1975, p. 212) nos diz: “os infinitivos curtos encontrados em *farei* e *direi* originaram-se, provavelmente, em latim vulgar”.

Quero deixar bem claro que não estou advogando aqui a mistura da sincronia com a diacronia. Esse método de investigação proposto por Saussure deve ser preservado.

O exame histórico da língua, no entanto, permite perceber aspectos muito curiosos como a do verbo *comedēre*, comentado por Mattoso Câmara (1968). Em *comedēre*, o *com-* é um prefixo, já que existe a forma simples *edēre*, que também significa *comer*. A forma simples *edēre* deixou de ser aproveitada, tendo sido inteiramente absorvida pelo verbo *comedēre*, cuja evolução em termos sonoros se processa normalmente: a apócope do *e*, a síncope do *d* e a crase do *e*: *comedēre* > \**comedēre* > \**comeer* > *comer*. O elemento *com-*, prefixo

em latim, tornou-se radical em português, uma mudança notável.

O latim constitui a base do léxico das línguas românicas. É uma língua bem conhecida e pesquisada. Sob esse aspecto, pois, essas línguas ocupam na etimologia um lugar privilegiado. Muitas vezes, é difícil explicar a seleção vocabular que uma língua faz em relação a determinadas palavras.

Em situação bem diversa se encontram o latim e suas línguas irmãs, cuja língua-mãe, o indo-europeu, não deixou vestígios. O indo-europeu, língua hipotética que é, é uma reconstituição a partir do grego, latim, sânscrito, germânico, hitita.

Basta, portanto, dispor de bons dicionários de latim e do conhecimento dos mecanismos de mudanças históricas, para se ter meio caminho andado nesse maravilhoso mundo das palavras. É uma satisfação enorme penetrar no âmago de determinada palavra e, se possível, desvendar todo o mistério que a envolve.

A propósito, de onde vem o termo palavra? Em latim palavra é *uerbum*. Observem-se as expressões: *uerbum Domini* “palavra do Senhor”, *uerba uolant* “as palavras voam”, *in principio erat Verbum* “no princípio era o Verbo, a Palavra”. Palavra provém de *parabola*, que, em latim, significa “narração de um acontecimento, envolvendo, alegoricamente, uma instrução”. As mudanças sonoras são regulares: a síncope do *o*, mudança do grupo *bl* para *br* e dissimilação: *parabola* > *paravra* > *palavra*.

Um bom dicionário etimológico nos fornece não só a origem da palavra, mas também a data da primeira entrada na língua. Examine-se, por exemplo, a origem do verbo *cuidar*, proveniente do verbo latino *cogitāre*, cujo significado básico era pensar, meditar. As mudanças sonoras são regulares: a queda do *e* final, a apócope, precedida de *r*, já que com o mesmo pode formar sílaba, a mudança da consoante surda para sonora, pois está em posição intervocálica, a queda da consoante sonora em posição intervocálica. Sua entrada na língua, conforme informação de A. G. Cunha, se deu no séc. XIII. Proveniente também do verbo latino *cogitāre*, encontramos a forma verbal *cogitar*. Ao observarmos atentamente *cogitar*, verificamos sua enorme semelhança com o latim. Essas formas com formato quase latino são as chamadas formas eruditas. Sua entrada na língua surge, sobretudo, a partir do século XVI, com o movimento da Renascença,

quando os eruditos e os escritores retornam ao latim e ao grego para buscarem termos que traduzissem suas necessidades intelectuais. A forma em questão cogitar só entrará na língua no séc. XVII.

Está-se verificando, portanto, que um outro dado importante se apresenta ao estudioso da história das palavras: identificar-lhes seu formato para saber se se trata de uma forma de evolução popular ou não.

O conhecimento dos fenômenos presentes na evolução das palavras, repito, se torna imprescindível para entender-se o desenvolvimento do léxico de uma língua.

Examinem-se outros pares em que paralelamente à forma de evolução popular, aparece a forma erudita: dedo / digital [latim *digitu(m)*], selo / sigilo [latim *sigillu(m)*], cabelo / capilar [latim *capillu(m)*], região / regional [latim *regione(m)*], mão / manual [latim *manu(m)*], pé / pedal [latim *pede(m)*], cheio / pleno [latim *plenu(m)*]. Pode notar-se que todas as formas que se aproximam do latim constituem as formas eruditas.

Além do conhecimento dos mecanismos históricos, há que se levar em conta também outros aspectos que, ao longo dos tempos, foram-se introduzindo na língua. Veja-se, por exemplo, a palavra famigerado utilizada por Guimarães Rosa no conto com esse título, em *Primeiras Estórias* (ROSA, J. G. 1988, p. 13-7).

Para efeitos de etimologia, basta dizer que famigerado é proveniente do latim *famigerātu(m)*, cujo sentido é famoso, afamado, falado, célebre. A palavra não tem conotação negativa em latim.

Examinei o verbete em cinco dicionários e eis os resultados:

- a) Dicionário da Língua Portuguesa, do Moraes, ed. 1813, famigerado, adj. Afamado, famoso;
- b) Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de Caldas Aulete, ed. Delta S/A, 1958: célebre, famoso, afamado;
- c) Novo Dicionário da Língua Portuguesa, o Aurélio, ed. Nova Fronteira, 1989: adj. que tem fama; muito notável; célebre, famoso; 2. Pop. Faminto, esfomeado.

- d) Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, SP, Cia. Melhoramentos, 1998, Michaelis: que tem fama; célebre, notável (Mais usado com sentido pejorativo)
- e) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, ed. Objetiva, 2001: 1. que tem muita fama; célebre; notável. 2. pej. Tristemente afamado (f. assaltante)

No português atual, seu significado passou a ter um sentido negativo. Na seção de Economia de *O Globo* do dia 09 do corrente mês diz Joelmir Beting: “As eleições presidenciais acabam de perder peso emocional em nossa famigerada crise cambial.” Ainda em *O Globo* do dia 10 do corrente, na seção Tema em discussão, de Reinaldo Gonçalves, também economista: “O enfrentamento dos problemas financeiros custou dezenas de bilhões de reais ao povo brasileiro em 1995, via o famigerado Proer.” Na crônica O presidente que ri, de Affonso Romano de Sant’Anna, publicada no Estado de Minas Gerais de 25 do corrente: “O presidente teve todo o tempo para fazer as famigeradas reformas, e não as fez.”

Para adquirir esse significado, é provável que, ao longo do tempo, os falantes tenham associado o *fami* de famigerado com o *fami* de faminto. Note-se que a palavra latina que significa fome é fame(m). A mim me parece uma explicação convincente essa, a de que houve uma associação com faminto para que a palavra passasse a ter um sentido negativo. Essa é a explicação que o Prof. Evanildo Bechara dá em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, E. 2000, p. 400): “Às vezes a palavra recebe novo matiz semântico sem que altere sua forma. Famigerado, por exemplo, que significa “célebre”, “notável”, influenciado pela idéia e semelhança morfológica de faminto, passa, na linguagem popular a este último significado”. E acrescenta, na mesma página, a nota 2: “A palavra famigerado pode aplicar-se à pessoa notável pelos seus dotes positivos ou negativos; todavia, no uso mais geral, a palavra se aplica às qualidades negativas”.

Em seu sentido original, ela só tem sentido positivo. Examinemos mais detidamente no próprio latim o termo *famigerātu(m)*. *Famigerātus*, informam-nos os dicionários latinos, é o particípio passado do verbo *famigerāre*, que significa espalhar, fazer correr boatos. *Famigerāre* é formado de *fama* “notícia, boato” e de *gerĕre* “levar”.

Note-se que em latim, quando uma vogal breve passa a ocupar uma posição no interior de um vocábulo, essa vogal no contexto de uma sílaba aberta, isto é, sílaba terminada por vogal, muda para *i*, como acontece, por exemplo, em *amicus*, *inimicus*, em que o *a* de *amicus*, mudou para *i*, já que o contexto fonológico passou a ser o descrito há pouco. É o que se chama apofonia.

O *fami* de *famigerāre*, portanto, é uma mudança de *fama*, cujo significado já foi apontado. Se se quiser aprofundar mais ainda no exame da palavra, verificar-se-á que *fama* é palavra derivada de *fari*, verbo depoente que significa falar, dizer, forma que aparece também em *fabula*. Que é *fabula*? *Fabula* é uma narrativa. Nossa palavra fala é proveniente de *fabula*: *fabula*>*fabla*>*falla*>*fala*. *Fabulare* dá origem a falar. Fala, falar, confabular, fábula, fama são todas formas em que aparece uma raiz comum, que é *fari*, já comentado acima.

Ora, Guimarães Rosa se serve do termo *famigerado* com duplo sentido no famoso conto. O conto é pequeno e vale a pena reproduzi-lo:

#### FAMIGERADO

João Guimarães Rosa

Foi de incerta feita – o evento. Quem pode esperar coisa tão sem pés nem cabeça? Eu estava em casa, o arraial sendo de todo tranqüilo. Parou-me à porta o tropel. Cheguei à janela.

Um grupo de cavaleiros. Isto é, vendo melhor: um cavaleiro rente, frente à minha porta, equiparado, exato; e, embolados, de banda, três homens a cavalo. Tudo, num relance, insolitíssimo. Tomei-me nos nervos. O cavaleiro esse – o *oh-homem-oh* – com cara de nenhum amigo. Sei o que é influência de fisionomia. Saíra e viera, aquele homem, para morrer em guerra. Saudou-me seco, curto pesadamente. Seu cavalo era alto, um alazão; bem arreado, ferrado, suado. E concebi grande dúvida.

Nenhum se apeava. Os outros, tristes três, mal me haviam olhado, nem olhassem para nada. Semelhavam a gente receosa, tropa desbaratada, sopitados, constringidos – coagidos, sim. Isso por isso, que o cavaleiro solerte tinha o ar de regê-los: a meio-gesto, desprezivo, intimara-os de pegarem o lugar onde agora se encostavam. Dado que a frente da minha casa reentrava, metros, da linha da rua, e dos dois lados avançava a cerca, formava-se ali um encantoável, espécie de resguardo. Valendo-se do que, o homem obrigara os outros ao ponto donde seriam menos vistos, enquanto barrava-lhes qualquer fuga; sem contar que, unidos assim, os cavalos se apertando, não dispunham de rápida mobilidade. Tudo enxergara, tomando ganho da topografia. Os três seriam seus prisioneiros, não



seus sequazes. Aquele homem, para proceder da forma, só podia ser um brabo sertanejo, jagunço até na espuma do bofe. Senti que não me ficava útil dar cara amena, mostras de temeroso. Eu não tinha arma ao alcance. Tivesse, também, não adiantava. Com um pingão no l, ele me dissolvia. O medo é a extrema ignorância em momento muito agudo. O medo O. O medo me miava. Convidei-o a desmontar, a entrar.

Disse de não, conquanto os costumes. Conservava-se de chapéu. Via-se que passara a descansar na sela – decerto relaxava o corpo para dar-se mais à ingente tarefa de pensar. Perguntei: respondeu-me que não estava doente, nem vindo à receita ou consulta. Sua voz se espaçava, querendo-se calma; a fala de gente de mais longe, talvez são-franciscano. Sei desse tipo de valentão que nada alardeia, sem farroma. Mas avessado, estranhão, perverso brusco, podendo desfechar com algo, de repente, por um és-não-és. Muito de macio, mentalmente, comeci a me organizar. Ele falou:

“Eu vim perguntar a vosmecê uma opinião sua explicada...”

Carregara a celha. Causava outra inquietude, sua farrusca, a catadura de canibal. Desfranziu-se, porém, quase que sorriu. Daí, desceu do cavalo; maneiro, imprevisto. Se por se cumprir do maior valor de melhores modos; por esperteza? Reteve no pulso a ponta do cabresto, o alazão era para paz. O chapéu sempre na cabeça. Um alarve. Mais os ínvios olhos. E ele era para muito. Seria de ver-se: estava em armas – e de armas alimpadas. Dava para se sentir o peso da de fogo, no cinturão, que usado baixo, para ela estar-se já ao nível justo, ademão, tanto que ele se persistia de braço direito pendido, pronto meneável. Sendo a sela, de notar-se, uma jereba papuda urucuiana, pouco de se achar, na região, pelo menos de tão boa feitura. Tudo de gente brava. Aquele propunha sangue, em suas tenções. Pequeno, mas duro, grossudo, todo em tronco de árvore. Sua máxima violência podia ser para cada momento. Tivesse aceitado de entrar e um café, calmava-me. Assim, porém, banda de fora, sem a-graças de hóspede nem surdez de paredes, tinha para um se inquietar, sem medida e sem certeza.

- “Vosmecê é que não me conhece. Damázio, dos Siqueiras... Estou vindo da Serra...”

Sobressalto. Damázio, quem dele não ouvira? O feroz de estórias de léguas, com dezenas de carregadas mortes, homem perigosíssimo. Constando também, se verdade, que de para uns anos ele se serenara – evitava o de evitar. Fie-se, porém, quem, em tais tréguas de pantera? Ali, antenassal, de mim a palmo! Continuava:

- “Saiba vosmecê que, na Serra, por o ultimamente, se compareceu um moço do Governo, rapaz meio estrondoso... Saiba que estou com ele à revelia... Cá eu não quero questão com o Governo, não estou em saúde nem idade... O rapaz, muitos acham que ele é de seu tanto esmiolado...”

Com arranco, calou-se. Como arrependido de ter começado assim, de evidente. Contra que aí estava com o fígado em más margens; pensa-

va, pensava. Cabismeditado. Do que, se resolveu. Levantou as feições. Se é que se riu: aquela crueldade de dentes. Encarar, não me encarava, só se fito à meia esquelha. Latejava-lhe um orgulho indeciso. Redigiu seu monologar.

O que frouxo falava: de outras, diversas pessoas e coisas, da Serra, do São Âo, travados assuntos, inseqüentes, como dificuldade. A conversa era para teias de aranha. Eu tinha de entender-lhe as mínimas entonações, seguir seus propósitos e silêncios. Assim no fechar-se com o jogo, sonso, no me iludir, ele enigmava. E, pá:

- “Vosmecê agora me faça a boa obra de querer me ensinar o que é mesmo que é: *fasmisgerado... faz-me-gerado... falmisgeraldo... familhasgerado...?*”

Disse, de golpe, trazia entre dentes aquela frase. Soara com riso seco. Mas, o gesto, que se seguiu, imperava-se de toda a rudez primitiva, de sua presença dilatada. Detinha minha resposta, não queria que eu a desse de imediato. E já aí outro susto vertiginoso suspendia-me: alguém podia ter feito intriga, invencionice de atribuir-me a palavra de ofensa àquele homem; que muito, pois, que aqui ele se famanasse, vindo para exigir-me, rosta a rosto, o fatal, a vexatória satisfação?

- “Saiba vosmecê que saf ind’hoje da Serra, que vim, sem parar, essas seis léguas, expresso direto pra mor de lhe perguntar a pergunta, pelo claro...”

Se sério, se era. Transiu-se-me.

- “Lá, e por estes meios de caminho, tem nenhum ninguém ciente, nem têm o legítimo – o livro que aprende as palavras... É gente pra informação torta, por se fingirem de menos ignorâncias... Só se o padre, no São Âo, capaz, mas com padres não me dou: eles logo engambelam... A bem. Agora, se me faz mercê, vosmecê me fale, do pau da peroba, no aperfeiçoado: o que é que é, o que já lhe perguntei?”

Se simples. Se digo. Transfoi-se-me. Esses trizes:

- *Famigerado?*

- “Sim senhor...” – e, alto, repetiu, vezes, o termo, enfim nos vermelhões da raiva, sua voz fora de foco. E já me olhava, interpelador, intimativo – apertava-me. Tinha eu que descobrir a cara. – *Famigerado?* Habitei preâmbulos. Bem que eu me carecia noutro íterim, em indúcias. Como por socorro, espiei os três outros, em seus cavalos, intugidos até então, mumumudos. Mas, Damázio:

- “Vosmecê declare. Estes aí são de nada não. São da Serra. Só vieram comigo, pra testemunho...”

Só tinha de desentalar-me. O homem queria estrito o carço: o verívbio.

- *Famigerado é inóxio, é “célebre”, “notório”, “notável”...*

- “Vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender. Mais me diga: é desaforado? É caçoável? É de arrenegar? Farsância? Nome de ofensa?”

- Vilita nenhuma, nenhum doesto. São expressões neutras, de outros usos...

- “Pois... e o que é que é, em fala de pobre, linguagem de em dia-de-semana?”

- *Famigerado*? Bem. É: “importante”, que merece louvor e respeito...

- “Vosmecê agarante, pra a paz das mães, mão na Escritura?”

Se certo! Era para se empenhar a barba. Do que o diabo, então eu sincero disse:

- Olhe: eu, como o sr. me vê, com vantagens, hum, o que eu queria uma hora destas era ser famigerado – bem famigerado, o mais que pudesse!...

- “Ah, bem!...” – soltou, exultante.

Saltando na sela, ele se levantou de molas. Subiu em si, desagrava-va-se num desaforarê. Sorriu-se, outro. Satisfez aqueles três: - “Vocês podem ir, compadres. Vocês escutaram bem a boa descrição...” – e eles prestes se partiram. Só aí se chegou, beirando-me a janela, aceitava um copo d’água. Disse: - “Não há como que as grandezas machas duma pessoa instruída!” Seja que de novo, por um mero, se tornava? Disse: - “Sei lá, às vezes o melhor mesmo, pra esse moço do Governo, era ir-se embora, sei não...” Mas mais sorriu, apagara-se-lhe a inquietação. Disse: - “A gente tem cada cisma de dúvida boba, dessas desconfianças... Só pra azedar a mandioca...” Agradeceu, quis me apertar a mão. Outra vez, aceitaria de entrar em minha casa. Oh, pois. Esporou, foi-se, o alazão, não pensava no que o trouxera, tese para alto rir, e mais, o famoso assunto.”

O jagunço, ao ser chamado de famigerado pelo homem do Governo, capta-lhe o significado, ele tem a intuição de que não foi algo bom que ele ouviu. Não é, pois, à-toa que viaja seis léguas para perguntar ao narrador, o próprio contista, o significado da palavra famigerado. Ele, o narrador, consciente da gravidade da situação, se serve do sentido etimológico da palavra e assim consegue acalmar Damázio, que, mesmo assim, fica um pouco desconfiado, mas acaba desistindo.

Vejamos o final:

Disse: - “Sei lá, às vezes o melhor mesmo, pra esse moço do Governo, era ir-se embora, sei não...” Mas mais sorriu, apagara-se-lhe a inquietação. Disse: - “A gente tem cada cisma de dúvida boba, dessas desconfianças... Só pra azedar a mandioca...”

Observem que o conhecimento etimológico da palavra dá

uma amplitude para a compreensão do conto.

O mundo das palavras é assim meio enigmático. A etimologia, aquilo que o narrador do conto chama de verivérbio, ajuda a desvendar-lhe o mistério. Não é o momento de enumerar as palavras criadas pelo autor no conto, mas verivérbio é uma delas. Para essa criação há duas hipóteses: ou o autor criou o termo a partir de outros, como prevérbio, advérbio, provérbio ou foi diretamente à palavra latina ueriuerbium, que significa “veracidade”, formada do adjetivo uerus “verdadeiro” e uerbum “palavra”, ou seja palavra verdadeira. Qualquer que tenha sido a opção, ela lhe pertence e ainda não está dicionarizada.

*In principio erat Verbum.* E a palavra se faz e a palavra se fez. Era o que eu tinha a dizer-lhes.

## BIBLIOGRAFIA

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1968.
- CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [s/d.].
- FERREIRA NETTO, Waldemar. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. SÃO PAULO: Hedra. 2001.
- GNERRE, Mauricio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- MIOTO, Carlos et alii. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular. 2000.
- PEREIRA, Paulo Roberto. *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2001.
- ROSA, J. Guimarães. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WILLIAMS, E. *Do latim ao português*. Trad. de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

**A TRA(D)IÇÃO DOS NOMES NA *LAVOURA ARCAICA*,  
DE RADUAN NASSAR**  
*Regina Céli Alves da Silva (UniverCidade)*

**RESUMO**

Este estudo é parte integrante de uma pesquisa sobre o romance *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar. Ao realizá-lo, consideramos, especialmente, o diálogo entre a tradição cultural e as vozes que a questionam sob o comando da memória do narrador em primeira pessoa que, ao contar sua história, monta a cena textual a partir do registro histórico-mítico que lhe compõe a face existencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etimologia, Simbolismo, Tradição.

Nesse romance, André, o narrador e também personagem, retoma a parábola do filho pródigo para contar, ele próprio, sua versão, pessoal e diferenciada de uma história que, tradicionalmente, fora sempre contada por outros.

Antes de iniciarmos a leitura dos nomes das personagens do romance, devemos apresentá-los e, para isso, escolhemos a mesa das refeições, pois a disposição topográfica dos assentos revela a estrutura da família de André, evocando profundos e antigos traços culturais. As pessoas ali sentadas, sentavam-se na raiz cultural e organizavam-se na “lei e na ordem”:

Eram esses os nossos lugares à mesa na hora das refeições, ou na hora dos sermões: o pai à cabeceira; à sua direita, por ordem de idade, vinha primeiro Pedro, seguido de Rosa, Zuleika e Huda; à sua esquerda, vinha a mãe, em seguida eu, Ana, e Lula, o caçula. O galho da direita era um desenvolvimento espontâneo do tronco, desde as raízes; já da esquerda trazia o estigma de uma cicatriz como se a mãe, que era por onde começava o segundo galho, fosse uma anomalia, uma protuberância mórbida, em um enxerto junto ao tronco talvez funesto, pela carga de afeto; podia-se quem sabe dizer que a distribuição dos lugares na mesa (eram caprichos do tempo) definia as duas linhas da família. (NASSAR, 1982: 137-8)

Essa distribuição dos lugares à mesa retratava, no dizer do narrador, “caprichos do tempo” e definia a organização da casa, dividida em duas linhas: a da direita e a da esquerda.

A divisão DIREITA/ESQUERDA guarda em si um simbolismo que vem marcando, há muito, a civilização ocidental, sendo a DIREITA o lado masculino e a ESQUERDA o lado feminino.

Assim exposto, passamos à observação dos nomes dos membros da família, iniciando pelo de André.

“André, m. [...]. O fr. André provém do gr. Andréas, “viril, varonil”, pelo lat. Andreas.” (MACHADO, 1984: v.1, p. 133.)

André é também o nome do primeiro apóstolo, irmão de Simão Pedro, cujo pai chamava-se João, sendo o nome da mãe, tradicionalmente, Joana. (HASTINGS, 1905: 92)

Como o texto repousa também sobre uma base religiosa, isso faz com que essa escolha de nomes referentes ao contexto religioso seja extremamente significativa. Na Bíblia, André é o irmão de Pedro e ambos filhos de João. No texto, o mesmo acontece, sendo que a correspondência nomes bíblicos/nomes de *Lavoura arcaica* se verifica de forma bastante clara no tocante aos nomes dos irmãos, Pedro e André.

Vejamos o nome de Pedro:

Pedro, m. Do lat. Petru-, este do gr. Pétrous (S. Mateus, IV, 18), tradução aproximada de voc. Aramaico, Cep(h)as, que significa “rochedo”; em gr. Petros significa igualmente “rochedo”, pedra em lat. O cit. Cephas (Quefas?) foi o nome dado por Jesua a Simão Barjona (“filho de João”), o que provocou o célebre trocadilho registrado por S. Mateus: “et ego dico tibi quia tu es Petrus et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam” (XVI, 18). (MACHADO, *Op. cit.*:1148.)

Enquanto André é o viril, forte, vigoroso e potente, carregando no nome qualidades relativas ao homem e, mais ainda, ao herói, Pedro é a pedra, símbolo da força. E os dois são filhos de João, nome que consta no texto bíblico, mas que, em *Lavoura arcaica* recebe o tratamento Iohana, que parece ser a forma hebraica para João.

João, m., muito freqüente. Do hebr. Iohanán, com várias interpretações (“que Deus favorece”, “agraciado por Deus”, “O senhor deu graciosamente”, “a quem Deus mostra a graça”), pelo gr. Ioanes ou Ioannes e depois pelo lat. Jo(h)anne-, de Jo(h)annes. (*Idem.* v.2, p.829)

Embora o nome da mãe não apareça textualmente – o que nos leva a pensar numa falta de identidade –, podemos aceitar que o fato de o pai chamar-se João faz com que, tradicionalmente, a mãe seja Joana, reconhecendo, neste procedimento, a identificação da mãe embutida na do pai ou, por ser apenas designada como mãe, sem nome, cumpre o trajeto simbólico da grande MÃE.

Os nomes dos outros cinco irmãos reafirmam, também, a posição ocupada por cada um dentro da casa.

Na linha do pai, constatamos:

“Rosa, 1°) lat. rosa; 2°) abrev. de n. como Rosamunda.” (GUÉRIOS, 1981: 214)

Acerca do nome Rosa, quando pesquisamos em diversas fontes, encontramos sempre esta referência à flor da roseira e sua simbologia. Recorremos, então, ao dicionário de símbolos para, primeiramente, saber o que, genericamente, simboliza a flor e encontramos:

Embora cada flor possua, pelo menos secundariamente, um símbolo próprio, nem por isso a flor deixa de ser, de maneira geral, símbolo do princípio passivo. O cálice da flor, tal como a taça\*, é receptáculo da atividade celeste... (CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, 1989: 437)

Zuleika, de origem árabe, tem os seguintes significados:

Zuleica, ar. Zuleikha: “gordinha, roliça”,... (GUÉRIOS, *op.cit.* p. 259)

Zuleica, f. [...]. O nome tem aspecto de dimin. Árabe. Poderá sê-lo de Zulaigã, “pêssego”. (MACHADO, *op.cit.*, v.3, p.1502)

Rosa é a flor, ZuleiKa é o fruto, cuja correspondência simbólica é a seguinte: “Símbolo de abundância, que transborda da cornucópia da deusa da fecundidade ou das taças nos banquetes dos deuses”. (CHEVALIER, J. & GHEERBRANT. *op. cit.*, p. 453)

Se, por um lado, os adjetivos “roliça” e “gordinha” imprimem no nome de Zuleika uma significação inexpressiva, confirmando seu papel secundário na estrutura da casa – assim como Rosa que, ligada à flor, é um princípio passivo –, por outro, por sua referência ao fruto, significando abundância, contextualiza-a no meio rural onde vive. Ambos os significados se completam, dando à Zuleika, também pelo nome, uma posição de conformação e submissão dentro da ordem familiar.

O nome de Huda é o de mais difícil compreensão, por não o encontrarmos grafado desta forma e, sim, como Hulda.

Hulda, 1°) hebr. Talvez: “constante, estável, firme”; 2°) al. Hulda, Holda: “benigna, benévola, afável”; cf. huld: “graça, favor, mercê”. (GUÉRIOS, *op.cit.* p. 144.)



Hulda, f. [...]. Whithycombe registra Huldah (que tira do voc. Hebr., com a significação de “doninha”). Ou será o ingl. Hulda de origem nórdica (Huldr, “coberto, tapado”)? (MACHADO, *op.cit.*, v.2, p.787.)

Parece que, ao contrário do pai, que, de João passou a Iohana, recebendo um tratamento árabe, Huda sofreu uma simplificação, talvez por corresponder a uma tentativa de adaptação do vocábulo árabe, Huldah, para a língua portuguesa. E, pelos adjetivos (constante, estável, firme, benigna, benévola, afável) ou, pelos substantivos (graça, favor), completa, com suas irmãs, Rosa e Zuleika, o registro feminino de total aceitação das ordens do pai.

Ana, como as outras três irmãs, ocupa na casa um espaço secundário, com a diferença de ser ela, na análise de André, “um enxerto junto ao tronco” (*Lavoura arcaica*, p. 137), pertencendo, assim como ele e Lula, à linha da mãe.

Ana, hebr. Hanah, Hannah: “graa, clemência, mercê”. (GUÉRIOS, *op.cit.* p. 57)

Ana, f. Do hebr. Hanah, “graça”, isto é, “graciosa”, pelo gr. Anna e depois pelo lat. Anna [...] “Ele (= Deus) favoreceu-me” (MACHADO, *op.cit.*, v.1, p.128)

Lula, por sua vez, nos pareceu, a princípio, um apelido para Luís, mas como não podíamos afirmá-lo, preferimos considerá-lo como um nome próprio em si e encontramos: Lula, do ar.: “pérola”.(GUÉRIOS, *op.cit.* p.165)

Com essa alusão à pérola, o irmão mais novo encerra em seu nome um feixe de significados amplo e perfeitamente compatível tanto com sua posição de filho caçula (a pérola designa a criança (CHEVALIER, J. & GHEERBRANT. *op.cit.*, p. 713) quanto com sua posição dentro da ordem da casa. Formado na interioridade da casa (concha), tem valor próprio. Ele vive dentro da cas(c)a, mas quer dela sair.

A partir dessa pesquisa onomástica, compreendemos que, entre os membros da família, apenas quatro deles (André, Ana, Lula e Iohána, o pai) fizeram a leitura integral de seus nomes, com uma ótica própria e individualizada, assumindo suas identidades. Os demais lavradores (Pedro, Rosa, Zuleika e Huda), a nosso ver, aceitaram passivamente as identidades que lhes foram dadas, sem, contudo, perceberem em seus nomes as outras referências neles contidas.

Começamos pela linha da direita, verificando o nome de Pedro, que é a pedra:

A pedra e o homem apresentam um movimento duplo de subida e de descida. O homem nasce de Deus e retorna a Deus. A pedra bruta desce do céu; transmutada, ela se ergue em sua direção. [...]. A pedra talhada não é, com efeito, senão obra humana; ela dessacraliza a obra de Deus, ela simboliza a ação humana que se substitui à energia criadora. A pedra bruta era também símbolo de liberdade; a talhada, de servidão e trevas. (*Idem*, p. 696.)

Talhado pelas mãos do pai, Pedro, o primogênito, reveste-se de energia humana, tornando-se servo das vontades paternas e mero repetidor de suas atitudes. Ele perde a energia sagrada da criação que lhe é conferida pelo nome, ficando incapaz de erguer o próprio templo (casa/abrigo daquilo que ele é).

Rosa é a flor e, segundo René Guénon, “há uma equivalência entre a flor e os outros símbolos, [...] em especial, o da roda” (GUÉNON, 1984: 63.) cujo simbolismo contém, entre outras, as seguintes significações:

A roda participa da perfeição sugerida pelo círculo, mas com uma certa valência de imperfeição, porque ela se refere ao mundo do vir a ser, da criação contínua, portanto da contingência e do perecível. Simboliza os ciclos, os reinícios, as renovações... (CHEVALIER, J. & GHEERBRANT. *op.cit.*, p. 783)

Por essa equivalência simbólica com a roda e por ser a rosa também um símbolo da “ressurreição”, (*Idem*, p. 788.) concluímos que o nome de Rosa não é apenas caracterizado pela passividade – único dado que ela incorpora à sua biografia –, mas contém, ainda, uma referência à renovação, e à criação, embora essas características não desabrochem na personagem.

O mesmo acontece com Zuleika que, enquanto ligada, de modo genérico, ao fruto, reafirma o contexto rural em que vive, pois simboliza a abundância, mas, tomando a simbologia do pêssego, em especial, ela pode também estar revestida de um novo recomeçar.

Freqüentemente, o pessegueiro – e o pêssego – são símbolos de imortalidade. [...]...certas versões fazem dele um *Jardim da imortalidade*, uma espécie de Éden do novo nascimento, o que identifica o pessegueiro com a *Árvore da vida* do Paraíso terrestre, ponto de chegada aqui da viagem de iniciação. (*Idem*, p. 715)

Zuleika carrega consigo, no nome, a oportunidade de um no-

vo recomeço, uma nova iniciação, capaz de lhe dar uma atuação diferente na conjuntura da casa.

Huda, por sua vez, é a benévola, a benigna, mas é, também, a doninha – referência que tanto lhe reafirma essas características quanto é capaz de se converter numa possibilidade de ela assumir um papel diferente na ordem familiar.

Em todas as narrativas irlandesas do ciclo de Ulster, a mãe do rei Conchobar tem o nome de Ness, **doninha** (mustelídeo europeu muito parecido com o furão brasileiro). Ela é, em primeiro lugar, uma **virgem guerreira**. Mas pode simbolizar, por outro lado (positivo), **a afeição e a vigilância**, e, por um lado negativo, **a inconstância ou a astúcia...** (*Idem*, p. 348)

Verificamos assim que, se assumisse a simbologia da doninha, Huda poderia também ser referida pelo afeto materno que impulsiona os irmãos da linha da esquerda e, ainda, pela astúcia ou inconstância, permitiria a si própria uma mutabilidade e variabilidade na postura que lhe é imposta pela lei paterna.

Os outros lavradores compõem, com os seus nomes, identidades próprias, reafirmando suas simbologias.

O pai, Iohána, é o favorecido por Deus, a quem Deus deu a graça, ele é o pai/Pai consagrado, que traz em si a responsabilidade de garantir a ordem da família; ele tem a tábua da lei.

André, por sua vez, é o viril, o varonil, aquele que tem a coragem de enfrentar os desígnios do pai e, assumindo a força contida na sua identidade, parte da casa paterna em busca daquilo que ele é.

Lula, o irmão mais novo, é a pérola e guarda a seguinte significação simbólica:

Nascida das águas ou nascida da Lua, encontrada em uma concha, a pérola representa o princípio Yin: ela é o símbolo essencial da feminilidade criativa. [...] A pérola é o atributo da perfeição angélica, de uma perfeição, entretanto, que não é dada, mas adquirida por uma transmutação (*Idem*, p. 711)

Enquanto Lula irá buscar um novo nascimento e, conseqüentemente, um novo registro, Ana – mesmo pertencendo à linha da mãe e compondo com ela um “enxerto junto ao tronco” – deixa-se aprisionar pelas significações de seu nome e, também, por estar referida no próprio nome do pai – IOH (ÁNA). Impotente para renascer, ela

morre, imolada pelas mãos do pai.

Com essas observações, concluímos a leitura simbólica dos nomes das personagens de *Lavoura arcaica*, procurando mostrar como, mesmo em relação à escolha dos nomes, o romance é estruturado de forma que, aos valores tradicionais, cristalizados ao longo do tempo, na história da cultura ocidental, impõe o registro de vozes diferentes e dissonantes, que buscam romper com as amarras que teimam em limitar a experiência existencial dos seres humanos.

#### BIBLIOGRAFIA

CHEVALIER, J. & GHEERBRANT. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Trad. vera da Costa e Silva, raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

GUÉNON, R. *Os símbolos da ciência sagrada*. Trad. de J. Constantino Kairalla. São Paulo: Pensamento, 1984.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3ª ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HASTINGS, J. *A Dictionary of the Bible*. New York: Charles Scribner's Sons, 1905. 5 V.

MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico e etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1984. 3 V.

NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

## ALGUNS TERMOS DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

*Expedito Eloísio Ximenes (UECE)*

### RESUMO

A Lingüística, no século XIX, teve como centro de suas investigações as mudanças diacrônicas ou históricas das línguas. Foi no início do século XX, com *O Curso de Lingüística Geral* (1916) de Ferdinand Saussure que se passou a estudar o aspecto sincrônico, estabelecendo-se, assim, a oposição entre diacronia versus sincronia.

**PALAVRAS-CHAVE:** lingüística, terminologia e latim.

A Lingüística Histórica é o ramo da Lingüística Geral que estuda o desenvolvimento das línguas e o seu processo de evolução em geral ou de uma língua em particular. “As línguas humanas não constituem realidades estáticas, ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. É essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da Lingüística Histórica”. (Faraco, 1999:10).

A Lingüística histórica caracteriza-se também pela busca da origem das línguas. Através do método histórico-comparativo, foi possível se estabelecer uma língua – mãe, o indo-europeu, que seria o tronco lingüístico ou protolíngua de um grupo de línguas da Europa e da Ásia. O mesmo método aplicado às línguas românicas possibilitou o estabelecimento da origem comum destas línguas em uma protolíngua denominada latim vulgar.

Destacamos em nosso trabalho alguns termos usados no cenário dos estudos comparativos que denominam as mudanças das línguas, como também as denominações dadas para as etapas da língua latina.

Nossa pretensão, certamente, não é abarcar todos os termos que compõem o estudo histórico da lingüística, porém, coletarmos aqueles que aparecem com mais freqüência na literatura consultada.

Os termos estão organizados em três campos conceituais conforme as semelhanças e categorias semânticas. O primeiro aborda a tipologia de latim, o segundo, as variedades de línguas, e o terceiro contempla os termos que nomeiam as mudanças históricas propriamente ditas.

Sabemos que a língua é dinâmica passando por transformações constantes, possibilitando um campo inesgotável de pesquisa. Cabe ao estudioso atentar para o desenvolvimento deste instrumento natural do ser humano e, se pretender fazer qualquer pesquisa, encontrará sempre um caminho aberto.

## ABORDAGEM SOBRE LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA

A Lexicologia é o estudo do vocabulário geral das línguas. Esta disciplina aborda o estudo científico do léxico a partir de suas estruturas e regularidades morfológicas e semânticas. Sua principal tarefa é a definição de conjuntos de léxicos e a sistematização dos processos de criação e renovação lexicais. (Ferreira, 1997:6).

A Lexicologia se interessa pelas unidades lexicais de que dispõe uma comunidade para comunicar-se mediante a língua. Os trabalhos lexicológicos tomam como objeto de estudo todas as palavras da língua geral.

A Terminologia é uma disciplina recente surgida pela força do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza as sociedades modernas.

A parte mais concreta da Terminologia são os termos funcionais organizados em dicionários de domínio específico de uma ciência ou de uma disciplina.

Qualquer disciplina, e com maior razão, qualquer ciência tem a necessidade de um conjunto de termos, definidos *rigorosamente, pelos quais ela designa as noções que lhe são úteis: este conjunto de termos constitui a terminologia.* (Dubois 1973:586.)

A Terminologia se define ainda como o estudo de um campo de atividades no que diz respeito ao levantamento, descrição, processamento, apresentação e definição dos termos ou de unidades lexicais pertencentes a áreas especializadas de uso de uma língua ou de uma ciência.

A Terminologia se interessa pelo termo de que dispõe uma determinada área do conhecimento. Os trabalhos terminológicos tomam como objeto de investigação apenas as palavras de uma língua

de especialidade.

A obra lexicológica parte da denominação e tem como fim a definição do léxico. É um estudo semasiológico, partindo do signo em busca de determinação do conceito. A obra terminológica parte de um campo conceitual amplo para se chegar a uma denominação. É um estudo onomasiológico, parte dos conceitos e busca os signos lingüísticos que lhe correspondem.

Percebe-se que a Terminologia e a Lexicologia, embora sendo áreas da Lingüística e mantenham qualquer relação de semelhança entre si, ambas apresentam objetos diferentes, o que caracteriza também produtos diferentes de cada uma dessas disciplinas. A Lexicografia, ciência aplicada da lexicologia, apresenta dicionários lexicográficos que são conjuntos dos léxicos gerais de uma língua, tais dicionários comportam várias significações do léxico. A Terminografia, disciplina aplicada da Terminologia, apresenta dicionários terminográficos que são conjuntos de termos técnicos de uma área do conhecimento, comportando definições restritas e sistemáticas de uso específico.

A unidade da Lexicologia é o léxico comum da língua que comporta polissemia. A unidade da Terminologia é o termo específico de uma área do conhecimento, que pelos menos em tese, deve apresentar apenas um conceito, eliminando-se toda ambigüidade. No trabalho terminológico, a definição consiste numa operação muito importante, pois é um enunciado que descreve um conceito e que permite distingui-lo dos outros conceitos no interior de um sistema de conceitos.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Nosso *corpus* é constituído por textos que abordam a Lingüística Histórica publicados entre 1970 e 2000, composto por artigos, livros e dicionários.

Fizemos a seleção dos termos observando sua representatividade ou pertinência e a clareza dos contextos. Os termos selecionados foram transcritos em fichas simples contendo, em destaque, o termo específico e em seguida o seu contexto e a referência bibliográfica.

Muitos termos já se encontravam dicionarizados, os quais transcrevemos na ficha conforme o registro nos dicionários. Os que apareceram com mais pertinência utilizamos o número de fichas conforme a sua ocorrência.

Registramos mais de duzentos termos num total de quatrocentas fichas. Foram definidos duzentos termos selecionados com base nas informações contidas nas fichas. As definições foram elaboradas a partir dessas informações, seguindo as orientações da terminologia.

### ORGANIZAÇÃO DO GLOSSÁRIO DIVISÃO EM TRÊS CAMPOS CONCEITUAIS.

Conforme nossa análise, os termos apreciados nesta pesquisa, podem ser agrupados em três campos conceituais, os quais se apresentam com as seguintes categorias:

1. Tipos de Latim: aborda as várias formas de denominação da língua latina, em diferentes fases dessa língua, conforme as denominações que eram dadas.
2. Variedades de Línguas: Contempla os termos que nomeiam as várias denominações das línguas ou de uma mesma língua e ainda as variações dessa língua.
3. Mudanças Históricas: Aborda os termos que denominam as transformações ocorridas nas línguas, nos aspectos fonético-fonológicos, sintático-semânticos e lexicais em um longo período de tempo, como também as inovações dessas línguas. Levando em consideração, aqui, sempre o aspecto histórico.

Com esta divisão pretendemos contemplar os processos de mudança, desde as línguas antigas anteriores ao latim, passando pelas transformações da língua latina e a formação das línguas românicas, abordando, principalmente, as mudanças da língua portuguesa.

### ORGANIZAÇÃO DA MACROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO

Os termos estão distribuídos em três campos semânticos. As entradas estão organizadas em ordem alfabética seguidas de informação gramatical conveniente.



Os termos sinônimos têm entrada independente, sendo que só o primeiro da ordem de entrada apresenta definição, os demais, são registrados com as informações gramaticais e ao lado a forma **sin.**, (sinônimo) e a remissiva **ver.**, direcionando para o termo sinônimo já definido.

Os hiperônimos são definidos uniformemente sendo que seus hipônimos seguem a mesma orientação, mas mudam o termo genérico. O exemplo seguinte demonstra esta estrutura. **assimilação**: s.f. *mudança ocorrida...* **assimilação regressiva**: s.f. *tipo de assimilação...*

Para cada campo conceitual atribuímos um termo genérico (+) ou (-) flexível, conforme o esquema:

- a) Campo conceitual: Tipo de latim; Variedades de línguas; Mudanças históricas.
- b) Termo Genérico: Latim usado; língua usada; Processo de mudança que...; Processo de criação que... ; Fator que... Tipo que...

Alguns termos não são contemplados neste esquema por apresentarem caracteres diferentes, portanto, usamos outros arquilexemas convenientes.

## ORGANIZAÇÃO DA MICROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO

Quanto à microestrutura seguimos a orientação comum usada nestes glossários, que apresenta a seguinte estrutura:

Verbetes { termo de entrada = categoria gramatical + gênero + definição (+) ou (-) nota (+) ou (-) remissiva (+) ou (-) ocorrências.

A notação (+) ou (-) indica que a nota, a remissiva e as ocorrências poderão ou não aparecer. As ocorrências são referentes aos termos provenientes, principalmente do latim, que passaram por mudanças. Em muitos contextos utilizamos essas ocorrências para ilustrar as definições dos termos

## GLOSSÁRIO

Apresentamos alguns termos que compõem o glossário compreendendo os três campos semânticos mencionados.

### TIPOS DE LATIM

**latim arcaico.** s.m. latim usado no Império Romano entre o século III. a. C. e o início do século I. a. C. **Nota:** manifesta-se em antigos textos literários – obras de Névio, Plauto, Ênio, Catão -, bem como em epitáfios e textos legais.

**latim clássico.** s.m. latim usado no Império Romano florescendo a partir do segundo quartel do século I. a. C. quando são compostas grandes obras literárias em poesias e prosa como as obras de Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio e numerosas outras figuras de relevo. **Nota:** caracteriza-se pelo apuro do vocabulário, pela correção gramatical, pela elegância do estilo, numa palavra, por aquilo que Cícero clamava com propriedade urbanita. **Sin.: latim escrito.**

**latim coloquial.** s.m. latim usado por várias camadas da população romana, incluindo a aristocracia e, principalmente, o povo que não teve acesso à cultura escolar. **Nota:** era uma espécie de denominador comum, que se sobrepunha às gírias (jargões) das várias profissões, como um instrumento familiar de comunicação diária. O latim coloquial é para muitos, o proto-romance, isto é, o ponto de partida da formação das línguas românicas. Com a criação do método comparativo de Diez, ficou claro que as línguas românicas se originaram do latim coloquial. **Sin. latim vulgar; latim falado; latim corrente; sermus usualis; sermo vulgaris.**

**latim escrito.** s.m. ver **latim clássico.**

**latim literário.** s.m. latim usado no Império Romano relativamente estável como língua da escrita e como língua falada em todas as situações formais.

**latim pós-clássico.** s.m. latim usado nas obras literárias compostas entre os séculos I e V de nossa era. **Nota:** embora ainda surjam textos de grande valor, a língua começa a perder a pureza e a perfeição que haviam caracterizado no período anterior.

**latim pré-histórico.** s.m. latim usado pelos habitantes do Lácio, anterior ao aparecimento dos documentos escritos.

**latim proto-histórico.** s.m. latim usado para registrar os primeiros documentos oficiais. **Nota:** São exemplos dessa fase as inscrições encontradas na fábula de Preneste – uma fivela do século VIII ou VI a. C. – no cipó do Fórum – provavelmente do século VI a. C. – e no vaso de Duenos, de fabricação um pouco mais recente, talvez do século IV. a. C.

**latine loqui.** s.m. latim usado na escola conhecido como latim culto.

**sermo urbanus.** s.m. ver **latim coloquial.**

**sermo usuallis.** s.m. ver **latim coloquial.**

**sermo vulgaris.** s.m. ver **latim coloquial.**

#### VARIEDADES DE LÍNGUAS

**adstrato.** s.m. língua falada que coexiste com outra no mesmo espaço territorial, influenciando-a e dela recebendo influência, porém nenhuma delas é assimilada pela outra. **Nota:** diz-se, por exemplo, que o espanhol é o adstrato do português brasileiro (tomado este como referência) nas regiões da fronteira Brasil / Uruguai.

**barbarice loqui.**s.f. língua falada pelos povos bárbaros de origem não românica que se opunha à romanice loqui.

**estrato.** s.m. língua que sobrevive ao contato com outra língua quer substrato quer superestrato. **Nota 1:** desse contato resulta a progressiva assimilação das línguas de substrato quer superestrato. **Nota 2:** o português, o galego, o leonês, o castelhano, o aragonês e o catalão são línguas descendentes relativamente ao latim vulgar ibérico.

**língua ascendente.** s. f. língua da qual se origina outra ou um grupo de línguas. **Nota:** o latim é considerado a língua ascendente ou língua mãe, do português, do francês, italiano, espanhol, romeno, catalão, dalmático,rético, provençal e sardo. Sin. língua mãe, língua de origem.

**língua de origem.**s.f. ver **língua ascendente.**

**língua descendente.** s.f. língua ou grupo de línguas originada da evolução de uma língua comum que é a língua mãe de origem. **Nota:** as línguas neolatinas ou românicas não originaram do latim clássico, mas de uma outra variedade de latim conhecida como latim vulgar. são tradicionalmente conhecidas 10 línguas consideradas neolatinas: o português, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o reto romano ou rético, o dalmático, o romeno e o sardo. Todas estas línguas conservam vestígios indeléveis de sua filiação ao latim no vocabulário, na morfologia e na sintaxe. Alguns autores citam o galego e o franco-provençal como línguas românicas, outros não chegam a mencioná-las. **Sin.: língua românica; novilatina**

**língua extinta.** s.f. língua que desapareceu sem deixar memória documentada. **Nota:** um exemplo de língua extinta é o indo-europeu.

**língua indo-europeu.** s.f. língua hipotética reconstituída pelos estudiosos dos século XIX, através do método comparativo que possibilitou estabelecer o parentesco de um grupo de línguas originadas desta língua. **Sin.: língua remota.**

**língua irmã.** s.f. língua ou grupo de línguas que se originam pela evolução divergente a partir de uma mesma língua antiga, dita língua mãe. **Nota:** o português, o francês, o italiano, o espanhol, o sardo são línguas irmãs vindas do latim.

**língua mãe.** s.f. ver **língua ascendente.**

**língua materna.** S.f. língua nativa do sujeito que foi adquirida naturalmente ao longo da sua infância e sobre a qual ele possui intuições quanto à forma e uso.

**língua morta.** s.f. língua que deixou de ser usada como língua materna. **Nota:** o latim é considerado língua morta porque não é mais uma língua falada, muito embora se estude esta língua em seu aspecto escrito.

**língua neolatina.** s.f. língua originada diretamente do latim, formada após o estágio intermediário dos vários romances. **Sin.: língua românica; novilatina**

**língua novilatina.** s.f. ver **língua neolatina**

**língua remota.** s.f. ver **língua indo-européia.**

**língua românica.** s.f. ver **língua neolatina**

**língua sânscrita.** s.f. língua clássica dos antigos hindus utilizada como língua sagrada do veda. **Nota:** os hindus iniciaram o estudo de sua língua cerca do século IV a . C., por motivos religiosos. Depois, Pānini, o mais célebre gramático hindu, juntamente com outros gramáticos dedicaram-se ao estudo do valor e do emprego das palavras e fizeram de sua língua, com precisão e minúcia admiráveis descrições fonéticas e gramaticais que são modelares no gênero. No século XVI, o sábio italiano, Filippo Sasseti, foi o primeiro a chamar a atenção dos ocidentais para a existência da língua sânscrita, assinalando, ao mesmo tempo, a grande semelhança que havia entre algumas palavras desse idioma e o italiano. Em fins do século XVIII, intelectuais europeus iniciaram, em meio a uma conjuntura de crescente interesse pelas civilizações antigas, o estudo do sânscrito.

**língua viva.** s.f. língua usada como instrumento diário de comunicação entre os indivíduos de uma nação.

**proto-língua.** s.f. língua que constitui um tronco comum de uma família de línguas. **Nota:** o latim é a proto-língua em relação as línguas neolatinas. ( fala-se em proto-indoeuropeu ) ou subfamília proto-germânico ).

**proto-romance.** s.m. língua usada por um grupo de pessoas de cultura inferior à clássica. **Nota:** o proto-romance não foi uma língua escrita, pois as pessoas por menor que fosse a sua cultura procuravam escrever usando a variedade culta reforçando uma tendência de imitar os modelos clássicos. Também é incorreto identificar o proto-romance com o latim falado, já que na sociedade romana se falaram outras variedades de latim.

**ramo lingüístico.** s.m. língua ou conjunto de línguas constituído de uma origem comum, embora que separados em datas posteriores.

**romance loqui.** s.f. língua usada pelo povo conhecida como falares vulgares de origem latina que se opunha à barbarice loqui. **Nota:** os habitantes do Dácia, isolados entre povos eslavos, autodenominaram-se romani e os réticos se autodenominaram romauntsch, para distinguir-se dos povos germânicos que os haviam empurrado contra a vertente norte dos Alpes suíços.

**romance.** s.m. língua usada pelo povo, tipicamente falada, aprendida como primeira língua e presente em todas as atividades diárias, mas sem acesso aos documentos escritos. **Nota:** o romance é uma espécie de língua intermediária entre o latim vulgar e as línguas neolatinas. Não se pode precisar a época exata da formação dos romances, nem a do desaparecimento do latim vulgar. Segundo Grandegent, o período deste estende-se do ano 2000 a . C. até pouco mais ou menos o de 600 da era cristã. Só então é que aparecem os romances.

**românia.** s.f. difusão da cultura românica em vários territórios distinguindo assim duas culturas: a românica e a barbárica.

**romanização.** s.f. difusão da língua latina através das escolas, dos documentos, dos comerciantes, da força do exército, pelo teatro e outros meios para todas as partes conquistadas pelo Império Romano. **Nota:** não é difícil imaginar a maior ou menor rapidez da força da romanização e, nessa força, a difusão do latim. A seu favor o fato de ser a língua oficial da nova província: nenhum documento público era vazado em trácio ou ilírio ou celta ou lusitano; os soldados e os comerciantes encarregavam-se de uma larga propagação, com as “coisas” vão as “palavras”, o teatro e a escola integravam a população indígena à nova cultura e, afinal, o latim era o meio normal da distinção e ascensão social. **Sin.: romanice.**

**sânscrito.** s.f. ver. língua sânscrita.

**substrato.** s.m. língua usada antes por uma população que foi abandonada e suplantada por outra, por vários motivos: conquista, posse ou colonização da terra por outro povo. **Nota:** os falares célticos utilizados na Gália antes da conquista romana nos territórios que hoje constituem a França foram substituídos pelo latim, são exemplos de substratos.

**superestrato.** s.m. língua usada por povos conquistadores que introduzida na área conquistada não substitui a língua dos povos conquistados, podendo com o tempo vir a desaparecer, deixando-lhes alguns traços. **Nota:** depois das grandes invasões, as línguas germânicas acabaram por desaparecer, mas exerceram sobre o romance uma influência léxica e sintática que não é de menosprezar. Esses povos posteriormente adotaram o latim como língua.

## MUDANÇAS HISTÓRICAS

**abaixamento.** s.m. processo de mudança em que um segmento fonético se altera de mais alto para menos alto ou de menos baixo para mais baixo. **Sin.:** **abertura.**

**abertura.** s.f. ver **abaixamento.**

**abreviação.** s.f. processo de mudança em que há suspensão de um segmento da palavra reduzindo-a. **Nota:** nas palavras metropolitana, fotografia, pneumático houve abreviação para metro, foto, pneu, respectivamente.

**acrescentamento.** s.m. processo de mudança em que um novo segmento fonético passa a ser articulado em posição inicial, medial ou final de palavras.

**adaptação de empréstimo.** s.f. processo de mudança que ocorre pela transparência de uma forma estrangeira para outra língua em que a forma transferida sofre uma reestruturação em função do sistema fonológico, morfológico e/ou lexical que a transferiu.

**adição de regra.** s.m. processo de mudança que ocorre quando há um acréscimo de uma regra na gramática de uma língua. **Nota:** a adição de regra contribui para a complexificação da gramática.

**adoção de empréstimo.** s.f. processo de mudança que ocorre pela transferência de uma forma estrangeira para outra língua sem que a forma transferida sofra qualquer mudança significativa.

**aférese.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há a supressão de um segmento fonético em posição inicial de palavra. **Nota:** a aférese é, às vezes, devido a uma confusão com o artigo: assim se explica a formação das palavras portuguesas botica e bodega (do grego apothéka, “lugar de depósito, armazenamento”). Historicamente a palavra latina **episcopu** passou para o português como bispo perdendo assim, o fonema [e] inicial.

**aglutinação do artigo.** s.f. processo de mudança que ocorre pela composição de uma palavra nova formada a partir da fusão do artigo definido que precede um nome, passando a ser interpretado como uma forma única.

**aglutinação.** s.f. processo de mudança que ocorre pela composição de uma palavra nova formada a partir da fusão dois ou mais itens lexicais ou gramaticais. **Nota:** a aglutinação funde esses itens numa nova forma cuja constituição tende a tornar-se invisível. Podem ser atingidas por processos de aglutinação palavras que ocorrem frequentemente juntas num sintagma. Exemplo: em boa hora = embora.

**analogia irregular.** s.f. processo de mudança que ocorre pela criação de entidades lingüísticas a partir de formas isoladas, independentemente das classes ou paradigmas gramaticais a que as mesmas pertencem. **Nota:** são tipo de analogia irregular, por exemplo, a contaminação, a etimologia popular ou cruzamento.

**analogia proporcional.**s.f. processo de mudança que ocorre pela criação de entidades lingüísticas que opera na base de um “ modelo proporcional”, generalizando um padrão de relação morfológica entre dadas formas que previamente não se estruturavam de acordo com esse padrão. **Sin. : extensão analógica.**

**analogia regular.** s.f. processo de mudança que ocorre pela criação de entidades lingüísticas que afetam potencialmente classes inteiras de palavras. **Nota:** a analogia proporcional e a unificação analógica são tipos de analogia regular.

**analogia.** s.f. processo de mudança que ocorre pela criação de entidades lingüísticas à imagem de uma outra entidade do mesmo nível, numa dada língua. **Nota:** para os neogramáticos a analogia é um fator psicológico baseado nas leis de associação de idéias. Segundo eles, as línguas são faladas por pessoas e pessoas, fazem associações, portanto estabelecem relação de semelhança entre as línguas.

**anaptixe.** s.f. processo de mudança que ocorre pelo acrescentamento de uma vogal em posição medial à palavra desfazendo um grupo consonantal. **Nota:** observamos a palavra bratta que passou a blatta e pelo acréscimo da vogal desfez-se do grupo consonantal Br e passou a barata. **Sin.: suarabácti**

**apócope.** s.f. processo de mudança que ocorre pela supressão de um seguimento fonético em posição final da palavra. **Nota:** pela apócope há uma redução da palavra. O francês e o português **metrô,**



**cinema, foto**, vêm por apócope, de metropolitano, cinematógrafo e fotografia.

**apofonia**. s.f. processo de mudança que consiste na transformação da vogal inicial de uma palavra quando lhe é acrescentado um prefixo. **Nota:** a palavra barba acrescida do prefixo **in** torna-se **imberbe**. **Sin.:** **deflexão**.

**assimilação adjacente**. s.f. tipo de assimilação que ocorre quando um segmento se altera por influência de outro que lhe é contíguo.

**assimilação consonantal**. s.f. tipo de assimilação que ocorre quando o fonema assimilado é uma consoante. **Nota:** citamos como exemplos o pronome latino **ipse**, havendo a assimilação do fonema consonantal /p/ por /s/, tornou-se em **ESSE**.

**assimilação**. s.f. processo de mudança que consiste na passagem de um fonema para outro devido a aproximação e à semelhança de traços articulatorios entre eles. **Nota:** existem vários tipos de assimilação, por exemplo assimilação vocálica, consonantal, total, parcial dentre outros. A assimilação desempenha um papel muito importante na evolução das língua

**atração analógica**. s.f. processo de mudança que ocorre pela influência de significado exercido pelas formas, construções ou paradigmas que funcionam como modelo para aquelas formas que sofrem mudança analógica.

**atração paronímica**. s.f. processo de mudança que ocorre pela atribuição de significado entre duas palavras que historicamente não apresentam parentesco, mas apresentam alguma semelhança formal entre si. **Nota:** o sentido de “notável” que se dá muitas vezes a emérito é devido à atração paronímica de mérito. Portanto, a atração paronímica é um fenômeno de etimologia popular que aproxima empregos equivalentes a palavras que se aproximam pela forma.

**atração**. s.f. processo de mudança que ocorre pelo deslocamento de um fonema não integrado a um sistema fonológico para outras zonas do sistema onde ocupa um espaço vazio e aumenta o seu grau de integração. **Nota:** a atração também é uma modificação morfológica que sofre uma palavra sob a influência de outra palavra com a qual está sintaticamente em relação. Em português, há uma atra-

ção de número, quando o sujeito é um demonstrativo ou um indefinido neutro e o predicativo é um substantivo no plural. Ex. tudo são flores por tudo é flores. Isto são ossos do ofício por isto é ossos do ofício.

**calco.** s.m ver **calque.**

**calque.** s.m. processo de mudança que ocorre pelo empréstimo lexical de uma língua estrangeira que se apresenta com significado e estrutura semelhantes aos elementos nativos da língua original.

**sin.** Calco, decalque.

**consonantização.** s.f. processo de mudança que ocorre quando um segmento vocálico se transforma em consoante. **Nota:** dão-se casos de consonantização com as semivogais i e u, que passam respectivamente a **j** e **v**. Exemplos: **iam** / **já**, **vagare** / **vagar**.

**crase.** s.f. processo de mudança que ocorre devido à queda de uma consoante intervocálica, havendo após, a fusão de duas vogais contíguas. **Nota:** as palavras latinas **pede** e **nudu** passaram a **pee** e **nuu** respectivamente, depois a **pé** e **nu** em português, através da supressão da consoante intervocálica **d** em ambas as palavras e a assimilação da vogais contíguas constituindo a crase. Só há, modernamente crase em português, quando concorrem a preposição **a** e os demonstrativos **aquele**, **aquela**, **aquilo**, **aqueles**, **aquelas** ou a mencionada preposição e o artigo feminino **a**.

**debilitação.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há enfraquecimento do esforço dispendido na articulação de um segmento fonético chegando até a ser suprimido. **Nota:** certos contextos, como por exemplo as consoantes intervocálicas propiciam o fenômeno de enfraquecimento ou desaparecimento. No celta antigo, as consoantes intervocálicas sofreram esse processo de debilitação. Muitas palavras latinas na passagem para o português como **pede**, **nudu**, **luna** com a debilitação das consoantes intervocálicas transformaram-se em **pé**, **nu**, **lua** respectivamente. **Sin.:** **lenição; lenização; abrandamento; mutação.**

**decalque.** s.m. ver **calque.**

**desfonologização.** s.f. processo de mudança que ocorre pela perda de uma distinção fonológica. **Nota:** a duração ou quantidade das vogais era um traço distintivo no latim arcaico, mantendo-se no la-

tim clássico. no latim vulgar e nas línguas românicas já não é mais um traço distintivo. A perda da duração produz variantes livres ou estilísticas, mas não basta para distinguir palavras com significações diferentes.

**dessonorização.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há perda do traço sonoro ou vozeado de um som, em consequência da sua situação contextual. **Nota:** em inglês, as consoantes sonoras / **b** / e / **d** / sofrem esse fenômeno em posição final de palavra. A dessonorização é simbolizada por um pequeno círculo debaixo da transcrição.

**epêntese.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há acréscimo de um segmento fonético em posição medial da palavra. **Nota:** há epêntese nas palavras **estrela**, **areia**, **inverno** oriundas do latim **Stella**, **área**, **hiberno** respectivamente.

**forma convergente.** s.f. processo de criação de duas ou mais palavras de aspectos iguais, mas vinda de étimos diferentes. **Sin.:** **forma homeotrópica.**

**metaplasmo por aumento.** s.m. tipo de metaplasmo que ocorre quando há soma de segmentos fonéticos à palavra.

**metaplasmo.** s.m. processo de mudança que ocorre quando há transformação fonética, constituindo na alteração e na forma de uma palavra através de supressão, adição, permuta ou transposição dos fonemas.

**nasalação.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há uma conversão de um segmento vocálico oral para um segmento em contexto de consoante nasal. **Sin.:** **nasalização.**

**nasalização.** s.f. ver **nasalação.**

**palatização.** s.m. processo de mudança que ocorre quando os sons vocálicos ou consonantais alteram o seu ponto de articulação palatal. **Nota:** a palatização depende do contexto, isto é, corresponde a um fenômeno de assimilação.

**sinérese.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há fusão de duas vogais contíguas num ditongo.

**sístole.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há uma transpo-

sição de acento tônico de uma sílaba para a anterior. **Nota:** são exemplos de sístole as palavras **erámus** > **éramos**; **amassémus** > **amavissémos** > **amássemos**.

**velarização.** s.f. processo de mudança que ocorre quando há a produção de sons velarizados pela articulação da língua que se move em direção ao palato mole. **Nota:** o / l / final de sílaba, em português é uma consoante labial alveolar velarizada.

## CONCLUSÃO

Abordamos aqui os termos que compõem o aspecto histórico das línguas aos quais demos um tratamento normativo orientado pelas normas técnicas da terminologia.

Propusemo-nos a elaborar um glossário da Terminologia da Linguística histórica atribuindo definições para os termos que acompanham o processo de transformação das línguas. Sabemos que não é um trabalho completo, nem tem pretensão de sê-lo, porém, atingimos nosso objetivo que é iniciar uma pesquisa mais ampla.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid: Gredos, 1990.

COUTINHO, Ismael Lima. *Gramática Histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DUBOIS, Jean et alii: *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

ELIAS, Sílvio. *Preparação à lingüística românica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

- FERREIRA, Raimundo Ruberval. *Para um vocabulário semi-sistemático da cultura e da indústria de rede de dormir e um estudo dos movimentos sígnicos constitutivos de sua linguagem*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza, 1997.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *O português entre as línguas do mundo*. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.
- FAULSTICH, Enilde. Terminologia: Ciência da nova era. In *Ciência da informação*. Brasília: IBICI, 1995. Nº 3. V. 24.
- HAUY, Amin i Boainain. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1989. v.I
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- IORDAN, Iorgu. *Introdução à lingüística românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1962.
- LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1963.
- MATEUS, Maria Helena e Xavier, Maria Francisca. *Dicionário de termos lingüísticos*. Lisboa: Cosmos, [s/d.], tomo I.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 9ª ed. Porto: Clássica, 1989.
- PONTES, Antônio Luciano. *Os termos da cultura e industrialização do caju*. Assis (SP), 1997.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. MEC/INL, 1961.
- ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio. *Fonologia diacrônica do português*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

## AS DUALIDADES QUE ENVOLVEM O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

*Adilson da Silva Corrêia (UNEB, ABF)*

### RESUMO

O ensino de línguas estrangeiras, no Brasil, passa por alguns dilemas que precisam ser resolvidos e dentre eles alguns conceitos, no campo da Lingüística, precisam ser delimitados para que as políticas educacionais brasileiras precisem alguns termos sem que haja necessariamente exclusão. Dentro dessas delimitações, há de se reconhecer que o Brasil deve sustentar, na base, uma política voltada para o plurilingüismo, quando, naturalmente, compreendem-se aspectos imigratórios e fronteiriços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino, Língua estrangeira, Aquisição, Segunda língua

O título deste trabalho remonta a uma complexidade vivida por muitos professores de línguas estrangeiras, no Brasil, quando se busca o significado de cada palavra nele contido. Os estudos aplicados a línguas estão fundamentados em modelos binários, sendo muito comum os termos ensino/aquisição, língua estrangeira/língua materna, primeira língua/segunda língua. Os professores, muitas vezes, não se dão conta dessa terminologia dual, e o uso dela fica na maior parte do tempo comprometido, por não haver uma preocupação teórica suficiente voltada para uma distinção do uso desses termos.

Inicialmente, é necessário esclarecer o significado dos termos aquisição e ensino, largamente utilizados pelos lingüistas aplicados e que têm sido, em algumas ocasiões, empregados de forma confusa e, às vezes, inadequada, quando mal-interpretados. Assim, o que seria mais apropriado dizer: ensino ou aquisição de uma língua estrangeira ou de uma segunda língua?

O termo ensino, no sentido formal de ser, envolve uma série de critérios inerentes a ele, dentre eles a sistematização e o planejamento de determinados conteúdos que, dentro de um processo dialógico, buscam desenvolver capacidades individuais atendendo a uma organização social maior. O ensino é, portanto, montado por um grupo para um outro grupo, a partir de uma estrutura político-social que o comporta.

Por outro lado, a aquisição necessariamente não precisa ser

planejada formalmente e tão pouco obedece a uma sistematização rígida comportada pelo ensino. Ela existe nos contatos lingüísticos e na necessidade gerada a partir desses contatos, de se interpor nas relações com o signo. A aquisição lingüística é natural, depende de um promotor externo responsável até um certo limite, dá-se pelas trocas comunicativas diárias e é movida pela necessidade e curiosidade de obter informações vitais. Tanto o processo de ensino, quanto a aquisição leva à aprendizagem.

No entanto, necessariamente, nem todo o processo de ensino conduz a uma aquisição, mas não se descarta a possibilidade da relação do "eu" com o "outro" em ambos os processos, ou seja, constituem-se na base dialógica mediados pela linguagem.

Vista, assim, a aquisição é a relação mediata que se estabelece entre o "eu" e o conhecimento de mundo, filtrado pelo cogniscente e gerando o desenvolvimento contínuo desse "eu". Assim, o processo de ensino comporta perfeitamente a aquisição, em que a última independe da formalidade do primeiro.

Vencido, inicialmente, o problema dos termos aquisição / ensino, passemos para a combinação ensino de língua estrangeira / segunda língua ou aquisição de língua estrangeira / segunda língua, e novamente estaremos diante de um modelo dual que envolve duas palavras que precisam ser distinguidas, a saber, língua estrangeira e segunda língua. A compreensão desses dois sistemas duais constitui-se em ponto fulcral para a pedagogia de línguas.

Mas, antes de partirmos para as definições desses sistemas, precisamos salientar que a compreensão deles nunca significou um consenso, daí, talvez, a confusão do uso desses termos nos estudos brasileiros. Queremos dizer com isso que o pensamento norte-americano não faz a distinção entre língua estrangeira e segunda língua, preferindo, primeiro, agrupar os estudos em torno da palavra **segunda língua**. Em contrapartida, os estudos britânicos adotam os dois termos. Neste trabalho, preferimos a postura britânica, por acharmos haver uma distinção clara entre os dois sistemas, quando se considera o caráter comunicativo para aquela determinada comunidade estudada.

Brown (1994) distingue o contexto de língua estrangeira e de segunda língua através do uso. Para ele, no ambiente de segunda lín-

gua, o indivíduo vive a língua, pois precisa dela para se comunicar diariamente, está sempre em contato com ela, enquanto que no contexto de língua estrangeira, o contato com o idioma é efetuado nos momentos formais, mormente nas salas de aula ou, raramente, quando indivíduos fluentes se encontram e se dispõem a manterem uma conversação. Assim, a distinção básica, segundo esse conceito, é o uso intensificado da língua no processo comunicativo diário. Esses contextos definem critérios de organizar o currículo da língua envolvida no processo de aprendizagem.

Krashen (1989)<sup>1</sup>, ao relacionar o binômio ensino / aquisição com segunda língua, acabou postulando dois sistemas distintos, denominado de sistema de aquisição e sistema de aprendizado. O sistema de aprendizado está relacionado ao uso consciente da língua, dá-se com as explicações das formas lingüísticas em ambientes formais, como as escolas. Por outro lado, o sistema de aquisição seria o uso inconsciente da língua, e o processo de aprendizado dar-se-ia como se dá com a primeira língua.

Por extensão, podemos dizer que ensino, por ser de âmbito formal, é aplicado somente ao aprendizado de língua estrangeira, enquanto que a aquisição, por representar a aprendizagem mais no âmbito informal que no formal, está relacionada à segunda língua, visto que acreditamos que a aquisição ocorra dentro do processo natural do uso comunicativo, independente de haver uma instituição chamada escola para promover o contato lingüístico.

*A priori* fica resolvida a questão dual dos termos discutidos. Mas no Brasil? Que combinação de nomenclatura deve-se utilizar? Remontemos aos textos oficiais que legalizam o aprendizado de línguas, citando inicialmente a Lei nº 9.394, de 1996, que reza no seu artigo 26, parágrafo 5º:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição<sup>2</sup>

A legislação brasileira reconhece a combinação binária **ensino / língua estrangeira** e tem a preocupação de enfatizar no texto a

---

<sup>1</sup> *Apud* Dianne Larsen-Freeman e Long, 1991, p. 240.

<sup>2</sup> Brasil, Lei de Diretrizes e Bases (1996), *apud* CARNEIRO [1997], p. 84



nomenclatura língua **moderna** para evitar confusão com o termo **línguas estrangeiras clássicas** que remontam ao ensino do Latim e do Grego, modelo que persistiu por um bom tempo no nosso currículo.

Já na sessão IV, que trata do Ensino Médio, a mesma lei reza, no artigo 36, inciso III que será *incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição.* (Id. *Ibid.*, p. 99).

Novamente, a Lei menciona a nomenclatura **língua estrangeira**, aparecendo mais uma vez o reforço terminológico **moderna**. Como se observa, através dos textos oficiais, a combinação terminológica **ensino/língua estrangeira**, utilizada para o Brasil, pode ser perfeitamente compreensível, se se considerarem alguns critérios, tais como: a que língua o texto está se referindo? Em qual região específica do Brasil a língua está sendo estudada? Com que finalidade o falante aprende o idioma?

Larsen-Freeman e Long (1991) expõem alguns motivos que levam o indivíduo a adquirir uma segunda língua e a imigração aparece como um dispositivo que levou e leva muitas pessoas do mundo a aprenderem um segundo idioma, sem, contudo, perder o uso da primeira língua.

Se se caracteriza um processo migratório como sendo o movimento de seres vivos de um espaço geográfico para um outro, a colonização estaria inclusa nesse conceito. No caso dos seres humanos, a colonização é construída mediante aos processos lingüísticos, obedecendo a um *frame* totalmente histórico-cultural, estabelecido por uma complexa malha comunicativa.

Dentro do modelo humano de colonização, por conta disso impreterivelmente político, epistologicamente, situam-se dois espaços que merecem ser tratados, a saber: a substituição e a manutenção lingüística.

A substituição lingüística é estruturada pelo domínio de uma língua sobre a(s) outra(s), delimitando um espaço lingüístico, tipicamente, determinado, de um lado, pelo idioma opressor e, por outro lado, pelo(s) idioma(s) oprimido(s). A tentativa de sobreposição lin-

güística nem sempre foi pacífica, havendo reações iniciais por parte dos idiomas oprimidos, até que o processo substitutivo vence.

Esse modelo lingüístico predatório predominou nas colônias americanas. Quando os espanhóis e portugueses aqui chegaram, trazendo consigo as suas línguas, o solo americano era preenchido pela diversidade lingüística dos nativos, reduzida, por esse modelo, à língua do "vencedor". Mas nem tudo está completamente perdido, algumas línguas gentílicas foram mantidas e resistem esquecidas dentro dos territórios de alguns países americanos, sobrevivendo às margens da lei.

Se a substituição implica, primeiramente, a marginalização para, depois, na eliminação (predação) de uma língua considerada inferior, o processo de manutenção implica a coexistência de línguas, definindo os espaços bilíngües e diglössicos e, às vezes, plurilingüísticos. Como registro diglössico, podemos citar a sobrevivência do guarani, língua gentílica Carijó utilizada no Paraguai, nos dias atuais, muito embora sob os moldes do *ancient Requerimiento* colonial, em que o espanhol se constitui em língua formal, enquanto que a outra entra na informalidade deste povo.

O que observamos, em ambientes lingüísticos (bilíngües ou diglössicos) caracterizados pela manutenção, é o aprendizado dos idiomas se darem distintamente e movido por necessidades de comunicação e trocas mercadológicas intrinsecamente relacionadas às conjunturas políticas internacionais.

A comunicação é basilar nos processos humanos vitais e a família, biológica ou não, a grande responsável pelos primórdios dos contatos dialógicos humanos. Acontece que se a família, por tradição, resolver manter a língua dos progenitores na comunicação doméstica diária, nesse ambiente informal de comunicação, irá se instalar um mecanismo de preservação lingüística e se a comunidade circunvizinha adotar a mesma postura, teremos um *locus* que denominamos de **primeira língua**. Reconhecidamente, a segunda língua, independentemente de ser opressora ou oprimida, *standard* ou não, formal ou informal, virá após a aquisição da primeira língua e se dará por processo informal ou natural de contato ou pela formalidade das escolas.

Entendidos os processos de colonização, sob alguns aspectos

lingüísticos, passemos agora a análise de alguns tópicos de língua estrangeira ou segunda língua no território nacional.

O Brasil é um país pós-colonial e, como todos os países americanos, sofreu com a predação lingüística, mas, pela sua dimensão territorial, obteve êxitos para alguns aspectos dessa colonização lingüística. Algumas línguas européias (línguas do território dos vencedores) acabam sendo mantidas, principalmente, em algumas comunidades localizadas na região Sul do Brasil, como: o italiano, o polonês e o alemão. Alguns registros apontam também a manutenção do Inglês em algumas comunidades anglossaxônicas na região central do Brasil.

Essas colônias se caracterizam por manterem a língua dos seus progenitores, configurando-se, assim, em enormes *ilhas lingüísticas* no território brasileiro. Mas essas pessoas precisam se comunicar com o mundo lá fora, têm televisão, devem ler jornais na língua oficial do Brasil. As escolas devem ensinar o português e a família, por tradição, a língua dos progenitores. São comunidades bilíngües, tendo uma primeira língua, aquela utilizada no ambiente familiar, e uma segunda língua, o português, utilizado na comunicação externa à família e à comunidade, para as trocas comerciais e, muitas vezes, para compreenderem a mídia. Não acredito que podemos recorrer, nesse caso, à nomenclatura língua opressora e oprimida, já que essas se constituem em línguas dos colonizadores europeus.

Por outro lado, as línguas indígenas foram substituídas e assimiladas quase que completamente pelas línguas colonizadoras. Atualmente, a política que explícita em documentos oficiais a proteção dessas línguas é bastante "acanhada", embora muitas pesquisas aplicadas apontem soluções para o problema. Pelo discutido neste trabalho, a língua indígena seria a primeira língua, enquanto que o português funcionaria como a segunda língua. Mas estamos falando de línguas estrangeiras modernas dos textos oficiais e questionando a existência de segunda língua no território brasileiro.

Nesses exemplos, temos uma condição em que o binômio ensino de língua estrangeira não responde suficientemente à luz dos teóricos analisados nesse trabalho. Seria mais apropriado se dizer aquisição e ensino de uma segunda língua, sendo o português, essa segunda língua.

O problema com a terminologia avança para as regiões fronteiriças do País. O Brasil faz fronteira com muitos países que falam espanhol, tais como Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai. Em alguns locais, a fronteira é delimitada por uma ponte ou então por uma rua. Nesses locais, o que dizer da aquisição ou ensino lingüístico?

O caráter plurilingüístico brasileiro favorecido pela colonização européia é reconhecido pelos textos oficiais, como registram os PCNs:

No Brasil, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos das fronteiras nacionais, e o de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes (polonês, alemão, italiano, etc) e de grupos nativos, somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país.<sup>3</sup>

Novamente, os documentos oficiais mencionam o termo língua estrangeira e mais uma vez uma restrição, seguida de exclusão. Nessas comunidades, a que o texto se refere, os idiomas são estrangeiros? O texto deixa claro que essas comunidades utilizam um outro idioma que não o português para se comunicarem diariamente. Nessas condições, o termo língua estrangeira é inapropriado e o uso do termo segunda língua mais adequado, dado o contexto de uso lingüístico.

O termo segunda língua não é muito comum nos documentos oficiais, mas os PCNs já o incluem, restringindo o uso dele apenas às comunidades de surdos e indígenas, expondo que, *em comunidades indígenas e em comunidades de surdos, nas quais a língua materna não é o português, justifica-se o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua.* (Id. *Ibid.*, p. 23).

A confusão dentro dos textos oficiais, com relação ao uso dos termos língua estrangeira e segunda língua é tão perceptível que, no primeiro excerto, pode-se inferir que as línguas indígenas, designado por **grupos nativos**, são estrangeiras, enquanto que, no segundo texto, as línguas indígenas são consideradas segunda língua. O segundo

---

<sup>3</sup> Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 20.

texto define melhor o ambiente lingüístico que o primeiro.

Notemos, também, no segundo excerto, que há um novo modelo dual: língua materna/ segunda língua e a circunscrição do português, língua oficial do Brasil, na categoria de segunda língua. Neste momento, preferimos o termo língua materna à primeira língua.

Como observamos, os documentos oficiais ainda provocam confusões com o uso dos termos língua estrangeira e segunda língua e não mencionam o termo aquisição. Neste espaço legal, como estão sendo organizados os currículos de línguas em um território tão diverso lingüísticamente? A compreensão desse espaço nacional plurilingüístico, adequadamente, favorece à organização curricular e principalmente à pedagogia de línguas. Para isso, os termos legais precisam ser rediscutidos e redimensionados.

A escolha do foco das habilidades lingüísticas, a serem desenvolvidas nas escolas, depende da compreensão distinta dos termos língua estrangeira e segunda língua. É compreensível a dificuldade de se fazer uma política plurilingüística em um país pós-colonial, controlado por uma conjuntura político-econômica mundial, sob a égide de uma política lingüística anglo-saxônica perceptível. Mas não poderemos nos esquecer de que somos multilíngues e definidos geograficamente por somente dois grandes idiomas: espanhol e português. A forma de escolha deles como idioma padrão para expressar o pensamento das nações sul-americanas, em detrimento dos idiomas nativos, reconhecidos como idiomas oprimidos (ALBÓ, 1988), tem sido vastamente estudada por autores preocupados com a sobrevivência das culturas milenares dos gentios que muito têm a revelar ao mundo moderno.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBÓ, Xavier. El Futuro de los Idiomas Oprimidos. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Política Lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988, p. 75-104.

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. New Jersey: Prentice Hall, 1994.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. [Rio de Janeiro]: Vozes, [1997].

EDELWEISS, Frederico G. *Tupís e Guaranís: Estudos de Etnonímia e Lingüística*. [Salvador]: Publicações do museu da Bahia, Secretaria da Educação e Saúde, 1947, p. 27-55.

LARSEN-FREEMAN, Diane. *An introduction to second language acquisition research: applied linguistics and language study*. London e New York: Longman, 1991.

LÉON-PORTILLA, Miguel (org.). *A conquista da América Latina vista pelos índios: Relatos astecas, maias e incas*. Tradução de Augusto Ângelo Zanatta. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico*. 1ª ed. São Paulo: Respel, 2002.

TODOROV, Tzevetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

**ASPECTOS GRAFEMÁTICOS E CULTURAIS  
EM MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX  
CRITÉRIOS PARA A CONSTRUÇÃO  
DE CORPORA CONTRASTIVOS DO PORTUGUÊS**

*Afrânio Gonçalves Barbosa (UFRJ)*

*Círia da Silva Lima (UFRJ)*

**RESUMO**

Este trabalho investiga a relação entre os aspectos grafemáticos e culturais da escrita do em português no Brasil do século XIX. Nessa fase inicial, busca-se a delimitação de peculiaridades grafemáticas que possam identificar variantes reveladoras de matizes sociolingüísticos daquela época, exatamente por isso variantes denominadas *substantivas*. Numa etapa posterior, lançando mão de *corpora* do Português escrito na Europa, será possível promover a comparação entre modalidades nacionais da língua portuguesa. A partir desse confronto, poderemos avaliar a constituição do hoje denominado Português Brasileiro. Veja-se que somente se saberá a história da divergência hoje tão acirrada entre as modalidades nacionais portuguesa e brasileira se forem identificadas as marcas lingüísticas que o Brasil conserva do português para cá transplantado século a século, bem como o que nele tenha sido inovado.

**Palavras-chave:** grafema, manuscrito e brasileiro.

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Para promover tal investigação, tornou-se imprescindível construir *corpora* que demonstrem, com fidedignidade, dados representativos do Português oitocentista brasileiro. Sabe-se que, no entanto, esses materiais não são facilmente encontrados; impõe-se, portanto, como uma etapa primária da pesquisa: a busca de critérios de construção de *corpora* contrastivos do Português oriunda na descrição dos milhares de papéis guardados nos acervos públicos e privados. Não se trata de, simplesmente, reunir escritos de uma dada época e, a partir dos dados levantados deles, tecer generalizações sobre o período, mas sim buscar categorizar esses materiais a partir do contexto de escritura e das marcas lingüísticas neles verificadas.

O levantamento de *corpora* seguido de sua transcrição, digitação e edição segue as propostas gerais do Projeto Nacional Integrado Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Um princípio fundamental de nossa equipe é o de manter todas as características grafemáticas e formais da escrita. Antes de abordarmos algumas

questões gerais, antes também de lidarmos com exemplos específicos em duas cartas pesquisadas e selecionadas para este estudo, vale apresentar, brevemente, o Projeto Nacional PHPB.

Na página [www.lettras.ufrj.br/phpb-rj](http://www.lettras.ufrj.br/phpb-rj), lemos que o “Projeto Nacional Integrado Para a história do português brasileiro resultou da articulação entre vários projetos individuais e coletivos, promovida pelo I Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Abril de 1997, pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)”. Em 1998, na Faculdade de Letras, integrando-se à proposta de trabalho lançada no Seminário, já referido, foi organizado o Projeto Para uma História do Português brasileiro - equipe Rio de Janeiro (PHPB - Rio), dentro do qual se inclui o subprojeto, para o qual efetivamente trabalhamos: *Da História social à Tipologia de Manuscritos Coloniais: Aspectos Morfossintáticos e grafemáticos do Português do século XVII ao XIX*.

Dentre os importantes objetivos deste estudo, já referidos, está o principal: a delimitação dos aspectos grafemáticos do português no Brasil do século XIX e sua relação com os aspectos culturais desta mesma época. Para tal, são necessárias quatro etapas: seleção, transcrição, edição e análise de manuscritos.

## METODOLOGIA

O primeiro passo foi delimitar quais seriam os documentos estudados: 1) se literários ou não-literários; 2) se públicos ou particulares; 3) se materiais escritos por profissionais da escrita, por redatores em grau intermediário de aquisição da escrita alfabética ou por redatores pouco hábeis, em grau mínimo de letramento; 4) se o documento como produto finalizado ou em etapa intermediária de criação (rascunhos, primeiras versões ou cópias com variantes substantivas datadas anteriormente à expedição). É evidente que, como se pretende identificar características lingüísticas da época em questão, devem ser examinados em profundidade todos esses tipos de documentos. Isso porque: como se poderia afirmar que um determinado uso lingüístico era próprio de um texto particular, não-literário e escrito por mãos pouco hábeis sem contrapô-lo, respectivamente, a um texto público, literário e produzido por mãos hábeis? Sabe-se que a



tarefa de investigar todos esses documentos é monumental, mas ela se inicia nesse trabalho com o exame de duas cartas caracterizadas como *não-literárias* e de esfera particular. Duas cartas unidas nesses aspectos, mas separadas pelo fato de uma se tratar de um rascunho de redator hábil, ao passo que a outra é obra de um redator pouco hábil. Consideremos, passo a passo e à guisa de explicação metodológica, essas categorias ora apresentadas.

Dizer que essas cartas são classificadas como *não-literárias* implica reconhecê-las sem as preocupações de estilo que, diferentemente a cada época, configuram-se como a estética do ficcional. Em outras palavras, reconhecer nos textos estratégias de descrição, de narração, de seleção lexical e de figuração da linguagem diferentes daquelas usadas no cotidiano, daquelas não marcadas. Nesse sentido, como ainda permanece assistemática, por exemplo, a observação, para o século XIX, das marcas sintáticas que estilizam os folhetins, só se pode distinguir essa categoria textual como *literária* e as notícias veiculadas nos mesmos jornais oitocentistas como *não-literárias* em função do próprio rótulo aplicado pelos homens do século XIX. Em termos objetivos, assumimos que o folhetim é literário porque ele assim o era veiculado, porque assim ele circulava na sociedade, pois quando são observadas certas estratégias lingüísticas em cartas de leitores publicadas em jornais brasileiros coevos, nota-se haver muita semelhança entre elas e os textos chamados literários. Assim por exemplo, a investigação da anteposição de adjetivos em sintagmas nominais revela, aos nossos olhos do século XXI, que tanto as cartas, quanto os folhetins parecem estar com o mesmo excesso de anteposições, com a mesma estilização sintática.

Essa restrição em nossa categorização, na verdade, aponta para toda uma área de pesquisa à espera de recursos humanos: o avanço de uma *lingüística do corpus* que, na vertente de Douglas Biber (1995) pode, via o aparato computacional, identificar as dimensões textuais especificamente literárias e não-literárias a cada sincronia passada. No momento, para que não se caia no impressionismo, será considerado não-literário o texto que não circulava como tal no século dezenove.

Em relação à divisão filológica tradicional *documentos públicos* e *documentos privados* (Spina 1994), Barbosa (1999) já identificou um terceiro grupo: o da administração privada. Dessa forma, ao

menos no que se refere aos textos não-literários da fase ainda colonial da sociedade oitocentista, deve-se operar com três macro-categorias textuais: a dos escritos da administração pública, os da administração privada e os de circulação particular. Esta última definida não apenas no conteúdo na mensagem, ou na relação de proximidade entre remetente e destinatário, mas pelo fato de não haver circulação nas esferas administrativas. Não há, assim qualquer intervenção de qualquer pessoa pública ou de responsável por atividade coletiva. Por exemplo, se uma carta entre um padre e um sargento de Belém do Pará – ainda que amigos – circulou com rótulo oficial entre a *mesa de ordens* e a *guarda local* é tratada como oficial porque o contexto de escritura entre esses amigos pode forçar-lhes certas opções de uso dentro de suas molduras textuais para textos sob vigília, sob observação externa. Da mesma forma que os escritos trocados por comerciantes ou por religiosos, escritos esses que circulavam apenas entre os pares das empresas de comércio ou da ordem beneditina, não sofriam a mesma pressão de formalidade que os escritos oficiais ou particulares. De fato, definir o que seria formal ou informal a cada época é tarefa inglória. Não se pode assumir que um texto particular entre pai e filho fosse menor formal que um entre mercadores, pois naquela sociedade patriarcal, por vezes, há maior formalidade entre pai e filho que entre sócios. Contudo, de acordo com o demonstrado em Barbosa (1999) entre as três macro-categorias, pode-se assumir que as diferenças de circulação externa implicaram diferenças em aspectos grafemáticos e lingüísticos. Este trabalho, portanto, avança na investigação das marcas grafemáticas em textos particulares visando à construção de uma adequação e aprimoramento da proposta tipológica textual para a realidade brasileira do século XIX.

A distinção entre redatores com total proficiência na escrita alfabética e aqueles em grau menor de habilidade nessa técnica de escrita foi bem categorizada por Marquilhas (2000) na expressão metonímica “mãos inábeis”, ou seja, pessoas que se encontram em um primeiro estágio de letramento, apresentando não só dificuldades de pautamento, de manutenção do *cursus* na escrita, de representação de sílabas complexas (como aquelas com /r/ em *coda* ou em ataque ramificado – ao invés de escreverem <turcos>, escrevem <trucos>, por exemplo, sem que esta segunda forma corresponda a sua pronúncia)

mas revelando, principalmente uma escrita ainda fonética. Barbosa (1999) demonstra que os redatores de cartas comerciais não se enquadravam nem nessa categoria *mãos inábeis*, tampouco na de, mantendo a forma da expressão, *mãos hábeis*. De fato, eram redatores intermediários, verdadeiras *mãos pouco hábeis*, pois oscilam entre uma escrita ora mais fonética, ora observadora dos caracteres etimologizantes daquela fase da ortografia portuguesa. Num mesmo texto, por exemplo, o redator escreve <ispera> e <prompto> no lugar de <espera> e <pronto>, sendo que em proporção esmagadora para os casos de escrita fonética. Em geral, o documento produzido por um indivíduo mais hábil revela sua escolaridade e cultura superiores, ao passo que os de mãos pouco hábeis denotam um escrevente com menor escolaridade e cultura; deve-se dizer, contudo, que o que não era via de regra. Um indivíduo poderia estar inserido em todos os meios de atividades culturais ditas eruditas em sua época mas não dominar com eficiência a técnica de escrita. Em outras palavras, era possível a uma mulher não dominar bem a escrita apesar de acompanhar rodas de leituras caseiras tanto dos clássicos portugueses quanto dos folhetins tupiniquins; era possível que essa mesma pessoa também frequentasse as temporadas teatrais da cidade e lesse os panfletos políticos que proliferaram ao longo do século XIX. O fato central a ser considerado, contudo, não é ajustar nossas expectativas sociais contemporâneas ao século XIX, mas sim revelar que tem sido verificada uma maior chance de se encontrarem variantes lingüísticas que reflitam diferenças sociais nos materiais de mãos pouco hábeis reunidos pelo PHPH-RJ e pelos demais projetos de investigação diacrônica da língua portuguesa referidos em Castilho (2000). Identificar, portanto, um conjunto de cartas pessoais escritas ou por mãos pouco hábeis, ou por mãos hábeis em etapa de elaboração (como é o caso de um rascunho) é condição básica para a construção de uma sociolingüística histórica do português brasileiro.

A oposição texto como *produto final* e texto ainda em uma *etapa inicial/intermediária* de criação denota, respectivamente, um documento já redigido em sua última versão antes de ser enviado ao seu destinatário, ou seja, trata-se de um texto geralmente, no que se refere aos aspectos formais, já acabado, sem rasuras ou “remendos”, com seu destinatário expresso, corrigido, assinado e datado; com relação aos aspectos lingüísticos, o escrevente nessa produção final, já

corrigiu seus erros segundo o alcance de seus conhecimentos de redator ou, às vezes, com o auxílio de um especialista. O texto em etapas inicial/intermediária implica um produto ainda não acabado e que, por esse motivo, revela os primeiros “impulsos” da escrita.

Tais etapas iniciais revelam aspectos formais da composição (pautamento, *cursus*, etc) e lingüísticos exatamente por representarem um passo inicial em que o redator deixa transparecer características de sua escrita particular. Ele estaria mais preocupado com a transposição de suas idéias e, além disso, conta com um segundo momento para adequar as características formais e gráficas de seu texto aos padrões de sua época. Na primeira etapa, não é o produto final que norteia todas as ações do redator mas sim, o objetivo da correspondência.

Existem, de fato, duas maneiras de identificação das características formais e gráficas. A primeira seria sua correção efetiva, explicitada no que vem riscado de próprio punho. A segunda é fruto de um contraste feito entre o rascunho e a versão final de um mesmo documento. Nos documentos selecionados foram esses procedimentos que permitiram a categorização das duas fontes porque nos interessam registrar quais eram as regularidades reveladoras de traços da oralidade na escrita dos autores, bem como avaliar, em suas correções que elementos eram índices de uma norma culta objetiva. Note-se que, assim, estamos focalizando não o que estava prescrito nos manuais ortográficos da época, e sim o que era praticado na época.

### O CORPUS

Para obter dados sobre a relação entre as características gráficas e os aspectos culturais do século XIX, esse estudo utiliza duas cartas: 1) A primeira é um rascunho, não literário, escrito por mãos hábeis. Na verdade, trata-se de dois rascunhos de duas correspondências, enviadas ao senhor reverendo beneficiado Henrique Antonio João de Souza nos meses de maio de 1814 e 1815. Quanto ao remetente desses rascunhos, trata-se do senhor José da Costa e Silva, um arquiteto português que ostentava o cargo de *arquiteto geral das obras reais*. Tal senhor chegou ao Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, em agosto de 1812 e, recebeu, no período que esteve no Brasil, muitas cartas das cidades de Lisboa, Vila Viçosa, Vila Rica,

do estado da Bahia, e das instituições: Casa da Intendência das Obras Públicas e da Secretaria do Estado. Enfim, textos que circulavam entre dois representantes da norma culta da época.

Quanto ao segundo documento, trata-se de uma carta redigida por Mariana Antonia Ignacia da Silva e dirigida a Martim Francisco de Andrade Machado e Silva. Sobre a remetente não foi encontrado nenhum registro, entretanto, a partir da análise do documento e de nossos critérios de tratamento dos objetos, a classificamos como carta, escrita por uma pessoa com pouca habilidade na escrita alfabética. Conseguimos, portanto, apresentar materiais em oposição cultural por meio de marcas objetivas e não por nossa intuição contemporânea.

### O TRATAMENTO DO OBJETO INVESTIGADO

A transcrição que propomos segue a de nosso projeto nacional. Indicam-se quase todas as intervenções dos editores com colchetes. Assim:

- 1) A transcrição é de caráter conservador. Foram mantidas todas as variantes gráficas conforme o original, merecendo comentário em nota casos especiais como aqueles que podem indicar traços da oralidade.
- 2) A repetição de uma letra/sílaba será indicada através da utilização de dois colchetes, por exemplo: *dirigi[[gi]]ram* (o fato da sílaba “gi” estar entre dois colchetes significa que no original tal sílaba foi escrita duas vezes).
- 3) As situações de letra ilegível, papel corroído ou furado serão mencionadas dentro de colchetes para indicar que uma dessas situações ocorreu naquela altura do texto;
- 4) As letras/sílabas ou vocábulos cuja escrita dê margem a dúvidas, no momento da transcrição, são indicadas, na edição, entre colchetes e na fonte itálico;
- 5) O uso de uma barra denota que, naquele ponto, ocorre uma mudança de linha;
- 6) O uso da fonte tachado, tipo de letra que insere um risco sob al-

gumas letras/sílabas/trechos, conforme for o caso, significa que ocorreu, no segmento destacado, através dessa fonte, a inserção de um risco, no original do documento, realizado pelo redator. Por exemplo: mencionou.

- 7) O símbolo [↑] indica que vem após a “seta para cima”, ainda dentro do colchete, um “remendo” ou uma inclusão realizado pelo próprio redator.

A descrição detalhada do método de transcrição, utilizado por nosso projeto, salienta, mais uma vez, a nossa preocupação com a fidedignidade das nossas edições para com os manuscritos, a qual objetiva não “desperdiçar” nenhum dado seja formal, ou lingüístico.

Ao estudarmos detalhadamente a correspondência de José da Costa e Silva, catalogada nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro como *carta*, percebemos que melhor seria considerá-la numa categoria à parte, a de rascunho, exatamente porque nessa tipologia os mais diversos tipos de textos acabam revelando-se mais transparentes às variações lingüísticas. A primeira característica que nos suscitou tal divergência quanto à denominação *carta* foi o fato de o documento não apresentar finalização, ou seja, na leitura da “carta” percebeu-se que o redator ainda não a tinha completado. A segunda característica que provocou questionamento quanto à nomenclatura foi a falta de continuidade textual no que se encontrava no verso do folio. Após verificação mais atenta, percebe-se ser o rascunho de uma outra “carta”. O autor aproveitou a mesma folha de rascunho para dois textos distintos em anos distintos. Outros traços que permitiram a definição *rascunho* foram os vários casos de rasuras e de “remendos” ocorridos nessas “cartas” e a falta de assinatura nos dois documentos e de destinatário no segundo rascunho<sup>4</sup>.

Somam-se a essas características formais algumas outras as lingüísticas que também permitiram a classificação *rascunho*. Falamos da incidência (geralmente alta) de grafias que revelam marcas de oralidade em contraste com grafismos de época. Em outras palavras, trata-se da oposição entre: 1) índices grafo-fonéticos, por um lado, e 2) variações ortográficas etimologizantes e 3) Variações orto-

---

<sup>4</sup> Adotamos o critério cronológico para distinguir os dois documentos, isto é, o *primeiro rascunho* refere-se ao rascunho de 1814 e, o *segundo rascunho* ao de 1815.

gráficas livres, por outro.

Com relação à classificação do segundo documento, pode-se dizer que esse foi denominado *carta* por apresentar, em oposição aos rascunhos, e no que se refere aos aspectos formais, assinatura, destinatário, ausência de rasuras, início e finalização da carta. A outra denominação *mãos inábeis* pode ser justificada, primeiramente, por se tratar de um documento de autoria feminina. Não se deve esquecer que no século XIX o número de mulheres analfabetas ou com pouca capacitação no domínio da escrita era bem reduzido. Mesmo que não possamos igualar o fato do pouco letramento à falta de conhecimento de mundo ou vínculo aos meios de cultura, podemos reconhecer nesse fator contextual a indicação da falta da técnica de representação escrita mais fonológica. Além disso, não há pautamento, separação de sílabas, e abreviaturas conforme os padrões da época. Além desses aspectos formais, o que mais chamou a nossa atenção são as variações grafemáticas livres e as grafo-fonéticas encontradas nessa carta.

Entre os principais aspectos grafemáticos nos dois documentos estudados, destacam-se:

<b>Índices grafo-fonéticos</b>	<b>Variações etimologizantes</b>	<b>Variações gráficas livres</b>
otras	huma	sertamente
meos (2x)	anno (2x)	cincera
entereces	Mayo	perca
exprementei	commo	oniformarmos
cutella	officiaes	presso
concidro	daquella	siente
premite	Deos	inportunações
oniformarmos	cutella	expedições
antão	he	dezejo
saria	huma	agradeso
tendosa (tendo-se)	hir	encarego
ade lembra	delle	serta
em justicias	he	<b>em</b> justicias
Bachou	hũ~ hú~hu'	pagua (3x)
decho		<b>a</b> de ver
des do día		feles
feles (feliz)		pasada
perzizo		arematarão
opatrosino		decho
té (até)		sincoenta

cobra		Justisa
retarei (reterei)		oCauzians
porteção		cheguado
porteção		ade lembra
esprementado		cada ves
detrimina		viесе
ocauzians		fes
demonstra		perzizo
		quado
		conela (com ela)

Como se pode observar, há uma quantidade significativa de variações gráficas. No entanto, um observador pode não distinguir casos distintos. O que é realmente significativo aqui é o número de marcas de oralidade, marcas essas pouco ou nada freqüentes nos escritos oficiais. Mesmo no tocante aos simples grafismos daquele período de ortografia pseudo-etimológica, devemos distinguir grafemas motivados pelo valor da cultura de época em grafias etimologizantes daqueles outros grafemas em variação livre. A variação gráfica livre merecerá, numa etapa posterior, um estudo mais detalhado através de outros *corpora*, dessa mesma época, a fim de estabelecer o que, na verdade, pode ser classificado como variação grafo-fonética ou, ainda, uma variação etimologizante.

As ocorrências que aparecem, simultaneamente, na primeira e na terceira coluna, são assim localizadas por representarem índices grafo-fonéticos e variações gráficas livres, ainda que em letras/sílabas diferentes. Opondo o levantamento na *carta de mãos pouco hábeis* e o feito no *rascunho de mãos hábeis*, verificamos que a fonte carta de mãos pouco hábeis é mais propícia à variações grafo-fonéticas e ortográficas livres que a fonte rascunho mãos hábeis. Veja-se o quadro abaixo.

Aspectos grafemáticos			
	Índices grafo-fonéticos	Variações etimologizantes	Variações livres
carta mãos pouco hábeis	27	5	16
rascunho mãos hábeis	14	12	8

Por outro lado, o documento rascunho de mãos hábeis apresenta, em maiores quantidades, variações etimologizantes. Há evidência, portanto, de que tanto um redator menos capacitado culturalmente quanto aquele bem formado deixam transparecer os três ti-



pos de categorias grafemáticas. O que muda vem a ser o tipo e principalmente a distribuição das variantes.

Além desses três tipos mais freqüentes, podemos observar, numa perspectiva comparativa, como se separam as sílabas em final de linha e como se usam as abreviações nesses dois tipos de documento. No que se refere à carta de mãos pouco hábeis, percebeu-se que tal documento não utiliza os padrões vigentes na época, ou seja, Maria Antonia Ignacia da Silva apresenta padrões particulares do emprego de tais regras. Por outro lado, os usos de José da Costa e Silva encontram-se perfeitamente dentro do padrão geral daquele período, isto é, o que vigora na maioria das cartas daquela mesma época.

## CONCLUSÃO

Os aspectos grafemáticos e de configuração formal aqui abordados indicam que o tipo de texto *mãos pouco hábeis* é mais propício a revelar aspectos da fala e de uma grafia proveniente de uma norma objetiva menos culta. Ainda confirmamos tal hipótese no fato de o texto *rascunho* de uma mão hábil apresentar, em maior número que o texto *carta*, variantes etimologizantes que refletem a norma subjetiva da época. Pode-se dizer, ainda que preliminarmente, que as fontes *rascunho de mãos hábeis* e *carta de mãos inábeis* representam um tipo de material "rico" em demonstrar padrões socialmente variados das normas objetivas oitocentistas.

A ampliação quantitativa e qualitativa do material de observação proporcionará novas descobertas a respeito dos aspectos grafemáticos e sua relação com aspectos culturais outros, como, por exemplo, maior ou menor incorporação de vocabulário regional, indígena ou africano. Tal ampliação contará também com outros tipos de materiais (cartas de mãos hábeis e novas de pouco hábeis, rascunhos, bilhetes, etc). Nesses futuros trabalhos, pretendemos, também, abordar não só os tipos de texto e os aspectos culturais, mas também o componente diatópico e o cronológico. Enfim, queremos deixar disponíveis à comunidade acadêmica materiais mais representativos para a história da nossa língua nacional.

## BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, 484 fl. mimeo.

BARATA, C. E. de Almeida & BUENO, A. H. da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibero Americana Comunicação e Cultura Ltda. 2000.

BIBER, Douglas. *Dimentions of register variation: a cross-linguistic comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CASTILHO, Ataliba de. O estudo histórico do português brasileiro: a questão do *corpus* in: *Lingüística*. Publicação da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), 2000. Vol. 12, p. 299-307.

———. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, 2000.

MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista - do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC, 1991. (Série Lingüística, n. 14).

———. *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SPINA, S. *Introdução à edótica*. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.

### *Fontes Manuscritas*

Dois rascunhos de mãos hábeis: I- 3,29,45. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro / Seção de manuscritos.

Carta de mãos hábeis: I -3,29,44. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro / Seção de manuscritos.

## EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA O VERNÁCULO ESCOCÊS EM *THE ACID HOUSE* DE IRVINE WELSH

Fabiana Júlio Ferreira (UERJ)

### RESUMO

Este trabalho enfoca a inovadora utilização do vernáculo escocês em contos da obra *The Acid House*, de Irvine Welsh. Algumas dessas histórias ganharam uma versão cinematográfica dirigida por Paul Mac Guigan na Grã-Bretanha em agosto de 1999. A partir de contos selecionados, destacaremos a relevância do uso vernáculo na narrativa de Welsh nesse momento em que a questão da identidade nacional lingüística na Escócia é discutida por estudiosos de língua, tendo inclusive merecido a atenção de membros do novo Parlamento escocês, que se reúne em Edimburgo. Acreditamos que, dentro desse quadro, a colaboração que Irvine Welsh presta em *The Acid House* ao resgate do escocês como língua literária que justifica atenção e análise..

**Palavras-chave:** Identidade lingüística, Vernáculo, Escócia

Este artigo, vinculado ao projeto de pesquisa da Professora Doutora Ana Lúcia de Souza Henriques (UERJ), pretende discutir algumas questões relativas à identidade lingüística escocesa focalizando o uso do vernáculo em dois contos: “Snuff” e “The Granton Star Cause” do livro *The Acid House*, de Irvine Welsh.

Esse escritor escocês vem ganhando bastante espaço na cena literária mundial nos últimos anos. Algumas de suas obras foram adaptadas para o cinema, como é o caso de *Trainspotting* e *The Acid House*. Tal sucesso se deve, em grande parte, aos assuntos bastante atuais e polêmicos de suas histórias que abordam tópicos como, por exemplo, o uso de drogas.

Em suas narrativas, Irvine Welsh tanto utiliza o inglês padrão grafado de maneira convencional quanto de acordo com o sotaque escocês, além de palavras e expressões em vernáculo escocês. Este fato associado a uma maneira inovadora de desenvolver seus enredos, muitas vezes inusitados, torna Welsh um escritor aclamado pelo grande público na época atual.

Quando nos referimos ao vernáculo escocês, tomamos por base a opinião de A. J. Aitkin. Ao comentar a questão da língua falada na Escócia, Aitkin afirma que:

o discurso de um indivíduo vai variar de acordo com região (algumas regiões são mais “escocesas” do que outras), classe social, idade, sexo, circunstância (por exemplo, o famoso contraste entre o discurso de sala de aula e de playground), e as lealdades nacionais e locais do falante. Este discurso misturado e variado é o vernáculo do dia-a-dia, mas não mais que isso. (ATKIN, 1996: xii.)

Neste trabalho enfocaremos os diferentes usos de vernáculo, procurando observar a classe social e o nível educacional a que pertencem os personagens. As variedades encontradas podem ser tomadas como contribuições para marcar traços distintivos da identidade lingüística desses falantes.

Quanto ao título do primeiro conto selecionado, “Snuff”, sabemos que esse termo vem sendo utilizado para definir uma categoria específica de filmes que se limitam a apresentar cenas reais de morte e tortura. Entretanto, talvez por se tratar de um uso ainda muito recente, esse vocábulo não conste em dicionários como o *Webster’s Unabridged Dictionary*, mas apenas em dicionários de expressões informais do inglês falado, como, por exemplo, *Talkin’ American: a Dictionary of Informal Words and Expressions* (HARMON, 1995).

Em “Snuff”, o protagonista Ian Smith é um homem extremamente formal obcecado por filmes e vídeos. O objetivo de Ian é o de assistir a todas as produções cinematográficas atribuindo a cada uma delas um comentário crítico e uma cotação que pode variar da nota zero à nota dez. No seu *Halliwel’s Film Guide*, ele assinala o nome do filme a que assistira com caneta fluorescente amarela, escrevendo comentários na margem da página, como por exemplo: “8. Brilhante. Outra atuação maravilhosa de de Niro. Scorsese é o indisputado mestre do gênero.” (WELSH, 1994: 65.)

Sua obsessão se transforma num problema a partir do momento em que assistir a filmes passa a ser o que de mais importante faz em sua vida, levando-o inclusive a menosprezar qualquer outra ocupação. Os vídeos a que ele assiste o afastam de tudo e de todos. Em seu trabalho, não tem amigos, seus companheiros sabem muito pouco de sua vida, como vemos no exemplo abaixo:

Eles o chamavam de garoto do vídeo no escritório onde ele trabalhava, mas pelas costas. Ele não tinha verdadeiros amigos, sua maneira de ser repulsava familiaridade. (*Idem*)

Tais películas acabam por funcionar como uma espécie de anestésico, impedindo que ele sinta e viva a realidade a sua volta. Essa apatia pode ser observada em, por exemplo, dois momentos distintos: sua separação conjugal e a morte de sua mãe. Quando sua esposa o troca por outro, não consegue sentir nenhuma dor por essa perda. Consciente de sua apatia, Ian tenta despertar em si mesmo algum sentimento:

Sua mulher o havia deixado há um ano atrás. Smith sentava na cadeira tentando se permitir sentir a perda, a dor, mas de alguma forma ele não conseguia. Ele não conseguia sentir nada, só uma desconfortável culpa por não ter sentimentos. (*Idem*, p. 67)

No funeral de sua mãe, ele chega a sentir uma leve dor, principalmente quando se recorda do amor que recebera dela na infância. Entretanto, essas imagens do passado se misturam a cenas de filmes que assistira, fazendo com que ele se distraia, servindo como um anestésico para sua dor.

Sua solidão acaba por intensificar essa forte compulsão por filmes, tornando Ian num homem muito frio e extremamente metódico, que se distancia de sua própria humanidade. Esse isolamento o conduz ao suicídio por enforcamento. O momento de sua morte é gravado em vídeo. Essa gravação faz dele o protagonista de um *snuff*, pois, como mencionamos anteriormente, esse termo vem sendo utilizado para definir uma categoria específica de filmes que se limitam a apresentar cenas reais de morte e tortura.

A maneira com que Ian se expressa pode ser reveladora da classe social a que pertence, a classe média. Seu contato constante com filmes variados serve para ampliar sua cultura geral. Esse personagem utiliza o inglês padrão provavelmente em decorrência de um somatório de fatores: seu nível de escolaridade, sua ampla cultura e, além disso, sua extrema formalidade.

Em "Snuff", o vernáculo escocês está presente de forma moderada na linguagem mais informal do personagem Mike Flynn, um colega de escritório de Ian, como podemos observar em:

Cristo, ninguém vai conseguir te parar agora, hein, Ian? Hollywood, lá vamos nós! Vou te dizer, você pega a Yvonne aqui para estrear num filme pornô. Você dirige, eu produzo. (*Idem*, p. 73-74)

Christ, there'll be **nae** stopping **ye** now, Ian eh? Hollywood here we

come! Tell you what, we'll get Yvonne here to star in a porno movie. You direct, I'll produce.

Em inglês padrão, as palavras escocesas que surgem acima como *nae* e *ye* seriam respectivamente *no* e *you*. Como o uso do vernáculo está restrito às falas de Flynn, podemos pensar na hipótese de que Welsh utiliza o escocês nessa narrativa, tal qual o faz em algumas outras, como um elemento marcador de informalidade e/ou descontração na fala de personagens de classe média ou de classe pobre. Daí em “Snuff” seu uso não ser recorrente, pois nesse conto predomina um tom de seriedade e formalidade, que reflete a maneira com que se comporta o personagem principal.

“The Granton Star Cause”, a segunda narrativa selecionada, enfoca um conjunto de mudanças marcantes e repentinas na vida aparentemente tranqüila de Boab Coyle, um jovem escocês de 23 anos. Sua inércia habitual, somada a outras características de sua personalidade pacata, acaba por desencadear uma sucessão de reações negativas nas pessoas com as quais ele convive. Seus colegas do time de futebol *The Granton Star* preferem não mais o escalar para os jogos, pois acreditam que ele não possa contribuir para o sucesso do time. Ter sido excluído do time será a primeira de uma série de decepções sofridas por Boab.

A segunda decepção é causada por sua incapacidade de buscar sua própria independência. Essa atitude faz com que seus pais acabem por expulsá-lo de casa, alegando que deveria deixar de ser dependente e que sua presença lhes tira a privacidade. Boab fica estarrecido diante desse comunicado inesperado.

Sem a companhia dos amigos do futebol e sem ter onde morar, o rapaz ainda sofre uma terceira decepção quando sua namorada Evelyn escolhe trocá-lo por outro melhor, segundo afirma.

Em vez de procurar recuperar as posições que perdera, extravasava sua raiva depredando uma cabine de telefone. Essa não parece ter sido uma atitude acertada, pois desencadeia uma série de martírios em sua vida, inclusive o de passar uma noite na cadeia.

Depois de tantas derrotas, Coyle encontra Deus em um pub. Revoltado com a incapacidade de ação do rapaz, diz que nada daquilo teria acontecido se alguma atitude tivesse sido tomada. No entanto, Deus compara Sua personalidade à do jovem escocês:

Você é igual a mim. Um idiota preguiçoso, apático e relaxado. Agora eu detesto ser assim e, sendo imortal, eu não posso punir a mim mesmo. Mas eu posso punir você, colega, e é isso que eu pretendo fazer. (*Idem*, p. 130)

You're jist like me. A lazy, apathetic, slovenly cunt. Now ah hate bein like this, n bein immortal, ah cannae punish masel. Ah kin punish you though, mate. That's whit ah intend tae dae.

As palavras em vernáculo que aparecem na citação acima como “jist”, “ah”, “bein”, “n”, “cannae”, “masel”, “kin”, “whit”, “tae” e “dae”, em inglês padrão seriam “just”, “I”, “being”, “and”, “can't”, “myself”, “can”, “what”, “to” e “do”.

Podemos observar que Deus admite não ser perfeito, como vemos no exemplo acima. Curiosamente, esse Deus imperfeito utiliza uma linguagem em que palavras em vernáculo escocês ocorrem com frequência. O Deus de Welsh – humanizado como um escocês bebendo cerveja em um pub – enfrenta questionamentos similares aos de qualquer mortal.

Como castigo, Deus transforma Boab em uma mosca, e é desta forma que ele passa o resto de seus dias, vingando-se daqueles que julgava injustos, inclusive seus pais. Usando as condições oferecidas pelo seu novo corpo, faz com que aqueles que julga responsáveis por suas decepções sofram de intoxicação. Boab morre esmagado com um jornal por sua mãe que jamais poderia imaginar que seu filho estivesse preso àquela forma de vida.

Essa história envolve pessoas de baixo poder aquisitivo em situações informais, o que justifica a utilização do vernáculo escocês por todos os personagens, com pequenas diferenças de intensidade. Quanto mais alto o nível educacional de uma pessoa, o que está geralmente ligado à classe social, maior é a utilização do inglês padrão. Em “Snuff”, Ian, que trabalha em um escritório, utiliza o inglês sem marca de vernáculo em seu discurso. Já Boab Coyle, motorista de caminhão, usa o vernáculo sem restrições. Entretanto, em personagens como o chefe de Coyle, o vernáculo se apresenta de forma menos intensa devido ao posto de chefia que ocupa, como vemos a seguir: “Sente-se, Boab, eu vou direto ao assunto, colega.” (*Idem*, p. 127) (“Sit doon, Boab, I'll come straight to the point, mate.”)

Na frase acima, apenas a palavra “doon”, “down” em inglês padrão, pertence ao vernáculo. É interessante comparar esse discurso

com o do pai de Coyle onde predomina o vernáculo escocês, como vemos abaixo:

o seguinte, filho, é hora de você sair fora dessa casa. Você tem 23 anos agora, muito velho para um rapaz morar com a mãe e o pai. Eu quero dizer, eu estava no mar com a Marinha Mercante aos 17 anos. Simplesmente não é natural, filho, você entende? (*Idem*, p. 121)

Thing is, son, it's time ye wir ootay this hoose. Yir twinty-three now, which is far too auld fir a laddie tae be steysin wi his ma n faither. A mean, ah wis away tae sea wi the Merchant Navy at seventeen. It's jist no natural, son, d'ye understand?

As palavras: “ye”, “wir”, “ootay”, “hoose”, “yir”, “twinty”, “auld”, “fir”, “tae”, “steysin”, “wi”, “n”, “faither”, “ah”, “wis”, “jist” e “d'ye” em inglês padrão seriam respectivamente: “you”, “were”, “out of”, “house”, “you're”, “twenty”, “old”, “for”, “to”, “staying”, “with”, “and”, “father”, “I”, “was”, “just” e “do you”.

Em relação a essa busca de uma identidade lingüística escocesa, percebemos, a partir dos elementos destacados nas histórias aqui analisadas, que o uso do vernáculo está presente nas falas mais informais de personagens com razoável grau de escolaridade e que geralmente se expressam em inglês padrão. A utilização mais recorrente do vernáculo fica mais restrita às falas daqueles com mais baixo grau de escolaridade.

Concluimos, então, que o uso da língua feito pelos personagens Welshianos está de acordo com a definição de Aitkin anteriormente citada, ou seja, se tomarmos o uso do vernáculo para medir o quanto são escoceses, uns são mais “escoceses” do que outros, devido a sua proveniência, classe social, dentre outros fatores mencionados pelo lingüista.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITKIN, A. J. "The History of Scots". In: ROBINSON, Mairi (ed.). *The Concise Scots Dictionary*. Edinburgh: Chambers, 1996, p. ix-xvi.
- CRYSTAL, David. *The Cambridge Encyclopedia of English Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HARMON, R. (ed.). *Talkin` American: a Dictionary of Informal Words and Expressions*. Boston: Signal Press, 1995.
- HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. "A questão da identidade nacional lingüística em Walter Scott e Irvine Welsh". In: *VII Congresso da Abralic*, 2000, Salvador: Terras e Gentes. 2000.
- . "Língua Literatura e Poder". In: *IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*, 2001, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: 2001, p. 65-75.
- MACLEOD, Iseabail et alii. *The Scots Thesaurus*. Aberdeen: Aberdeen University Press, 1990.
- ROBINSON, Mairi, ed. *The Concise Scots Dictionary*. Edinburgh: Chambers, 1996.
- WELSH, Irvine. *The Acid House*. London: W. W. Norton & Co., 1994.

**INTERAÇÃO FACE A FACE  
EM UMA COMUNIDADE RELIGIOSA  
ENQUADRES RELIGIOSO E SOCIAL  
(Continuação do número 24)**

*Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS e UFPE)*

**Culto divino**

O Culto divino é o que mais caracteriza o **evento de tribuna**. O pregador domina a interação e solicita alguma participação da congregação, especialmente na leitura de textos bíblicos. Os membros se enquadram satisfatoriamente na maior parte do tempo do sermão (1.01.05 / 1.02.47/ 1.05.35)

**Exemplos:**

1.00.42 - Pr – *Vamos ver outra característica. Lucas 1:46 a 55. Eu gostaria que uma mãe lesse esses versículos(...).*

1.01.05 - Ma. faz a leitura, em pé.

(...)

1.01.54 - Ma. termina a leitura.

1.02.10 - Pr – *Obrigado, M. (Ma)*

(...)

1.02.24 - Sv. faz também uma leitura, em pé.

1.02.47 - Pr – *Obrigado, irmã.*

Pr explica o texto.

(...)

1.05.17 – Pr – *Ainda quero ler com vocês, Provérbios 6 (0.2), versículo 20 (0.3), Provérbios 6. Quem achar primeiro pode (0.2) pode ler (0.6).*

1.05.35 - Ma. lê.

Durante esse serviço religioso, ocorre **alternância metafórica de código**; o evento requer um código e situação formais, porém, pelo menos, em dois momentos, o pregador (Pr) utilizou-se de linguagem informal. Outro aspecto observado e interessante é a postura do **sujeito**, a polifonia ocorre em circunstâncias diferenciadas: sujeito como porta voz de Deus, sujeito como porta voz de sua infância, sujeito como porta voz de sua madrastra.

Passemos aos registros, sublinharemos os tópicos que confirmam as observações acima. Em relação à alternância metafórica de código, apenas a reação das pessoas é que será sublinhada, pois os fragmentos selecionados como um todo é que comprovam essa alternância.

Exemplos:

#### Alternância metafórica de código

0.54.02 - Pr – *ontem à tarde (0.3) é (0.1) quando eu ia chegando do Supermercado, o meu vizinho (0.2) estava* (Br, D3, tenta olhar para o vizinho do Pr.) *logo cedo, ele não costuma ta logo cedo, estava de roupas, todo bem asseado, pulando, contente, muito feliz e eu fiquei sem entender porque eu nunca o vi tão cedo assim trocado de roupas (0.2).*

0.54.30 - Pr – *Depois eu entrei pra minha casa (0.2). Ah, eu disse, é a esposa que ta chegando. O irmão Lu estava muito contente porque ia buscar a irmã A (Ci) (Pr ri) no aeroporto, ontem bem cedo. Ele está muito sério ali olhando pra mim E estava muito contente..*

Br, D.3, tenta olhar por traz do Pr para ver o irmão L.

A Igreja quase toda ri.

L. está sério.

0.54.47 - Pr. – *Mais tarde o vôo atrasou, e ele, (...) eu estava lá também junto com eles. Mas era uma alegria imensa porque(0.1) a mãe chegou em casa. Todos os filhos estavam contentes, L. também muito contente, com um sorriso até aqui, né? (Pr aponta para sua própria boca) Eu estava observando isso, viu L.? (Pr rindo e outros membros da igreja também) E a irmã Ap., não sei se está aqui, não a vi aqui ainda, Está aqui? (0.3) (Pr olha para irmão Br que está na plataforma e este aponta para frente, em direção da classe de Ap.)*

Deste ponto (0.55.55), Pr indica claramente o retorno ao código e situações formais:

Exemplos:

0.55.55 - Pr – *Vamos abrir agora (0.2) nossa Bíblia no livro de São Lucas no Capítulo 1 (16), Lucas 1, versículo 26 a 38 (0.6). (...)*

#### Dialogismo do sujeito

Exemplos:

Porta-voz de Deus:

0.53.01 - Pr – *O título do sermão, nós trouxemos (0.2) para esta manhã é o convite de*

Deus para um sublime (0.2) ministério.

0.53.14 - Pr – *Nós estamos contentes, e estamos também assim (0.2) emocionados por (0.1) estamos aqui para transmitir a palavra de Deus (...)*

Porta-voz de sua infância:

1.08.58 - Pr – (...) É eu lembro que quando, meu pai herdou alguma do pai dele e ele batia na gente, e ele(0.2) ficava assim em pé, e botava o pescoço da gente dentro das pernas ( batia)) na poupança e nas pernas, e ele começou a fazer isso e eu ainda levei três surras.(C. ri)

(...)

Porta-voz da madraستا:

1.08.58 - Pr – (...) É eu lembro que quando, meu pai herdou alguma do pai dele e ele batia na gente, e ele(0.2) ficava assim em pé, e botava o pescoço da gente dentro das pernas ( batia)) na poupança e nas pernas, e ele começou a fazer isso e eu ainda levei três surras.(C. ri)

(...)

Mas uma vez minha madraستا, ERA minha madraستا, mas ela chegou para o pai e disse: “pode parar, não bate mais não.” (Corte gravação)

## O depois

Ao ser pronunciada a bênção, todos devem conservar-se quietos, como temendo ficar privados da paz de Cristo. Saíam então sem se atropelar e evitando falar em voz alta, portando-se como na presença de Deus e lembrando-se de que Seus olhos repousam sobre todos. (White, 1995: 196)

Ocorrem poucas atitudes do que está registrado como orientação para o **depois** do culto: a descida na escadaria, vagorosamente, sem atropelo; a orientação dos diáconos para a saída. No mais, parece que ocorre o contrário do que lemos nas orientações. Vários grupos são formados, geralmente, por faixa etária. Alguns assuntos são tratados: visitação, agenda para oração, assuntos corriqueiros, etc.

Confirme-se (indicaremos os registros a partir do “amém” da oração que indica o final do Culto):

Exemplos:

1.16.28 - Pr diz “amém”, e todos também.

Em seguida, os diáconos se posicionam para orientar a saída.

Há um fundo musical durante a saída dos membros.

Muita conversa, barulho.

1.18.15 - Cena na escadaria, há congestionamento, a descida é lenta, pois o Pr cumprimenta a todo.

Há entrega também de mais uma lembrancinha em homenagem às mães `a porta de saída.

1.19.04 - Formação de grupos em frente à igreja.

As duas jovens que conversavam dentro da igreja continuam sua conversa do l lado de fora, uma adolescente se aproxima delas.

1.19.14 - S apresenta um jovem visitante a La, esta aperta a mão dele.

1.20.09 - S continua apresentando o jovem a outras moças, agora para E.

o grupo agora está formado com: S, o jovem, E e Ma. que penetrou no grupo.

Quando a câmara se aproxima, Ma. diz que a irmã S é sua terceira mãe.

Há um outro grupo próximo: P, Je, T

Ln, La, e Er formam outro grupo.

1.21.31 - Grupo de cinco de cinco mulheres tentam combinar uma hora e dia par orar em favor de uma das que se encontra no grupo, quando C, que está filmando, passa pelo grupo, uma a interrompe e tenta combinar para que ela também entre no esquema.

### *Os adoradores: orientações e atitudes*

#### **Os adultos/ pais**

“Irmãos, não seria bom meditardeis um pouco sobre este assunto, reparando na maneira por que vos conduzis na casa de Deus e nos esforços que estais envidando por preceito e exemplo (...)” (White, 1995: 197)

A educadora continua considerando o assunto: “Quase todos precisam ser ensinados como se portar na casa de oração. Os pais devem não só ensinar, como exortar os filhos a entrarem no santuário divino com seriedade e reverência.” (White, 1993: 540). Eles são exortados a ficar com os filhos próximos a si.

A atitude de alguns adoradores adultos demonstra falta de alinhamento com o serviço religioso. Outra questão observada é que

muitos filhos não ficam juntos de seus pais ou quando ficam, alguns dos pais não se preocupam com o que a criança está fazendo.

Exemplos:

### Momentos dos anúncios

0.26.20 – D.2, uma mulher – *Feliz sábado para os irmãos!*

0.26.23 - D.2 – *Aproveitar estes instantes para informamos da agenda da Igreja(0.2)*  
(...)

0.26.30 - Gr. E Gi conversam. ( Gi sinaliza com os olhos sobre a presença da câmera, Gr ri discretamente, sem graça)

0.26.46 - (...)

*Cada filho, e para cada pai também. Mas a homenagem(..).*

D.1 e LA conversam em frente ao quatinho do som. Ne, esposa de LA se aproxima.

0.27.23 – Na A1, Mr conversa com um parente e a esposa dele, no meio, acompanha a conversa.

*E a equipe vai ter que também (..).*

0.29.44. – (...)

Há muita movimentação na igreja.

0.31.30 - Uma pessoa da A1 se levanta e sai.

D.2 – *E quando vocês tiverem dúvidas. Se vocês (...)*

*(frase perdida, muito barulho)*

Gr. Chega na A3 e se abaixa para falar com alguém.

0.35.17 - *Aguardemos, então os minutos que se seguem.*

Gr. Termina a conversa e prepara-se para sair

E. estava conversando com R. e sai (A3)

Observe-se que, no caso de Gr.(0.31.30/ 0.35.17), a conversa só é concluída quando também termina o período dos anúncios.

### Os jovens

“O respeito à casa de Deus e a reverência a Seu culto são

apoucados no espírito dos jovens.” (White, 1996: 54)

Ellen G. White (1978), em seu livro Mensagem aos Jovens, escreve: “A reverência é grandemente necessária na juventude deste século.”(p.265) É deste mesmo livro a observação de que os jovens têm o privilégio de glorificar a Deus na Terra. Para ela, os jovens têm uma grande tentação que é a irreverência.

Exemplos:

### **Momentos dos anúncios**

0.26.20 – D.2, uma mulher – *Feliz sábado para os irmãos!*

0.26.22 - Congregação – *Feliz sábado!*

0.28.22 - Duas jovens saem da igreja (A3)

0.32.00 – (...)

Duas jovens na A2 já estão conversando há algum tempo

0.33.33 - As duas jovens da A2 continuam conversando e Gr. Também.

0.33.34 – (...)

Duas adolescentes, na A2, combinam para sair e saem.

**INÍCIO DO CULTO**

0.44.22 – (...)

An e Re. Conversam baixinho (A3)

0.49.14 - (...)

P., adolescente, conversa com uma pessoa do banco de trás. (A3).

Sa e E. conversam (A3)

L., criança, conversa com uma juvenil e uma jovem.

Sa brinca com os cabelos de Ln, faz gestos de quem passa uma tesoura.

P. alisa cabelo de amiga ao seu lado e ri.

### **Programação de sábado à tarde – 11/05**

1.22.45 - (...)

Os adolescente ficam juntos, ocupando três bancos na ala 3.

S., no banco do meio, vira-se e fala com alguém do banco de trás.

Duas adolescentes do primeiro banco estão viradas para trás e adolescente do último banco debruça-se para frente.

Uma adolescente alisa e prende o cabelo da outra.

Em um outro banco duas jovens trocam palavras.

1.41.00 - P se vira e fala com K que está num banco atrás do dela. P ri. E K ri discretamente. K faz um gesto com a mão na cabeça, depois baixa a cabeça apoiada com a mão e levanta rapidamente a cabeça. Je que está junto como ouvinte ratificada, ri

Ln folheia um caderno.

Duas jovens terminam de ver um álbum de fotografias. Uma delas entrega o álbum para Sa que esta sentada um banco à frente.

## **As crianças**

A verdadeira reverência para com Deus é inspirada por uma intuição de Sua infinita grandeza e consciência de Sua presença. Com esta percepção do Invisível deve ser profundamente impressionado o coração de toda criança. (White, 1993: 235)

A autora ainda expõe: Pais, exaltai o padrão do cristianismo no espírito de vossos filhos; ajudai-os a entretecer a pessoa de Jesus em sua experiência; ensinaí-os a ter o maior respeito pela casa de Deus e a compreender que quando entram ali devem fazê-lo com o coração comovido... (*idem*, 541)

As crianças também apresentam grandes dificuldades em se alinhar aos enquadres dos serviços religiosos. Mesmo as que estão próximas aos pais, parece que não recebem destes a ‘devida ajuda para entretecer a pessoa de Jesus em sua experiência’. Contudo, constatam-se alguns momentos em que elas participam ativamente das partes dos serviços religiosos que são endereçadas a elas.

Exemplos:

### **Fim da escola sabatina**

0.21.00 – D.1 – *Agora, todos cantemos o hino de número 453, “Amor no lar”.*

0.21.17 – D.1 - *levantemos, pois e cantemos.*

Todos se levantam e começam a cantar, enquanto isso:



Duas crianças, na ala 1, se distraem. São dois irmãos que disputam o mesmo papel, a menina fica com o papel, e o menino passa a brincar com seu irmão mais novo que está deitado no banco, por trás da mãe que está de pé.

(...)

Um menino sai pelo C2.

0.23.58 - (...)

Jt., criancinha de 3 anos, desliza de barriga no banco.

Jt. Está em frente a sua mãe que continua cantando

0.24.14 - D.1 – *Oremos*

Começa a orar. A congregação acompanha de olhos fechados

Jt. Sentado com os olhos abertos.

Os mesmos irmãos estão sentados de olhos abertos, a menina com o papel na boca.

A mãe das crianças, Sv., de olhos fechados, orando.

### **Início do culto**

0.42.10 – (...)

No C1, uma criança entra na igreja e outra sai.

V. chega na ala 3.

0.46.00 – (...)

Uma criança na ala 2 continua sentado.

L., criança, desenha de joelho e acomoda papel no banco. (A3)

0.49.14 - (...)

L., criança, conversa com uma juvenil e uma jovem.

0.56.34 - (...)

Crianças brincam, riscam papel.

L. com a mãe demonstrar querer alguma coisa, está inquieta.

1.06.09 - Duas criancinhas de uns três anos (Le e Jt) passeiam de mãos dadas pela igreja, rodeando pela frente dos bancos enquanto o Pr está lendo.

Pelos exemplos apresentados, facilmente, percebe-se que os adoradores, independentes de suas faixas etárias, têm dificuldades em se alinhar, satisfatoriamente, aos serviços religiosos em andamento.

***Enquadres religioso e social:  
alinhamentos excludentes ou complementares***

Os exemplos até agora comentados tanto demonstraram alinhamento nos serviços religiosos quanto a falta deste.

O Pregador, no Culto divino, procurou interagir com a congregação, dando oportunidades às mães (já que era um dia comemorativo para elas) para que participassem. Verificamos que elas responderam positivamente ao alinhamento, pois a participação esperada aconteceu. Ainda no Culto, observamos que, na maior parte do tempo, a maioria dos membros estava reverente e acompanhando a leitura bíblica indicada pelo pregador.

Na programação da tarde, no Culto J.A., devido até mesmo a estrutura desses cultos ser mais dinâmica, a interação ocorreu de maneira bem diversificada: das crianças: desenhando e escutando sua história; dos adultos, respondendo ao concurso bíblico, testemunhando na hora do drama e assim por diante.

Exemplos:

0.22.45 - C. orienta a Igreja para o concurso bíblico e parte dedicada às crianças.

Movimentação das crianças para ir ao lugar indicado..

1.23.35 - Crianças de joelhos apóiam o papel no banco e recebem lápis para desenhar.

1.25.14 - Mi. verifica se já estão com o material e diz que o marido pode ajudar a esposa.

1.26.04 - L.A. junto de sua esposa para ajudá-la.

(...)

Gi responde, ao mesmo tempo, dois gabaritos, o dela e o da mãe ou da irmã.

1.30.40 – (...)

Um garoto tenta ajudar a mãe, o mesmo garoto que estava dormindo pela manhã, na hora do culto.

Algumas crianças continuam desenhando.

(...)

1.35.40 - Z. começa a história para as crianças.

De um modo geral, registramos também outras situações que demonstravam a busca de alinhamento em relação ao enquadre

religioso que estava ocorrendo:

Exemplos:

0.17.06 - (...)

Movimentação de pessoas entrando e procurando se acomodar.

0.21.17 – D.1 - *levantemos, pois e cantemos*.

Todos se levantam e começam a cantar.

0.24.14 - D.1 – *Oremos*

Começa a orar. A congregação acompanha de olhos fechados

0.36.35 - (...)

Igreja participa cantando

0.37:40 - D.3 – *Agora o segundo, nós vamos (?) tem uma parada nos versos*.

A profa. Toca.

A Igreja canta. Praticamente, todos estão acomodados.

0.38.50 - D.3 – “*Sinto a presença*”.

D.3 canta o hino para o início do culto divino

A maioria canta, estão sentados, acomodados, reverentes. Com a sinalização de D.3, todos se levantam.

Ocorreram, porém, algumas situações que comprovam que os adultos, jovens e crianças, por alguns segundos ou minutos, afastavam-se do enquadre desejado. Em muitas situações, essa falta de alinhamento no enquadre religioso era gerada por certos enquadres sociais que apresentaram um alinhamento conflitante com o evento religioso em questão. Em um evento de tribuna, como o que ocorre na igreja, espera-se que os ouvintes acompanhem atenciosamente o que está ocorrendo, mas isso nem sempre ocorre, muitos membros se ocupam de atitudes variadas: conversar, desenhar, folhear álbuns, etc.

Exemplos:

0.04.39 - Classe dos Jovens. Professor explica a lição.

Duas alunas conversam (conversa paralela).

0.05.50 - Classe 1. Os mesmos alunos participando. Um homem e uma mulher participam. Em um outro banco, duas alunas trocam idéias baixinho, sem interação com o que está ocorrendo na classe.

0.10.24 - Irmã S. depois se vira e conversa com irmã A., enquanto D. 1 fala lá da frente para que todos os professores encerrem a lição. Irmã S. continua virada para o banco de trás e está com três ouvintes ratificadas, A., C. e Mi. O D.1 continua falando lá da frente

0.13.06 – D. 1 – *A Igreja Adventista do Sétimo Dia celebra uma data glamurosa,*

(...)

S. está conversando com pessoas do banco de trás, depois se vira um pouco para frente depois que vê a filmadora. (ala 3)

Irmão Jo está arrumando uns papéis (ala 3)

0.15.05 – (...).

Irmã Ap. Está conversando com irmã W., Mi olha, participando da conversa. (ala3).

0.17.30 – (...)

Adolescentes, na ala do meio, conversam.

Jo folheia papéis, S., um adolescente, acompanha seus movimentos.(A2)

0.21.00 – D.1 – *Agora, todos cantemos o hino de número 453, “Amor no lar”.*

Cinco pessoas estão aglomeradas junto a mureta da escadaria, duas delas estão conversando.

Os exemplos acima comprovaram como certos enquadres sociais comprometem a adoração das pessoas envolvidas.

Demonstraremos a seguir que nem todos os enquadres sociais conflitam com o religioso, muito pelo contrário, é um pouco de demonstração da religião na vida das pessoas e de que igrejas evangélicas se preocupam em atender às necessidades espiritual, social e econômica de seus adoradores e visitantes.

Lendo a transcrição da fita, vamos observar que todas as programações do dia (Escola Sabatina, Culto divino e Culto J.A.) se voltaram para homenagear as mães da igreja e as visitantes.

D.1 faz uma homenagem a todas às mães que estão presentes na igreja:

Exemplo:

0.13.06 – D. 1 – *A Igreja Adventista do Sétimo Dia celebra uma data glamurosa,*

(...)

A você, mamãe, os nossos parabéns. E nós queremos convidar (...) as mães (...)

0.14.19 – (...)

D.1 – *E nós vamos cantar esta musiquinha (...)*

Outro enquadre social em que se investe muito, nesta comunidade religiosa, é a atenção aos visitantes.

Exemplos:

0.10.43 – D. 1 – *Nesta manhã de sábado, nós estamos (...) temos o privilégio, temos a oportunidade de (0.2) está congregando também conosco algumas pe-soas que (0.2) nos estão visitando(...)*

(...)

D. 1 - *Nós, nós gostaríamos de conhecer todas as pessoas que estão neste sábado nos visitando.(...)*

Verificamos, nos registros, algumas demonstrações de atenção e afeto entre membros da família (social) e amigos que não comprometiam o enquadre religioso:

Exemplos:

0.09.43 - *Irmã S. alisa cabelo e ombro de irmã R.*

0.15.27 – (...)

*V. ainda está abraçado, por trás, ao pescoço da mãe.( A 3)*

0.49.14 - (...)

*P. alisa cabelo de amiga ao seu lado e ri.*

1.30.40 - (...)

*Um garoto tenta ajudar a mãe, o mesmo garoto que estava dormindo pela manhã, na hora do culto.*

1.38.43 – (...)

Alguns acompanham a música, cantando baixinho.

*Uma mãe alisa a cabeça do filho.*

2.07.20 - *O pai de P. bate suavemente e repetidamente no ombro da esposa.*

É costume da comunidade religiosa apresentar alguns programas sociais para os jovens e também que envolvem toda a família. As principais datas comemorativas (Dia das Mães, dos Pais, das Crianças, Natal e Ano Novo) são festejadas de forma espiritual e social, chegando mesmo a terem ‘comes e bebes’.

Assim, podemos comprovar que alguns alinhamentos e enquadres sociais são totalmente condizentes com os enquadres religiosos esperados nos diversos serviços religiosos. Enquanto outros in-

terferem na ligação do homem com Deus.

## CONCLUSÃO

Observando a comunidade religiosa, identificamos que ela apresenta muitas orientações necessárias para um bom enquadre religioso, inclusive com atuais sugestões para sanar algumas dificuldades geradas pelo encontro social que obviamente ocorre.

Nossa sugestão é que se intensifiquem ou ponham em prática, novamente, algumas das decisões já tomadas pela liderança local e regional: que os 15 minutos de cânticos ocorram antes de todos os cultos; que os anúncios sejam dados em boletim (ou colocados em um quadro de avisos, no caso de a Igreja não apresentar recursos financeiros suficientes para esse procedimento); que os anúncios façam parte do enquadre do culto divino (algumas igrejas já utilizam esse critério); que a pessoa responsável pelo setor de comunicação apresente esses avisos de forma objetiva; que haja um tempo determinado para que adolescentes, juvenis e crianças, que ficam em salas separadas durante a Escola Sabatina, entrem na igreja, evitando-se a entrada desordenada; que as crianças se sentem junto aos pais; que a estrutura das programações seja mais dinâmica e participativa; que haja mais leituras individuais e congregacionais sobre a atitude dos adoradores pois um longo período sem elas pode fazer com que os membros se esqueçam de determinadas orientações.

Em uma análise como essa em que se verificam dois tipos de interação: ‘face a face’ com o divino e com o próximo, não é fácil delimitar com precisão suas fronteiras..

Podemos perceber que o silêncio, como sinal de reverência, “não é o nada, não é o vazio sem história” (Orlandi 1995: 23). Ele apresenta significação própria, não sendo um simples complemento da linguagem.

Com essa concepção de silêncio significante, pode-se instaurar uma nova realidade em que o silêncio não seria ‘falta’; a linguagem é que seria ‘excesso’, como expõe Orlandi: “o silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como *horizonte* e não como *falta*” (Orlandi, 1995: 70).

Conforme a mesma autora

(...) o que funciona na religião é a *onipotência do silêncio divino*. Mais particularmente, isto quer dizer que, na ordem do discurso religioso, Deus é o lugar da onipotência do silêncio. E o homem precisa desse lugar, desse silêncio, para colocar uma sua fala específica: a de sua *espiritualidade*. (Orlandi, 1995: 30).

O homem para se encontrar com o divino precisa do elo do silêncio significativo. Nele, a voz de Deus é “ouvida” no coração do adorador que se alinha para esse grande encontro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. Vol I., 3ª ed, São Paulo : Pontes, 1991.

———. *Problemas de Lingüística Geral*. Vol II, São Paulo : Pontes, 1989.

*BÍBLIA SAGRADA de referência Thompson*. São Paulo : Vida, 1997.

BLOM, Jan-Petter & GUMPERS, John J. O significado social na estrutura lingüística: alternância de código na Noruega. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M.(orgs.). *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998, p. 31-56.

GOFFMAN, E. Footing. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (orgs.). *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre : AGE, 1998, p. 70 - 97.

———. The neglected situation. In GIGLIOLI, Pier Paolo (ed). *Language and social context*. London: Cox & Wyman Ltd, 1976, p.61-66.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M.(orgs.). *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre : AGE, 1998, p. 98-119.

———. The speech community. In GIGLIOLI, Pier Paolo (ed). *Language and social context*. Cox & Wyman Ltd, London : 1996, p.

219-231.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Exercícios de compreensão ou cópia nos manuais de ensino de língua. Recife : UFPE, 1996 material cedido pelo autor (publicação do INEP).

ORLANDI, Eni Puccineli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3ª ed. São Paulo : UNICAMP, 1995.

QUENTAL, Lúcia. A importância da pesquisa em sociolinguística Interacional para a realidade brasileira. Maceió, *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, n.19, dez. 1996

RAVENHILL, Philip L. Religious utterances and the theory of speech acts. In SHUY, Roger W. (ed). *Language in Religious Practice*. Massachusetts, USA : Newbury House Publishers, Inc., 1976, p. 26-39.

WHITE, Ellen G. *Mensagem aos Jovens*. São Paulo : Casa Publicadora Brasileira, 1978.

———. *Orientação da Criança*. São Paulo : Casa Publicadora Brasileira, 1993.

———. *Parábolas de Jesus*. São Paulo : Casa Publicadora Brasileira, 1996.

———. *Testemunhos Seletos*, Vol II., São Paulo : Casa Publicadora Brasileira, 1995.



## LINGUAGEM E IDENTIDADE NA LITERATURA BRITÂNICA

Ana Lucia de Souza Henriques (UERJ e UNESA)

Amanda Beilfuss Moreira (UERJ)

### RESUMO

O escritor escocês James Kelman utiliza uma linguagem coloquial, urbana, em sua obra de ficção. Sua narrativa versa sobre as angústias, os questionamentos e as incertezas em que vive uma grande parte da classe trabalhadora escocesa. Esse trabalho propõe uma análise, através de contos selecionados, da ficção desse escritor considerado por alguns a resposta escocesa a Kafka e Joyce. As obras a serem abordadas apresentam uma contundente crítica social em uma linguagem predominantemente coloquial e urbana. A freqüente inserção na narrativa de palavras em escocês e de frases contendo vícios de linguagem e até mesmo certos desvios da norma gramatical contribui para delinear o perfil de seus personagens: escoceses de classe média com baixo grau de escolaridade. A identidade desses personagens é marcada ainda por outros traços distintivos, os quais não deixam dúvida a respeito da cultura a que pertencem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem, Identidade, Literatura

O presente trabalho tem como objetivo interpretar alguns pontos referentes à tríade linguagem, identidade e crítica social em "An Old Pub near the Angel" ("Um velho pub perto do Anjo") e. e "Nice to Be Nice" ("Bom ser bom"), contos do escritor escocês James Kelman.

Kelman pertence a uma corrente literária chamada pela crítica especializada de *new Scottish writing*. Nesse novo estilo escocês, os textos são narrados em uma linguagem coloquial repleta de gírias e de palavras em vernáculo e focalizam o dia-a-dia de pessoas de classe média baixa ou pobre que moram em subúrbios ou pequenas cidades da Escócia.

James Kelman tem várias obras publicadas, dentre elas ensaios, coleções de contos, peças teatrais e cinco romances. Em 1994, recebeu o prêmio literário *Booker* com *How Late it was, How Late* (*Era tarde, muito tarde*). Essa premiação suscitou muita controvérsia, provocada fundamentalmente pela própria natureza da obra: um romance que enfoca a penúria em que vivem os habitantes da região pobre de Glasgow, a capital escocesa. A respeito da polêmica causada por esse prêmio, Kelman afirmou numa entrevista que a rejeição

por parte de alguns foi motivada principalmente pelo estilo por ele adotado, atribuindo-a a um certo elitismo literário, que envolve questões ligadas à obrigatoriedade de uma obediência a padrões previamente estabelecidos que não contemplam as necessidades daqueles escritores que buscam retratar de maneira não estereotipada essa outra face pouco divulgada de uma parte da sociedade escocesa até então relegada a um lugar de menor destaque nas obras literárias. Num conferência intitulada *Elitism and English Literature: Speaking as a Writer* (*Elitismo e Literatura Inglesa: Falando como um Escritor*) proferida para alunos do Goldsmiths College, em novembro de 2000, assim Kelman se referiu a essa reação de parte da crítica:

O problema reside no fato de que, quando pertencemos a uma sociedade hierárquica, não temos as liberdades que esperaríamos ter. Quem quiser ser um artista, tem permissão para tal, mas a realidade é algo diferente. Mas, uma vez que você começa, descobre que esse não é bem o caso. Eu só tenho a permissão de ser um escritor se eu estiver disposto a abrir mão de minha cultura, desistir de expressar minha pequena voz, desistir das canções de meus avós porque tudo isso é menor – tudo isso é supostamente uma tolice infantil e agora esperam que eu me expresse da mesma maneira do que uma droga de um rei (...)

(Disponível em [www.thei.aust.com/bsite/btl/btlinkelman.html](http://www.thei.aust.com/bsite/btl/btlinkelman.html))

Nascido em uma comunidade pobre, Kelman, ex-motorista de ônibus, conhece a fundo os hábitos dessas pessoas humildes cuja diversão quase sempre se limita ao bar da esquina, à casa de apostas, aos jogos de sinuca e ao futebol. Estar consciente de ser parte integrante desse grupo, segundo lembra, não é motivo de orgulho nem de vergonha, mas apenas uma constatação do papel que desempenha nessa fatia menos privilegiada da sociedade escocesa.

Assim, ao dar voz em suas obras a personagens oriundos de seu próprio meio social, procurando reproduzir seu modo de pensar e de agir, o escritor parece querer dar conta de uma lacuna há muito existente.

Tendo sido um leitor voraz quando criança, Kelman recorda que era freqüentador assíduo de uma biblioteca. Lá encontrava os livros de histórias infantis que tanto apreciava. Sua preferência era por narrativas que focalizassem crianças na escola, sendo que as escolas e os alunos descritos nas obras a que teve acesso pertenciam às altas classes sociais, nada tendo a ver com a sua própria realidade. Nessas histórias, os personagens principais eram sempre ingleses brancos e

cristãos (*Idem*).

As exceções à esmagadora maioria de personagens ingleses estavam limitadas à presença de um ou outro personagem, também de origem aristocrata, proveniente de uma das colônias britânicas. Estes se destacavam das demais pela sua indumentária peculiar, um turbante ou até mesmo um saio escocês. Contudo, o elitismo social vigente presente nessas histórias fazia com que a origem nobre dessas crianças fosse entendida como sendo de menor valor.

Ainda em relação a essas narrativas infantis, Kelman chama a atenção para o destaque dado ao exotismo desses colonos, presente inclusive na maneira com que se expressavam em inglês, afirmando que a língua inglesa falada por eles exibia divertidos maneirismos idiossincráticos, o que contribuía para marcá-los como criaturas exóticas. A eles nunca cabia o papel de heróis, reservado exclusivamente para os personagens ingleses. Mesmo assim, apesar do lugar inferior que ocupavam, mostravam-se sempre leais e prontos a auxiliar os ingleses, únicos protagonistas das histórias.

Kelman considera peculiar o fato de crianças como ele se identificarem com os heróis daquelas histórias, que não apresentavam um só personagem, conforme afirma, *oriundo de seu background, de sua cultura e experiência de vida (Idem)*. Buscando justificar tal identificação, ele lembra que aos dez ou doze anos é difícil aceitar que se é diferente. Daí ter imaginado a si mesmo como parte daquele seletivo grupo de crianças cujo comportamento e forma de expressão eram tidos pela sociedade como os “corretos”, ou seja, aqueles que deveriam ser tomados como norma.

Quando resolve escrever sobre a realidade que o cerca, Kelman se dá conta de que não consegue encontrar modelos literários na literatura inglesa, não obstante sua leitura abundante.

Essa busca acabaria por levá-lo a obras de alguns escritores realistas americanos, mas também ressalta a importância da leitura de obras traduzidas de escritores existencialistas europeus. Tudo isso somado ao seu interesse pelo *rock* britânico.

Na carta ao seu editor de *Busted Scotch (Escocês sem grana)*, ele diz que aos vinte e dois anos compreendera que possuía alguns direitos. Em tom enfático afirma:

Eu tinha o direito de criar. Eu não tinha de escrever como se fosse outra pessoa e não eu mesmo (ex. um membro imaginário das classes altas britânicas). Nem tinha de escrever sobre personagens lutando para se tornarem outras pessoas (ex. um membro imaginário das classes altas britânicas). Eu podia sentar (...) e criar histórias minhas, sobre mim, sobre dificuldades e tribulações diárias; sobre minha família, sobre meu patrão, sobre o rapaz e a moça ao lado (...). Estava tudo lá. Eu fazia parte de tudo aquilo. Não havia obrigação de descrever, explicar ou me definir em termos de classe, raça ou comunidade. Apesar da autoridade desumana, as pessoas à minha volta existiam como seres humanos completos; elas levavam suas vidas adiante como se as “forças do mal” não existissem. Minha família e minha cultura não estavam à disposição de avaliações. Nem tampouco meu trabalho, a menos que eu escolhesse dessa forma (KELMAN, 1997: 9).

Essa dificuldade inicial na busca por modelos parece ter sido bem resolvida, pois James Kelman tem alcançado sucesso na criação de obras que retratam com seriedade um tipo de personagem que, como ele, tem origem em uma classe social pobre. Kelman faz do cidadão comum o centro de sua narrativa, dando-lhe voz para que expresse seus pensamentos. Ao considerar suas obras em relação a outras, ele diz:

Considerando o que eu via a minha volta, isso nunca tinha sido feito antes. Se foi, eu não consegui achar. Não havia nada em lugar algum. Sempre que via alguém proveniente de minha classe social na literatura inglesa, esse personagem estava confinado às margens, mantido em seu lugar, preso ao diálogo. O leitor podia apenas ver ou ouvir esse personagem, mas nunca penetrar em sua mente. Somente o seu lado exterior poderia ser encontrado na narrativa, mas nunca o interior (...). Eles nunca soaram verdadeiros, nunca como alguém com quem se pode topar na vida real.

(Disponível em [www.thei.aust.com/bsite/btlinkelman.html](http://www.thei.aust.com/bsite/btlinkelman.html))

Em seus contos, o escritor, fiel ao novo estilo escocês, apresenta a dura realidade desses escoceses. Suas histórias são narradas, quase sempre em primeira pessoa, pela voz de um homem escocês pertencente à classe trabalhadora. Esse narrador ou narrador-personagem é marcado por uma certa melancolia, por um certo sentimento de perda. Ao mesmo tempo em que aparenta não mais crer num futuro promissor, sabe que deve continuar a luta por sua sobrevivência.

Ao trazer para suas obras temas do cotidiano dessa classe social escocesa menos favorecida, James Kelman coloca em evidência determinados assuntos que raramente são tratados com igualdade de

espaço ou de oportunidades pelos meios de comunicação e nas salas de aula de literatura de língua inglesa de seu país.

As duas narrativas selecionadas – “An Old Pub near the Angel” e “Nice to Be Nice” – enfocam diferentes momentos da vida de dois homens solteiros: Charles, protagonista da primeira, e Stan, personagem central da segunda. Ambos enfrentam dificuldades financeiras que parecem agir como uma força opressora que delimita seus espaços, torna pequenos seus sonhos. Tanto Charles quanto Stan, vítimas de um sistema excludente, não perderam a capacidade de serem generosos, solidários.

Na primeira narrativa, em que predomina o inglês padrão, duas vozes se intercalam, a do narrador onisciente e a de Charles, um escocês que vive em Londres. Mesmo tendo optado pela Inglaterra, onde as possibilidades de conseguir um emprego, a princípio, são maiores do que em seu país, Charles depende do seguro social para sobreviver. Sem trabalho, acredita merecer a compreensão de Ahmed, seu senhorio, pelos atrasos nos pagamentos do aluguel de quarto em que mora – uma questão de humanidade, segundo pensa. O reconhecimento da generosidade de Ahmed faz com que Charles se sinta agradecido e chegue a pensar em pagar o referente a uma semana de aluguel dependendo da quantia que recebesse de pensão. Contudo, ele parece não se esforçar para conseguir uma nova ocupação.

Esse escocês, como tantos outros que já não acreditam mais em suas aspirações, parece estar acostumado a viver com o pouco que recebe de pensão do governo. Essa situação em que se encontra não faz dele um revoltado nem um ladrão, muito menos desperta nele a vontade de voltar para seu país. Viver na Inglaterra, mesmo que em condições precárias, ainda parece ser melhor do que tentar a sorte na Escócia.

Na segunda narrativa, “Nice to Be Nice”, Stan, um ex-motorista de caminhão, cuja linguagem revela sua origem humilde, compartilha o pouco que possui com seus amigos, desde um copo cerveja até o apartamento alugado em que vive. Stan, sempre passivo e otimista, repete com frequência a frase: “Bom ser bom”, que serve de título ao conto.

Sempre preocupado em ajudar os amigos, Stan teme que sua vizinha Moira venha a ser despejada. Ele sabe que uma mãe solteira

desempregada depende da moradia oferecida pelo governo. Numa tentativa malograda de auxiliar a amiga, tenta inverter a situação procurando falar com o encarregado de cobrança dos aluguéis do conjunto habitacional. Inconformado com a frieza dos responsáveis pela ordem de despejo em relação à situação de sua amiga, sua calma costumeira se transforma em uma raiva incontrolável até que ele sofre um colapso nervoso ao tentar estrangular o gerente do Conselho Habitacional.

Dessa forma, por meio de uma ótica masculina, o escritor constrói uma contundente crítica social, mas, ao mesmo tempo presta sua contribuição, juntamente com outros escritores escoceses<sup>5</sup>, para os estudos relativos à delicada questão da identidade nacional lingüística de seu país, visto que muitos de seus personagens se expressam utilizando palavras em vernáculo escocês.

Optar por procurar reproduzir esse tipo de linguagem falada tem seu preço. Kelman lembra as dificuldades enfrentadas por aqueles que fazem esse tipo de escolha e cita, por exemplo, a censura que sofreu por parte de certas editoras e até por uma parte do público em geral. Muitos estranham uma obra literária que não utiliza o inglês padrão. Esse preconceito, porém, também atinge outras artes. Segundo o escritor, essa rejeição também acontece em relação a algumas produções cinematográficas, como *Billy Elliot*, dirigido por Stephen Daldry.

Na palestra que mencionamos, feita para alunos do Goldsmith College, ele lembra a reação de uma professora aposentada que escrevera uma carta para um jornal inglês de grande circulação lamentando a péssima linguagem em que se expressam os personagens nessa película. Para ela, os responsáveis por essa obra deveriam ter imaginado que, “limpando” a linguagem, *Billy Elliot* poderia ser mostrado em sala de aula ([www.jameskelman.co.uk/](http://www.jameskelman.co.uk/)).

Se considerarmos a origem dos personagens, vemos que, devido a sua classe social e ao seu nível de escolaridade, a linguagem não poderia ser outra e mesmo a pronúncia não poderia ser aquela dos locutores da BBC.

A ascensão social alcançada pelo personagem *Billy*, no entanto,

---

<sup>5</sup> Dentre eles, citam-se Tom Leonard, Hugh MacDiarmid, Alan Warner e Irvine Welsh

deve ser tomada como uma exceção, pois a maioria das crianças provenientes de sua classe social enfrenta sérios preconceitos sociais. A esse respeito, Kelman afirma que, ao deixar a escola com quinze anos, ele estava ciente, como muitos de seus colegas, do estigma de inferioridade *colado não apenas em sua testa, mas na testa de seus pais e vizinhos*. Para ele, uma das mais sofisticadas características de seu país é que, *antes de deixar a escola, a maioria dos alunos já sabe o que o sociedade pensa deles e de seus pais*.

Dessa forma, James Kelman faz uso de uma linguagem predominantemente coloquial e urbana, na qual há a freqüente inserção na narrativa de palavras em escocês e de frases contendo vícios de linguagem e até mesmo certos desvios da norma gramatical, o que pode ser considerado uma marca que contribui para delinear o perfil de seus personagens: escoceses pobres com baixo grau de escolaridade. A identidade desses personagens é marcada ainda por outros traços distintivos, os quais não deixam dúvida a respeito da classe a que pertencem.

O conto “Nice to be Nice”, do livro *Busted Scotch*, nos permite discutir, no âmbito deste breve ensaio, o tipo de linguagem em que se expressa a classe trabalhadora escocesa. Essa história é narrada por Stan, um assalariado que, apesar de suas dificuldades financeiras, não perde a generosidade nem a capacidade de ser solidário com os amigos que necessitam de ajuda. Nessa narrativa pode-se observar que, além da inserção de gírias e do uso freqüente de palavras em vernáculo, o inglês padrão é grafado muitas vezes de acordo com o sotaque escocês. O termo inglês padrão é aqui utilizado nos termos definidos por de David Crystal, ou seja, aquela modalidade que ouvimos em noticiários ou lemos em jornais de países de língua inglesa e que parece agir como uma eficaz força unificadora das inúmeras variedades existentes (CRYSTAL, 1997: 111).

A princípio, essa linguagem pode surpreender o leitor desavisado acostumado a narrativas em inglês padrão. A leitura de “Nice to Be Nice” exige atenção redobrada, principalmente daqueles que desconhecem o vernáculo escocês, mas também dos que não estão familiarizados com a língua inglesa falada com sotaque escocês. As dificuldades que esse grupo de leitores possa vir a enfrentar no início da leitura tendem a desaparecer na medida em que a leitura prossegue. A título de ilustração, destacamos na língua original a frase que inicia esse conto: “Strange thing **wis** it **stertit oan** a **Wedinsday**, **A** mean *nothin* ever **sterts oan** a **Wedinisday kis** it’s the day **afore pey**”

day an A´m ey skint.”. (KELMAN, 1997: 21)

Das vinte e oito palavras que compõem esse período, verifica-se que nove delas, grafadas em negrito acima, estão em escocês:

<b>escocês</b>	<i>inglês-padrão</i>	<b>português</b>
wis	was	foi
stertit	started	começou
a	I	eu
sterts	starts	começa
kis	cause	porque
afore	before	antes
na	and	e
ey	yes	sim

Duas outras, em itálico, são palavras da língua inglesa grafadas de maneira não convencional:

<b>inglês-padrão (grafia não-convencional)</b>	<b>inglês-padrão (grafia convencional)</b>	<b>português</b>
<b>oan</b>	<b>on</b>	<b>numa</b>
nothin	nothing	nada

Além disso, vemos o emprego de uma gíria:

<b>gíria britânica</b>	<b>inglês-padrão</b>	<b>português</b>
skint	broke	sem dinheiro

As dez palavras restantes pertencem ao chamado inglês padrão:

<b>inglês-padrão</b>	<b>português</b>
strange	estranho/a
thing	coisa
it	pronome neutro
a	um/uma
mean	quero dizer
ever	nunca
it´s (it is)	é
the	o
day	dia
´m (am)	estou

Como se vê, há um equilíbrio entre o número de palavras em escocês e aquelas em inglês padrão. Essa alta ocorrência de palavras em escocês está presente em todo o conto “Nice to Be Nice”, pois essa é a maneira coloquial em que o narrador-personagem Stan se expressa. Assim, ao dar voz em suas obras a personagens oriundos da classe trabalhadora escocesa, procurando reproduzir seu modo de pensar e agir, o escritor preenche uma lacuna há muito existente.



E essa é, na verdade, a questão que nos faz refletir sobre esse tipo de produção literária na sociedade escocesa contemporânea.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOUR, Stephen & CARMICHAEL, Cathie, eds. *Language and Nationalism in Europe*. Oxford: OUP, 2000.

CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: CUP, 1997.

HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. "A questão da identidade nacional lingüística em Walter Scott e Irvine Welsh". In: *VII Congresso da Abralic*, 2000, Salvador: Terras e Gentes, 2000.

———. "Língua Literatura e Poder". In: *IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF. Rio de Janeiro, 2001, p. 65-75.

KELMAN, James. *“And the Judges Said...”: essays*. London: Vintage, 2002.

———. *Busted Scotch: selected stories*. London & New York: W.W. Norton & Co., 1998.

———. *How Late It Was, How Late*. London: Secker & Warburg, 1991.

McINTOSH, Angus. *Scotland's Languages: Papers on the History and Present position of Scotland's Languages*. Edinburgh: W & R Chambers, 1979.

ROBINSON, Mairi, ed. *The Concise Scots Dictionary*. Edinburgh: Chambers, 1996.

#### Páginas da internet consultadas

KELMAN, James: [www.jameskelman.co.uk](http://www.jameskelman.co.uk) (página do escritor)

———. "Elitism and English Literature: Speaking as a Writer". Disponível em [www.thei.aust.com/bsite/btlinkelman.html](http://www.thei.aust.com/bsite/btlinkelman.html)

**OS CONSULTÓRIOS GRAMATICAIS**  
**DA REVISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA**  
**AOS JORNAIS CONTEMPORÂNEOS**

*Regina Maria de Souza (UERJ e UNESA)*

Aspiramos a fazê-la um órgão de publicidade útil aos estudiosos e, do mesmo passo, torna-la o ponto de convergência da elaboração, até aqui dispersa, em pró da defesa do idioma pátrio, que, como nunca tem que zelar os seus thesoiros, e jamais se arrastou tão desestimado, tão descuidado, tão corrompido e, sobretudo, tão desnacionalizado, qual nos tempos que correm. (*Intenções*, de Laudelino Freire: nº 1, p. 5)

**RESUMO**

O trabalho que ora apresentamos, enfoca um recorte da pesquisa realizada sobre a *Revista de Língua Portuguesa*, importante periódico na área filológico-gramatical no Brasil, dirigido por Laudelino Freire e editado no período compreendido entre 1919 e 1935. Uma de suas seções fixas, “Consultas”, tinha o intuito de responder a perguntas e esclarecer dúvidas dos leitores acerca de questões que se referiam ao idioma vernáculo.

Pretendemos nessa comunicação fazer um levantamento comparativo de algumas perguntas incluídas na seção mencionada com as atualmente enviadas aos professores ou aos jornalistas-gramáticos dos consultórios da imprensa, considerando os pontos em comum e os contextos em que se inserem, a fim de mostrar que, apesar de quase um século ter-se passado, as dúvidas se repetem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consulta, Consultório, Língua Portuguesa, Jornal

Ao se propor a criar um órgão público que divulgasse a língua portuguesa, Laudelino Freire ousou enfrentar o desafio de expor seu trabalho, sua obra e, mesmo, sua vida profissional ao grande público daquela época, no sentido de que a *Revista de Língua Portuguesa* alcançava não apenas os profissionais de língua portuguesa, mas todos os que muito freqüentemente por ela se interessavam: pessoas de outras áreas, cuja formação acadêmica, ainda que heterogênea, envolvia-as com a produção na área de Letras; estudantes que necessitavam de informações confiáveis; o público em geral, que por curiosidade ou desejo de participar, indagava ou opinava a respeito das questões do momento.

Numa época em que não havia cursos superiores na área de Letras, dedicavam-se aos estudos de língua portuguesa pessoas de variadas formações. Algumas chegavam a acumular suas funções específicas com o magistério de Português ou de outra língua. Estão neste caso alguns importantes colaboradores da *RLP*, entre os quais citamos Mário Barreto (advogado e professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro), Ramiz Galvão (médico e professor de Grego do Colégio Pedro II), Carlos Góis (advogado e professor do Colégio Oficial de Minas Gerais), Sousa da Silveira (engenheiro e professor da Escola Normal), além do de seu próprio diretor, Laudelino Freire (advogado e professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro).

Serafim da Silva Neto, no número de junho de 1955 da *Revista Brasileira de Filologia*, exprimiu sua opinião sobre esse fato:

No Brasil, onde a língua nacional foi recebida depois de desenvolvida e polida como língua escrita, sempre houve grande (e até, em certos casos, exagerado) interesse pelas questões de linguagem. Os problemas práticos – a crase, a colocação de pronomes, o infinitivo pessoal e outros que tais – alancearam a mais de um coração, atormentaram e ocuparam o tempo a numerosas pessoas e provocaram rudes e aceras polémicas. Não é de estranhar, pois, que haja florescido, entre nós, vasta legião de puristas e vernaculistas, amadores sem formação universitária, mas apostados em ler os “clássicos” para imitar-lhes os torneios e copiar-lhes os termos e expressões.

Na *Indexação da Revista de Língua Portuguesa* vamos encontrar trabalhos como o “Dicionário de termos médicos”, de Serafim Almeida e Paulino Vieira (em 11 partes, do nº 21 ao 47) e o estudo de Guedes de Melo, “Fábula: coletânea literária” (em 12 partes, do nº 33 ao 46). Profissionais da área médica, sem atuação no magistério, cujo interesse pela língua reflete-se na dedicação que demonstraram em seus trabalhos.

O Dicionário se integra aos estudos lexicológicos e as Fábulas à crítica filológico-literária. Hoje, é bem mais escasso esse tipo de comportamento, pois a especialização em uma área de pesquisa tornou-se cada vez mais aprofundada, e as mudanças são tão rápidas que o tempo dedicado à atualização tem de ser quase integral. Verificamos, porém, como já dissemos antes, a permanência nos meios de comunicação de seções que visam ao esclarecimento de dúvidas do grande público que revela seu interesse em conhecer melhor a língua. Comparando as perguntas feitas na seção de “Consultas” da

*RPL* com as atualmente enviadas aos professores ou aos jornalistas-gramáticos dos consultórios da imprensa, verificamos que elas praticamente se repetem. Ainda hoje as pessoas buscam esclarecimentos sobre regras ortográficas, emprego de palavras, concordância e regência verbal.

Surpreendentemente, tantos anos se passaram e as polêmicas trazidas a público entre os lingüistas continuam parecidas em sua essência. No contexto histórico da *Revista*, discutia-se a reforma ortográfica, fato que gerou assunto durante muitos anos (de 1901 a 1945, pelo menos). Laudelino Freire teve o seu *Formulário Ortográfico* amplamente discutido pelos acadêmicos, até finalmente vê-lo negado e, em seguida, incorporado ao próprio *Vocabulário Ortográfico* da Academia. Os critérios expostos no nº 42 da *RPL* (p. 9-24) são basicamente os mesmos: o uso do h, o caso das letras dobradas, as vogais nasais, ditongos e hiatos, os parônimos e os vocábulos de dupla grafia... todos mantidos pela Academia.

A polemização lingüística nos dias de hoje pode ser, quando muito, uma variação sobre o mesmo tema. Discussão recente acerca dos usos da língua foi provocada por reportagem de capa da *Revista Veja* (nº 1725, de 07/11/2001), intitulada “Falar e escrever bem, eis a questão”. Na matéria, o Prof. Pasquale Cipro Neto, fenômeno da mídia, apresenta propostas de conteúdo gramatical autoritário e pouco consistente. Alguns representantes dos meios universitários, como Marcos Bagno e José Luiz Fiorin, sustentam que essas posições caracterizam mitos, estereotipados numa atitude anticientífica, contrária aos estudos desenvolvidos nos mais importantes centros de pesquisa sobre a linguagem.

Hoje, não menos do que ontem, vemo-nos diante de controvérsias em que gramáticos, lingüistas e filólogos insistem em polémicas não muito diferentes de tantas publicadas pela *RPL*. A bem da verdade afirmamos que há os que lutam dignamente, buscando o aperfeiçoamento lingüístico e a garantia do aprimoramento, seja do ponto de vista didático ou político-educacional, seja pelo campo da pesquisa científica, cujos resultados beneficiarão a própria língua. Por outro lado, como já era denunciado na época da *Revista*, há os que consideram apenas interesses pessoais, buscando para si próprios o reconhecimento público.

Claudio Cezar Henriques, no Posfácio das *Atas da Academia*, define essa situação quando declara:

Passou-se o século, e a língua portuguesa permaneceu como peça manipulável, servida em banquetes fúteis em que se deglutiram questões ortográficas, xenofóbicas ou vangloriosas. Não se tratou quase nunca da implantação de uma política do idioma...

As atitudes equivocadas de proteção da língua ressurgem de tempos em tempos, repetitivas e estereis. A Academia (Brasileira de Letras), porém, pode contribuir de modo diferente para atingir o mesmo objetivo. As iniciativas contemporâneas de incentivo às publicações de obras filológicas e literárias estão nesse caminho... (p. 148-9)

Consciente da importância do trabalho em prol da língua portuguesa, Laudelino Freire não temeu assumir uma posição crítica diante do contexto em que estava inserida a *RPL*, qual fosse a de defender o purismo e a língua vernácula como era entendida então. Dentro dessa perspectiva Rui Barbosa, o modelo lingüístico respeitado por muitos, na época e ainda hoje, foi o seu inspirador. Pela contribuição que prestou à pátria, pela firmeza de caráter e exemplo de atuação na vida pública, cultural, política e social, Laudelino Freire não hesitou em outorgar-lhe o título de patrono da *Revista* e de candidatar-se a sucedê-lo (mas não a substituí-lo, como declarou em seu discurso de posse), após seu falecimento, na cadeira nº 10 na Academia, por Rui Barbosa antes ocupada. Não é por acaso que a revista reúne setenta e cinco artigos assinados por Rui Barbosa, aos quais se somam outras trinta e quatro matérias sobre ele.

Não obstante a posição conservadora, Laudelino publicou na *RPL* textos variados, inclusive os que apresentavam ideais que se distanciavam dos seus e que, muitas vezes, revelavam críticas ao trabalho que desenvolvia como filólogo e gramático. Portanto, podemos considerar a *RPL* algo ousada para seu tempo, porque o contexto era outro e os estudos daquela época tinham efetivamente uma natureza autoritária e conservadora. Talvez por isso seja ela um marco na história das revistas filológicas brasileiras, tendo conseguido manter sua regularidade durante quase 13 anos, descontados os períodos em que não foi publicada.

É clara sua intenção protecionista em relação ao idioma pátrio, diante dos modismos e dos estrangeirismos que poderiam “corromper” a pureza da língua porque, amante que foi dessa mesma lín-

gua, queria honrá-la e dar-lhe o devido valor como patrimônio nacional. Desta forma, cumpre entender sua grande preocupação, vislumbrando aquele quadro histórico quase um século após, na tentativa de lançar um olhar científico sobre as tentativas de “acerto e erro” com as quais tinham de conviver os estudiosos da língua naquela época. Por isso mesmo, cabe-nos também um olhar de reconhecimento a Laudelino Freire e àqueles que, junto com ele, escreveram essa página de tão grande valia para a sistematização dos estudos da nossa língua e literatura.

Podemos dizer que, além das já mencionadas discussões ortográficas, duas principais questões envolveram os estudos de língua portuguesa na primeira metade do século XX: a lexicografia e a dialectologia. Por isso, tantos são os trabalhos (contabilizamos quase 250) de lexicologia, semântica, etimologia, onomasiologia, toponímia, sociolingüística e geolingüística publicados na *RLP*, muitos deles associados a preocupações quanto à publicação de obras de referência. Lembremo-nos inclusive de que, em seu penúltimo número, o que inaugurava a terceira série, a revista informava que iniciaria a publicação dos “Glossários Regionais do Brasil” em que seriam incluídos, “com a maior minúcia, todos os vocábulos em uso nos diversos Estados do país”.

São ainda dignos de nota alguns dos artigos de crítica filológica, gramatical e literária publicados na *RLP*, como “O código florentino”, estudo feito por Nella Aita, publicado nos nºs 13 a 16 e 18; os “Estudos sobre *Os Lusíadas*”, de José Maria Rodrigues, encontrados em quase todos os volumes do nº 22 ao 34; “Breve dicionário de autores clássicos da literatura brasileira”, de Chichorro Gama, nº 12 a 17; “A Demanda do Santo Graal” (nºs 45 a 61, em sete partes), estudo realizado pelo Padre Augusto Magne em 1923-24, na Biblioteca Nacional de Viena, do código nº 2594, que contém uma versão portuguesa da Demanda. No preâmbulo estão os critérios que o autor usou para redigir o texto, uma introdução filológico-literária e um glossário com nótulas gramaticais, além de um esclarecimento de que não se trata de uma edição “diplomática”, embora seja possível, para quem atender às suas observações, reconstituir, para seu próprio uso, uma edição “diplomática”. Poderíamos citar muitos outros, pois somam mais de 330 os artigos referentes à crítica, fato que revela a própria contextualização histórica da *Revista*, caracterizada pelas tentativas de definição

da língua com caráter nacional.

A Estilística também ocupou algum espaço no periódico, quase sempre adotando um tratamento laudatório e preciosista, como no artigo de Mário Barreto sobre a correção de linguagem de Camilo Castelo Branco (nº 17) e no de Sousa da Silveira (nº 9) sobre a excelência das formas vernáculas.

Os textos sobre fonética e fonologia e sobre história externa e interna do português mostram a relevância dos estudos sobre esses aspectos da língua, mas são os galicismos que ocupam uma grande parte das discussões dos colaboradores, inclusive de Laudelino Freire, autor de um livro sobre o assunto.

Os temas morfossintáticos tomam boa parte das seções de “Consulta” da revista, mas são também focalizados em matérias que analisam algumas regências (M. Said Ali, Carlos Góis e Laudelino Freire), a combinação e a colocação dos pronomes átonos (Mário Barreto, Padre Magne, Sousa da Silveira), flexão de substantivos e adjetivos (Brito Mendes, Eládio Ramos e Sousa da Silveira) ou o infinitivo em português (Aureliano Portugal, Antônio Barata e Laudelino Freire). A eles se vinculam alguns dos artigos que contêm referências a usos lingüísticos, agrupados à parte neste *Índice*. Em comum, apresentam como ponto de partida a referência a algum uso da modalidade brasileira, como as expressões populares, as gírias, os valores de determinadas construções, etc.

Antes de encerrar este trabalho, cabe ainda uma referência ao interesse que esse tipo de estudo vem merecendo nos meios acadêmicos brasileiros. Mencionamos alguns títulos de livros, dissertações e teses que comprovam a presença contemporânea de quem se volta para os estudos de jornais e periódicos importantes para a compreensão de nossa história. Obras recém-lançadas no mercado, como *Revistas em Revista* (2001), de Ana Luiza Martins, que “incide sobre a história das revistas periódicas publicadas na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1922” (p. 16) ou a pesquisa de Isabel Travancas em *O Livro no Jornal* (2001), a respeito de “como se estruturam os suplementos literários na França e no Brasil, nos anos 90” (p. 13), tese de doutorado em Literatura Comparada pela UERJ. Maria Amélia de Amaral e Elói, em dissertação de mestrado pela UnB (2000) abordou os *Suplementos Idéias, do Jornal do Brasil, e Mais!, da Folha de*

São Paulo. Repetimos a menção ao livro de Tânia Regina de Luca, *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação* (1999) e acrescentamos: *Brasil: obras de referência* (1999), bibliografia organizada e comentada por Ann Hartness; o *Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1998), que cobre toda sua existência de 1838 aos nossos dias; o *Catálogo dos Periódicos de Plínio Doyle*, organizado por Beatriz Amaral de Salles Coelho (1998); *O Suplemento Literário d' O Estado de São Paulo: 1956-1982: subsídios para a história da crítica literária no Brasil*, dissertação de Mestrado da USP, em 1982, e *História de Revistas e Jornais Literários*, de Plínio Doyle (1976).

São publicações que ocupam um importante espaço nos estudos lingüístico-literários, patrimônio da história e da cultura nacional. Concordamos com Wilson Martins quando, sobre elas, afirma:

São as obras de referência, consultadas às escondidas, como os dicionários e raramente “referidas” elas próprias, pois delas só nos lembramos em busca de socorro urgente nas emergências, atrás de títulos exatos, datas corretas, bibliografias confiáveis e nomes completos.

São esses, contudo, os marcos quilométricos permanentes, orientadores do trabalho intelectual...

MARTINS, Wilson. *Prosa & Verso*. In: *O Globo*, 12/06/1999)

Dentre os muitos textos de valor filológico resgatados através dessa pesquisa, encantou-nos particularmente uma fábula apresentada por Cláudio de Sousa (nº 46, p. 13-4), cujo título é “Sub Rosa”. Intrigado com essa expressão latina, procurou sua definição entre muitos dicionaristas, questionando-se a respeito da tradução para o francês “sous la rose” usada por alguns escritores. Apenas no Larousse encontrou a única suposição sugerida, que seria: “a explicação de um fato que até então lhes parecera indecifrável”. Mas o verdadeiro esclarecimento veio através de uma anotação de Michel Corday, num volume que transcreve as últimas páginas inéditas de Anatole France e que vai a seguir transcrito, atualizada a ortografia:

*Sub rosa*, ou *sous la rose*, é expressão que vai caindo em desuso. Os grandes dicionários modernos não lhe fazem referência. No *Dictionnaire de Trévouse*, editorado no XVIII século, e de que existe um exemplar na *Béchellerie*, encontra-se a seguinte definição:

A fábula, antiga ou moderna, diz que o deus do amor fez presente de uma bela rosa a Harpócrates, deus do silêncio. Era uma rosa que ninguém ainda havia visto, pois apenas desabrochava, e que não poderia



descobrir as práticas secretas e as conversações de Vênus, sua mãe. Tomou-se daí o costume de pendurar uma rosa nas salas onde amigos ou parentes se reúnem, a fim de que possam dizer tudo quanto bem lhes pareça sem receio de que alguma coisa transpire, pois estão sob a égide da rosa, *sub rosa*. E por isto se diz que a rosa é o símbolo do silêncio, e que se está *sub rosa* quando não há perigo de indiscretos observadores ou ouvintes.

O *Dictionnaire de l'Ancien Langage* confirma esta definição. E junta que na Idade Média as mulheres que tinham sido discretas em vida eram representadas em seus túmulos por figuras que traziam uma rosa na mão.

Seja esta rosa o símbolo do pacto que fazemos todos nós, amantes da língua portuguesa, seja ela o símbolo da atmosfera que nos envolve agora; não o silêncio que oculta o que não se deve dizer, mas sim, o silêncio que precede a criação da poesia, o silêncio que conspira a nosso favor e que nos faz, juntos, revelarmos a divindade que existe dentro de cada um de nós, aquela se sobrepõe ao humano no momento da criação da arte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. CD-ROM do Centenário. Rio de Janeiro: ABL, 1997.

———. Página da Web: <http://www.abl.org.br>

———. *Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

———. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1998.

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1976.

ARANHA, Graça. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro 1969.

ARAÚJO, Antônio Martins de. *Índices da revista filológica*. Rio de Janeiro: 2000. Versão em disquete.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico*. São Paulo: Contexto: 1999.

BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARUSO, Pedro. *Índice remissivo da revista de língua portuguesa*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966.

CASTRO, Ivo *et alii* (org.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Sá Costa 1987.

COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2 v. Rio de Janeiro: MEC & Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1995.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

- DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Vol. 1. Rio de Janeiro: MEC/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976.
- ELIA, Silvio. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Versão em CD-rom.
- FERREIRA, Carlota e CARDOSO, Suzana. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FIORIN, José Luiz. Aldrovando Cantagalo e o Preconceito Lingüístico. In: BAGNO, Marcos (org.). *A norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- FREIRE, Laudelino. *Regras práticas para bem escrever*. Rio de Janeiro: Lócus do Saber, 2000.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Atas da academia brasileira de letras: presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- . *Literatura: esse objeto do desejo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- (org.). *A polêmica lingüistas X revista veja*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. Versão em disquete.
- & SIMÕES, Darcília Marindir (orgs.). *A redação de trabalhos acadêmicos*. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Versão em CD-rom.
- JUCÁ (filho). Cândido. *Índice alfabético e remissivo da obra de Mário Barreto*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.
- LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- LEÃO, Múcio (org.). *Obras de João Ribeiro: Crítica*. 5v. Filólogos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1961.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1969.

———. *Dicionário eletrônico luft*. Reunindo o *Dicionário de Língua Portuguesa*, o *Dicionário de Regência Verbal* e o *Dicionário de Regência Nominal*. Versão em CD-rom. São Paulo: Ática, 1998.

LYRA, Helena Cavalcanti de et alii. *História de revistas e jornais literários*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.

MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste*. Curitiba: HD Livros, 1996.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Wilson. Livros Úteis. In: *O Globo* (Caderno Prosa & Verso), 12 jun. 1999.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

———. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

PAES, José Paulo & MOISÉS, Massaud (org). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 2 v. Rio de Janeiro e São Paulo: Livros Técnicos e Científicos / Editora da Universidade de São Paulo, 1978 e 1981.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dept. Nacional do Livro, 1994.

ROCHA, João Cezar de Castro. A Literatura e a Crítica de Cada Dia. In: *Jornal do Brasil* (Caderno Idéias), 02 fev. 2002.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia românica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Presença, 1983.

TRAVANCAS, Isabel. *O livro no jornal*. São Paulo: Ateliê, 2001.

## PRESENÇA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO DICIONÁRIO DA REAL ACADEMIA ESPANHOLA DA LÍNGUA

Ângela Marina Chaves Ferreira (UFRJ)

### RESUMO

Apresentar o resultado da investigação sobre algumas unidades léxicas oriundas da língua portuguesa que formam parte do Dicionário da Língua Espanhola, organizado pela Real Academia Espanhola da Língua, contrastando tais lemas com os incluídos em dicionários brasileiros de prestígio, com o intuito de levantar os aspectos que teriam levado tais unidades à dicionarização em língua espanhola: diatópicos, diacrônicos, diastráticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua portuguesa, Dicionário, Academia, Lexicologia

### APRESENTAÇÃO

Procuramos fazer um resumo panorâmico de como a língua portuguesa se apresenta registrada no dicionário oficial da língua espanhola, o *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española de la Lengua. Para isto, percorremos os verbetes da vigésima primeira edição, de 1992 e o documento utilizado foi a versão eletrônica do dicionário. Dentro do item “línguas romance” encontramos o total de 197 verbetes que mencionam origens etimológicas que fazem referência ao português, lembramos que o dicionário pesquisado tem 83.014 entradas. Destacamos alguns artigos para análise e os contrastamos com as vozes correspondentes no *Novo Aurélio Eletrônico – Século XXVI* (1999) e no *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2001). As análises e observações sobre o material pesquisado fazem parte deste trabalho. Incluímos também um breve histórico das origens do Dicionário da Real Academia assim como da instituição que o realiza, situando sua importância para os falantes do espanhol.

### UM POUCO SOBRE O DICIONÁRIO E A ACADEMIA

Normalmente identificado pela abreviatura DRAE, o *Diccionario de la lengua española* é uma obra produzida pela Real Academia Espanhola da Língua, também abreviadamente nomeada RAE. A Academia foi fundada em 1713 com o objetivo de preservar a língua e conta com o aval do Estado espanhol desde que teve seu funci-

ornamento outorgado por Felipe V em 1714. Tem como característica ser a instituição responsável pela normatização da língua, como está explícito nos objetivos que a própria Academia traz nos seus estatutos,

La institución ha ido adaptando sus funciones a los tiempos que le ha tocado vivir. Actualmente, y según lo establecido por el artículo primero de sus Estatutos, la Academia «tiene como misión principal velar porque los cambios que experimente la Lengua Española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico. ([www.rae.es/](http://www.rae.es/), disponível em 2002)

Conta para efetuar seu trabalho, com uma associação de 22 Academias de Língua Espanhola, distribuídas por países que têm o espanhol como língua oficial ou não, incluindo-se neste grupo a própria RAE ao lado das Academias Mexicana, Cubana, Argentina, Chilena, Venezuela, Peruana, Hondurenha, Guatemalteca – para citar apenas algumas – e as Academias das Filipinas e dos Estados Unidos, que enviam colaborações periódicas para a atualização do dicionário da língua.<sup>6</sup>

O DRAE é um dicionário geral, monolíngüe, obra de caráter normativo, prescritivo e de autoridade dentro da língua espanhola, destinada aos nativos. De acordo com o senso comum dos usuários, só o que está contido no DRAE faz parte da língua, assim também como há uma relação de respeito e aceitação quanto ao que a *Real Academia* postula em termos lingüísticos, da mesma forma, na esfera acadêmica. Podemos destacar algumas, entre várias opiniões sobre a importância da obra para o mundo hispânico:

---

<sup>6</sup> Estatutos de la Asociación de Academias de la Lengua Española, artículo 1º) La Asociación está integrada por las veintidós Academias de la Lengua Española que existen en el mundo.: La Real Academia Española, la Academia Colombiana de la Lengua, la Academia Ecuatoriana de la Lengua, la Academia Mexicana, la Academia Salvadoreña de la Lengua, la Academia Venezolana de la Lengua, la Academia Chilena de la Lengua, la Academia Peruana de la Lengua, la Academia Guatemalteca de la Lengua, la Academia Costarricense de la Lengua, la Academia Filipina de la Lengua Española, la Academia Panameña de la Lengua, la Academia Cubana de la Lengua, la Academia Paraguaya de la Lengua Española, la Academia Dominicana de la Lengua, la Academia Boliviana de la Lengua, la Academia Nicaragüense de la Lengua, la Academia Hondureña de la Lengua, la Academia Puertorriqueña de la Lengua Española, la Academia Norteamericana de la Lengua Española, la Academia Argentina de Letras y la Academia Nacional de Letras del Uruguay forman una Asociación de Academias cuyo fin es trabajar en pro de la unidad, integridad y crecimiento del idioma común. (Fonte: [www.rae.es](http://www.rae.es/)).

(...) este libro, en cuanto referencia obligada, está en la mesa de todo hispanista que se precie (...) (Richard, 2000: 8).

En efecto, un diccionario que se propone reunir y explicar formas o acepciones ausentes del DRAE tendrá más credibilidad si ofrece citas ilustrativas para cada una de las acepciones que vaya presentando (...) (Richard, 2000: :9).

O dicionário teve, até 2001, 22 edições (1780, 1783, 1791, 1803, 1817, 1822, 1832, 1837, 1843, 1852, 1869, 1884, 1899, 1914, 1925, 1936, 1947, 1956, 1970, 1984 e 1992, 2001), (Fernández, 1996: p. 17). Atualmente, é reeditado em um intervalo de tempo em torno de 10 anos. O inventário léxico do DRAE, desde a primeira edição (1780) até a 21ª (1992), mostra que a quantidade de verbetes mais do que dobrou, passando de aproximadamente 40.000 verbetes a 83.014 (www.rae.es) em 1992<sup>3</sup>. Este dicionário, chamado “vulgar”, passou a fazer parte do patrimônio comum de todos os hispanofalantes, “consagra” ou “canoniza” uma palavra ou acepção, outorga-lhe o selo de “oficial” e, por sua extensão no tempo ou no espaço, um termo nele incluído passa a fazer parte do acervo da comunidade hispano-falante. (Sosa, 2000: 364-365)

O Dicionário da RAE estrutura-se de modo abrangente e tem o objetivo de registrar a língua espanhola na totalidade, em suas várias possibilidades de emprego e, para isso, apresenta termos usuais e antiquados, vários desusados, além de neologismos, tecnicismos, regionalismos, *hispano-americanismos*, gírias e mais recentemente, palavras e lemas de caráter tabu.

## LEMAS DE ORIGEM PORTUGUESA

Para o levantamento das entradas foi utilizada a versão eletrônica da 21ª edição do DRAE, de 1992.<sup>7</sup> Seleccionamos o documento *línguas romance* para localizar os verbetes que continham alguma referência à origem portuguesa. Destacamos que o número maior de remissões do documento está centrado nas origens gerais francesa (maior concentração) e italiana, embora existam outras marcas – to-

---

<sup>7</sup> Registramos o lançamento da 22ª edição do dicionário, em outubro de 2001, aumentando o número de verbetes em relação à edição de 1992 e da qual não foi possível fazer uma análise neste trabalho.

tal de 53 – como galego, provençal, occitano<sup>8</sup>, valenciano, francês antigo, catalão, catalão dialetal, napolitano, siciliano, italiano meridional, para citar apenas algumas. Como já apontamos anteriormente, encontramos 179 lemas associados ao português.

Observamos na nossa pesquisa que alguns lemas estão introduzidos na língua espanhola com as mesmas formas do português. Outros, entretanto, se apresentam já incorporados ao espanhol, ou seja, sua forma apresenta características próprias da língua de destino. É importante abrir um parêntese neste ponto para destacar que uma característica muito freqüente da língua espanhola é dar o formato de sua própria língua às palavras tomadas de outros idiomas (exemplos como *baloncesto* ou *balonmano* - do inglês respectivamente, *basketball* e *handball* são comuns). Embora nem todas as tentativas sejam frutíferas, um bom número de palavras de origem estrangeira sofreu esse processo.

Para facilitar a ordenação dos comentários, consideramos três grupos de unidades léxicas, segundo as características que determinamos previamente: Grupo 1 – palavras de escrita igual, oriundas do português; Grupo 2 – palavras de escrita espanhola oriundas do português; Grupo 3- palavras de escrita igual ao português ou de forma espanhola oriundas do português brasileiro. (DRAE, 1992)

Retomando a colocação inicial, teremos ao lado de palavras dicionarizadas com as formas idênticas às da língua portuguesa e muitas vezes também, com o mesmo significado, como as selecionadas no Grupo 1: *abandar, angra, bandeja, broa, caneca, caneco, coco, despejar, escuna, espiar, faca*, (Cf. DRAE, 1992, s.v.) *junco, lacre, manga, menino, pancada, saudade, saudosos, vigiar*, outras que estão “*espanholizadas*”. Deste grupo, que nomeamos Grupo 2, escolhemos para exemplificar *aguiero (de aguieiro), angelín (de angelim), bambú (de bambu), bucio (de búzio), cambullón (cambulhão), carabela (de caravela), esclavatura (de escravatura), laya (de laia), marullo (de marulho), mejillón (de mexilhão), mermelada<sup>9</sup> (de mermelada), pantalla (de pantalha), ratiño (de ratinho), volcán (de*

---

<sup>8</sup> Conjunto de dialetos românicos do sul da França antigos e modernos; também provençal antigo; oriundo da Occitânia: região que compreendia o Languedoc e o litoral mediterrâneo francês na Idade Média. (DRAE, 1992)

<sup>9</sup> Na língua espanhola, mermelada é qualquer tipo de geléia, p.e., mermelada de fresas (geléia de morangos).



*volcão sic*). Estão incluídas, formando o Grupo 3, outras entradas a destacar como as especificamente nomeadas como oriundas do *português brasileiro*: *capanga* (*voz brasileira, de capanga: guardaespaldas*), *capuera* (*de capueira sic*), *chumbo*, 2ª *acepção* (*de chumbo*), *tucura* (*de tucura: langosta*), a partir de duas das quais procuramos refletir em seguida.

### BRASILEIRISMOS?

Encontramos a noção de *brasileirismo* através da leitura de Celso Cunha (1987), que elabora minuciosa argumentação tomando como base os conceitos de *americanismo*, principalmente dos hispanistas Ambrosio Rabanales e de José Pedro Rona e também de Matoso Câmara Júnior e Sílvio Elia além de Sá Nunes, Silveira Bueno e Celso Luft Sinteticamente, pode ser entendido como *brasileirismo qualquer fenômeno lingüístico que caracterize o português do Brasil em confronto com o de Portugal* (Sílvio Elia ap Cunha, 1987: 27). Celso Cunha registra a existência de outro grupo que “não menciona a inexistência do fato no português europeu, mas o afirmam indiretamente ao considerarem-no *típico, próprio, peculiar, característico, privativo da nossa variante idiomática*” (Cunha, 1987: 28). É pensamento de Antenor Nascentes, Aurélio Buarque de Holanda, Antonio Houaiss, Mario Gonçalves Viana e dicionaristas que é *palavra ou locução própria dos brasileiros* (Holanda). Conclui Cunha (1987:79) ao responder à pergunta “*Que é um brasileiro?*”, que não se pode negar sua existência antes, porém, é necessário desfazer a ambigüidade do conceito através de respostas que se condicionem diretamente ao objetivo do estudo que será realizado, sincrônico ou diacrônico, sintópico ou diatópico, sinstrático ou diastrático. Chama a atenção ademais para que não seja esquecido que “a criação de uma forma idiomática ou a especialização semântica de outra não se fazem ao azar, mas com uma visão interessada” (Cunha, 1987: 66) porque os indivíduos jamais renunciam as suas visões pessoais, aos seus modos de conhecer, valorizar e se esforçam para manter a personalidade própria, a identidade legitimada pelo nascimento.

Após as reflexões que certamente suscitam esses tão discutidos conceitos, voltamos a nossa questão inicial: comentar as inclusões de lemas oriundos da língua portuguesa especificamente os que

estão marcados como *oriundos do português brasileiro*. Depois do levantamento dos verbetes no espanhol DRAE que apresentavam esta informação determinada, consultamos as edições brasileiras Novo Dicionário Aurélio e Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa para realizar as comparações.

### *Quadro comparativo dos dicionários*

#### **Espanhol: DRAE**

<b>lema</b>	<b>origem</b>	<b>acepções</b>
<i>capanga</i>	voz português brasileiro	guarda-costas
<i>tucura</i>	<i>português brasileiro</i>	<i>gafanhoto, lagosta</i>

#### **Brasileiros: Houaiss / Aurélio**

<b>lema</b>	<b>origem</b>	<b>acepções</b>
<i>capanga</i>	<i>africana (HA)</i>	<i>sf: bolsa pequena usada a tiracolo em viagens (HA)</i> <i>sf: bolsa pequena de mão usada, sobretudo por homens (A) bolsa pequena de mão ou cintura (H)</i> <i>sf: Capanga usada como atributo por Oxossi, Oxaguiã e Logunedé (A)</i> <i>sf: partida de diamantes comprada por capangueiro (H)</i> <i>sm: valentão que se coloca a serviço de quem paga (A)</i> <i>sm: homem de confiança contratado como guarda-costas (H)</i> <i>sm: montante das compras de diamantes feitas por capangueiros (A)</i>
<i>tucura</i>	tupi (HA)	gafanhoto (HA) beijos amiadados (A)

### *Algumas observações*

A partir do quadro de comparações apresentado, é possível observar alguns matizes de significado distintos entre os dicionários brasileiros e diferenças maiores em relação aos sentidos dos lemas que dizem respeito ao espanhol. Não temos em português o significado de *lagosta* para *tucura* como aponta o Dicionário da Real Academia. Outro fato a destacar é a ordem das acepções para a unidade léxica *capanga* – com o significado de *guarda-costas*, como consta

da obra espanhola – é a última apresentada nos dicionários do Brasil. As primeiras acepções, reservadas para os empregos mais frequentes quando são ordenados os verbetes dos dicionários, dão os sentidos de bolsa, ou de viagem ou de mão. Estas constatações feitas através da análise dos verbetes nos levam a refletir sobre que caminhos o dicionário de língua espanhola percorreu para incorporá-las a seu repertório lexical, uma vez que após a dicionarização tais unidades léxicas passam a ter o status de palavras do espanhol. Acreditamos que no caso das duas escolhidas, *capanga* se incorporou à língua através da oralidade com esse significado – o de guarda-costas, em geral uma forma empregada pela nossa polícia, em um linguajar peculiar, possivelmente um critério diatópico. Sobre *tucura*, os significados são coincidentes em uma das acepções, como pudemos observar na análise do quadro comparativo, *lagosta* e *gafanhoto*. Carecemos, entretanto, de um estudo mais aprofundado incorporando inclusive pesquisas de critérios sincrônicos de inclusão nas obras lexicográficas mais antigas e dicionários etimológicos - o que no momento, não foi possível realizar. Enfatizamos que nossa intenção neste trabalho foi tão somente levantar alguns dados que merecem sem dúvida, investigação mais acurada e extensa.

Ao refletir sobre a questão dos *brasileirismos* tomando como ponto de partida as idéias dos professores Celso Cunha e Silvio Elia, expostas brevemente em momento anterior, poderia ser prematuro classificar as entradas analisadas com a rubrica *brasileirismos* por alguns motivos: é fato que são palavras usadas no Brasil que em um determinado momento passaram a ser empregadas por hispano-americanos, pela proximidade geográfica mais provavelmente, ou talvez pelos espanhóis e foram incorporadas ao dicionário normativo da língua espanhola. Entretanto, não estamos contrastando o que se usa no Brasil com o que é empregado em Portugal e não podemos responder pelo alcance de uso dos vocábulos em ambas situações, peninsular e americana. No entanto, se tomamos uma síntese do pensamento de Nascentes, Holanda, Houaiss entre outros, *palavra ou expressão própria do português falado ou escrito no Brasil* (Nascentes), é admissível atribuir ao corpus coletado a rubrica *brasileirismo*, em um primeiro momento.

Também é possível refletir sobre o uso das unidades léxicas analisadas na língua espanhola e enquanto falantes das duas línguas

(portuguesa e espanhola), não encontramos com frequência o vocábulo *tucura* seja no português seja no espanhol. Seguindo o mesmo raciocínio, dentro do grupo geral das palavras pesquisadas do português, podemos afirmar que *saudade* não é uma forma utilizada repetidamente na língua espanhola. Para indicar este sentimento tão bem expresso através da língua portuguesa, os hispânicos lançam mão de *nostalgia* ou *morriña* ou da expressão *echar de menos*. As palavras analisadas existem, portanto, dicionarizadas na língua espanhola, mas não podemos afirmar que são de *uso freqüente* ou *comum* entre hispânicos.

### COMENTÁRIOS FINAIS

Neste momento, o que temos em mãos é somente um grupo de pontos ínfimos de reflexão que lançamos como quem joga garrafas ao mar para obter respostas as suas perguntas: estamos levantando hipóteses que merecem estudos mais completos. Os questionamentos aqui apresentados são provenientes do próprio trabalho constante com o dicionário que propicia e alimenta sempre esta necessidade de busca, de descoberta de soluções os estudiosos costumam resgatar a partir das múltiplas informações contidas nos verbetes desta *caixa mágica* que é a obra lexicográfica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, 123 p.

———. *Que é um brasileiro?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987, 68 p.

*DICCIONARIO de hispanoamericanismos* – no recogidos por la Real Academia. 2ª edición aumentada Coord. Renaud Richard. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

*DICIONÁRIO eletrônico Aurélio da língua portuguesa século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lexikon Informática.

FERNÁNDEZ, Dolores Azorín. El diccionario de la Real Academia Española: un puente entre el pasado y el presente de nuestra lexicografía. In *Cuadernos Cervantes de la lengua española*. Madrid: ELR, 1996, p. 16-20.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

REAL Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española*. 21ª ed. eletrônica. Madrid: Espasa-Calpe, 1992.

———. [www.rae.es](http://www.rae.es). Última consulta em 20/10/2002.

SOSA, Enrique Obediente. *Biografía de una lengua: nacimiento, desarrollo y expansión del español*. Costa Rica: Libro Universitario Regional, 2000, p. 341-92.

**UMA LEITURA LEXICOGRÁFICA  
DE DUAS CANTIGAS DE AIRAS NUNES  
SUBSÍDIOS PARA UMA REVISÃO  
DO QUADRO LÍRICO DO COTIDIANO MEDIEVAL**

*Clarice Zamonaro Cortez (UEM)*

*Maria Regina Pante (UEM)*

**RESUMO**

O presente ensaio tem como objetivo apresentar uma dupla leitura (revisão lexicográfica e histórico-literária) tomando como corpus duas cantigas do clérigo compostelano Airas Nunes. Desde a Antigüidade Clássica, a Primavera era comemorada com procissões, festas, danças e alegorias populares e na Idade Média, essa variante remete a esses cortejos, retratando encantadores quadros líricos do cotidiano medieval.

**PALAVRAS-CHAVE: Filologia, Literatura, Lirismo, História.**

Proceder à leitura de textos medievais não é tarefa fácil, seja pela própria apresentação do manuscrito, quando há possibilidade de pesquisa, seja pela carência de obras disponíveis em bibliotecas ou até mesmo no mercado livreiro. Ainda assim, quando encontrados em bibliotecas, não são permitidas reproduções xerográficas, com a justificativa de que tal procedimento, com o tempo, pode arruinar tais documentos. Quando encontradas em livrarias, em especial nos sebos, muitas vezes essas obras encontram-se incompletas, arruinadas ou com preços supervalorizados, impossibilitando sua aquisição. Ainda assim, em um caso ou outro, não são os manuscritos que estarão disponíveis, e sim edições fac-similadas e/ou diplomáticas, muitas vezes acompanhadas de edições críticas, com extensos e exaustivos aparatos críticos, além das notas de roda-pé.

Logo, o leitor estudioso não raro se depara com obras que já apresentam “traços” de seu pesquisador, fato que deve ser considerado, em se tratando, principalmente, de edições críticas. Tais traços podem referir-se à má compreensão de letras, a desconhecimentos de fatos lingüísticos, à ignorância de siglas e abreviaturas, a saltos-borrões, à má separação ou junção indevida de sílabas, dentre outros. Acrescente-se a estes traços, o fato, não menos importante, que não remete a ‘erros’, e sim à interpretação daquele que procedeu à leitura ou ‘análise’ da obra. Assim, o estudioso deixa transparecer aquilo

que construiu, seus procedimentos e técnicas de análise, suas marcas, o que torna uma obra sempre passível de nova leitura, por meio de outros olhos...

Nosso propósito, no entanto, não é o de proceder à análise exaustiva de aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, pois certamente alguém já o fez. Embora sejam estudos de suma importância para o conhecimento da língua portuguesa arcaica, trata-se de uma investigação limitada, de cunho filológico, no sentido mais restrito do termo, e que não nos permite conhecer a matéria tópica da primitiva lírica peninsular. A esse respeito, Spina é da opinião que

ainda quando fatores morais e sociais não fossem idênticos, havia um denominador comum sobre que repousavam estas florações poéticas: o ideal que as animava, um estilo de vida social mais ou menos semelhante, mas sobretudo um conjunto de temas e fórmulas expressivas. A migração destas fórmulas poéticas, da poesia occitânica para as suas sucursais românica e alemã, só foi possível porque havia entre estas vegetações líricas um conjunto de afinidades espirituais. O lirismo galego-português possui valores próprios, mas a dívida para com a poesia occitânica é ponderável. (...) Na literatura portuguesa, se excetuarmos os estudos de Maria Rosa Lida sobre o “veado ferido ao pé da fonte”, o de Harri Meier sobre “os olhos verdes”, e os artigos esparsos (de interesse filológico, não literário) a respeito da expressão “senhor branca e vermelha”, podemos dizer que pouco ou quase nada se tem feito. (1966: 35).

E para finalizar, o mesmo autor afirma:

Existe uma última etapa da filologia que ninguém estuda, que é a transposição do texto, não é a fixação. É aquilo que não está no texto. A ela pertencem, por exemplo, a autoria, a adaptação, a época. É a valorização da obra perante as obras do mesmo gênero. Eu faço do texto um instrumento para o estudo da alma, do espírito de uma época, de uma comunidade. Não é preciso mostrar o Curtius, é só ler, por exemplo, Johan Huizinga em “O Declínio da Idade Média”. É um monumento de filologia porque ele partiu das crônicas, da memória, da poesia da época e, com isso, reconstruiu a mentalidade borgonhesa no fim da Idade Média. É uma parte ensaística [da filologia], mas partindo do texto. Isso é o aspecto transcendental da filologia. É transcender o texto, é superar o texto mesmo aproveitando o texto. Ninguém estuda filologia assim. (...) E o Curtius, depois desse estudo, chegou à conclusão de que existe uma absoluta unidade da civilização ocidental. (*Folha de São Paulo*, 9/12/01, Folha Mais: 12-14)

Baseado nesse ponto de vista de Spina, nosso propósito aqui é o de proceder à leitura de duas cantigas da autoria do clérigo com-

postelano Airas Nunes, as de números 454 e 462, pertencentes ao Cancioneiro da Vaticana, buscando aproximar o papel desempenhado pela Natureza na poesia lírica trovadoresca e na Antigüidade Clássica: a *descriptio naturae*.

Segundo Nunes, o clérigo galiciano,

é um dos trovadores mais notáveis do seu tempo, quer pelo número de composições que dele nos restam, quer pela maleabilidade de talento que elas nos revelam em seu autor. Airas Nunes seguiu nas suas cantigas ora a maneira provençal, ora a popular. Contemporâneo do rei sábio e de seu filho, Sancho IV, deve ser colocado no número dos trovadores afonsinos. (1959: 531)

No Cancioneiro da Vaticana (CV) estão presentes dezessete de suas composições (454 a 469; e 1133), todas repetidas no Cancioneiro da Biblioteca Nacional (CBN) (868 a 876; 879 a 885; e uma não numerada). Colaborou, com Afonso X, o Sábio, na elaboração das Cantigas de Santa Maria, pois seu nome aparece no *Códice Príncipeps*, à margem da cantiga 223. Expoente dos três gêneros da poesia medieval, compôs cantigas de amor, de amigo (cf. o tipo '*Bailada*' - CV 462, CBN 818), de escárnio e mal-dizer (cf. o tipo '*Sirventês Moral*' - CV 455, CBN 871). Além de aproveitar em suas poesias a tradição popular e o simples, seguiu também as tendências da escola provençal, utilizando-se de certos vocábulos dessa língua em duas cantigas de amor. São características de suas poesias a perfeita mes- tria rítmica e a singular beleza de seus versos.

Para que possamos proceder a uma leitura das cantigas do clérigo Airas Nunes, procedemos a algumas alterações no texto, a fim de esclarecer passagens pouco legíveis, devido a *lapsus calami* dos copistas, bem como a falhas de impressão e outras que porventura surgirem. Em decorrência desses problemas, Bell é da opinião que

... em poesias de tal valor tem muita importância um bom texto; a regra para semelhantes textos deve seguir à letra os códices originais, tentar reproduzir o que escreveram os poetas, conseguir a uniformidade de ortografia tanto quanto possível, deixando as variantes para as notas no fundo das páginas e sobrecarregar o menos possível tão delicadas líricas com acentos e outras coisas pesadas. Deveríamos rejeitar toda a espécie de acentos que não se tornem indispensáveis para distinguir uma palavra de sua homônima: os portugueses podem encher de acentos o português moderno, mas não devem impô-lo aos primitivos *Cancioneiros*. (1947: 20)



Por isso, as cantigas por nós apresentadas já apresentam algumas alterações, a saber: desdobramento de abreviaturas; substituição da nota tironiana pela conjunção **e**, separação de aglomerados com duas ou mais palavras; união de palavras que estão separadas; simplificação de geminadas iniciais; substituição do **s** floral; eliminação do **h**, sem justificação etimológica; desdobramento de nasais; substituições das vogais **u** e **i** em função consonântica; substituição do **y**, vogal ou semivogal, pelo **i**, correção de grafias, além da manutenção de alguns termos, característicos deste período: *pola*, *trobar*, *ascuitar*, etc. Tais procedimentos não resultaram em grandes alterações no texto original, respeitando, assim, a vontade do autor. Quanto às notas de cunho morfológico, procuramos apenas pôr em destaque o vocabulário pertinente ao nosso propósito: a exaltação à primavera, traçando um fio condutor entre características da Antigüidade Clássica e a Idade Média.

5                   Que muito m'eu pago deste verão,  
                       por estes ramos e por estas flores  
                       e polas aves que cantan d' amores,  
                       por que ando i ledó sen cuidado  
                       e assi faz tod'omen namorado,  
                       sempr'i anda led' e mui loução.  
                       Cand'eu passo per algumas ribeiras,  
                       so boas arvores per bons prados,  
                       se cantan i passaros namorados,  
 10                   log'eu con amores i vou cantando,  
                       e log'ali d'amores vou trobando,  
                       e fazo cantares e mil maneiras.  
                       Ei eu gran viç'e grand'alegria,  
                       quando mias aves cantan no estio.

(Airas Nunes, clérigo, 452 CV)

A cantiga de nº 454 (CV), objeto de nossa análise, foi classificada por Nunes (1928:221-222) como um verdadeiro *Hino à Primavera*, pois o autor celebra a alegria dessa estação, entrelaçando o tema da natureza às suas vivências amorosas. A temática empregada é a relação íntima da natureza com o sentimento do poeta, e não o trovador cantando seus próprios sentimentos: a dor do amor impossível - *coyta d'amor* -, a loucura por amor - *sandee* -, a frustração e a súplica apaixonada que denota ao amor um cunho de obsessão. Também não mostra, como é comum nas cantigas de amor, o ambiente palaciano ideal à poesia, atribuindo-lhe, conseqüentemente, um certo ar de convencionalidade, intelectualidade e aristocracia. Ao

contrário, nessa cantiga, a paisagem suscita no eu-lírico, estados de alma, sem, no entanto, ultrapassar os limites estreitos do convencionalismo da paisagem: trata-se de uma reprodução da Natureza da poesia provençal.

### Segundo Tavani,

um lugar à parte ocupa no cancionero de Ayra Nunez a singular cantiga de primavera *Que muyto m'eu pago d'este verão*, em que o trovador abandona decididamente os modelos tradicionais da cantiga galego-portuguesa para se referir à tradição lírica occitânica e francesa, a que o seu texto parece ligado por múltiplos elementos temáticos e lexicais. (1998: 220-1)

Muitos são os elementos lexicais, de origem provençal ou não, de que faz uso Airas Nunes, com o intuito de descrever a natureza, em seu Hino á Primavera (462-CV), e em sua pastorela, embora nesta última a temática seja outra: nela os trovadores evitam o diálogo, contentando-se, apenas, com o solilóquio da pastora, com o seu suspirar pelo amado, sem participar diretamente da cena:

Oi' oj'eu ãa pastor cantar,  
du cavalgava per ãa ribeira,  
e a pastor estava [i] senlheira,  
e ascondi-me pola ascuitar,  
5 e dizia mui ben este cantar:  
"So lo ramo verde froldo  
vodas fazem a meu amigo  
[e] choram olhos d'amor."<sup>10</sup>  
E a pastor parecia mui ben  
10 e chorava e estava cantando;  
e eu mui passo fui m'achegando  
pola oir e sol non falei ren;  
e dizia este cantar mui ben:  
"Ai estorninho do avelanedo,  
15 cantades vós e moir[o] eu e pen[o]:  
e d'amores ei mal!"

E eu oi'-a sospirar enton,  
e queixava-s'estando con amores,  
e fazi' [ũ]ja guirlanda de flores,  
20 des i chorava mui de coraçon  
e dizia este cantar enton:

---

<sup>10</sup> Carolina M. de Vasconcelos tem estes versos por genuinamente populares, tendo sido pelo poeta intercalados na sua composição, e, segundo ela, serão o que de mais antigo de poesia popular subsiste. Diz que a 2ª estrofe seria: Solo florido e verde ramo / vodas fazem a meu amado / choram olhos d'amor. (apud Nunes, 1959: 294).

“Que coita ei tan grande de sofrer!  
amar amigu'e non [o]usar veer,  
e pousarei so l'avelanal.”

25 Pois que a guirlanda fez a pastor,  
foi-se cantand', indo-s'en manselinho,  
e tornei-m'eu logo a meu caminho,  
ca de a nojar non ouve sabor,  
e dizia este cantar ben a pastor:

30 "Pela ribeira do rio cantando  
ia la virgo d'amor: quen amores  
à como dormirá, ai bela frol!”.

(Airas Nunes, clérigo, 454 CV)

Dentre os elementos lexicais que se prestam à descrição da natureza das duas cantigas estão os verbos *pagar*, *trobar* e *cantar*; os nomes referentes à natureza: *verão*, *estio*; *ramos*, *flor*, *guirlanda de flores*; *ribeira*, *rio*; *árvores*, *avelanedo*, *avelanal*; *pássaros*, *aves*, *estorninho*; os nomes abstratos: *vodas*, *alegria*, *ledo*, *loução*, *viço*, *namorado*, *mil*.

**1. pagar (462, 1)** = v. tr. do lat. *pacare*, e este de *pax*, *pacis*, contentar, satisfazer; v. pron. pagar-se, ou seja, ter prazer em, gostar de, agradar-se de, contentar-se com; **trobando (462, 11)** v. tr. (do prov. *trovar*, fr. *trouver*, e *turbare*, p. ex. a água para achar peixe); fazer cantigas, inventar versos, poetar). O termo remete aos pescadores que turvavam as águas com trovisco e outros preparos, para apanhar com mais facilidade os peixes. O termo *trovar* com v, só vai surgir do século XVI em diante; **cantares (462, 12)** e **cantar (454, 5, 13, 21, 29)**, formas substantivadas do verbo cantar, e os verbos **cantando (454, 10, 26, 30)**, **cantades (454, 15)** e **cantar (454, 1)**, do lat. *cantare*, exprimem o estado de alma do poeta em 462 e da pastora, em 454.

**2. os nomes uerão (462,1)** do lat. *tempus ueranum* (de *ver*, primavera) > verão. Em princípio, no latim clássico, o termo era empregado com valor adjetivo junto ao substantivo *tempus*. Posteriormente, devido à elipse do substantivo, passou-se a empregar o adjetivo com valor substantivo. Dessa forma, já no latim popular, usava-se *hibernus*, *oestivus*, *ueranus*, entendidos como *tempus*, através de derivação sematológica; **ramos (462, 2; 454, 6)**, do lat. *ramus*; o vocábulo **flor (462, 2)**, **frolido (454, 6)**, **flores (454, 19)** e **frol (454, 32)** é importado do provençal, mas advindo do latim *flōs*, *flōrīs*. O termo *flor*

e sua variante, *frol*, referem-se à primavera: (cf, *Proençaes soem mui bem trovar, / e dizem eles que é com amor; / mais os que trobam no tempo da frol...* Vasconcelos, Textos Arcaicos); **ribeyras** (462, 7; 454, 2, 30) e o termo **rio** (454, 30) ‘margem do rio, litoral do mar, ribeira’, tem origem no subst. fem. lat. *ripa*; (cf. it. *riva*; fr. *rive*), do qual também procedem o fr. *rivière*, a que corresponde o port. *ribeiro*, it. *riviera*, esp. *ribera* e do port. *ribeira* são formas reduzidas o esp. *vera*, margem, e o port *beira*; **aruores** (462, 8), do latim *arbore*, mantém o **r** antes de consoante; o **b** depois de vibrante ou lateral passa a **v**: *albam* > alva; *arbore* > árvore; **passaros** (462, 9), do latim *passer, passeris*, ‘pardal’, atesta a influência do **r** sobre o **e** vizinho, passando-o para **a**. Esse fato deve ter ocorrido já no latim vulgar, pois a forma *passaru-* é encontrada em várias línguas românicas; **aves** (462, 3) do lat. *avis*; **guirlanda** (454, 19, 25), do fr. prov. *guerlande*, coroa de flores; **estorninho** (v. 14) s.m. (do lat. *\*sturninus*, diminutivo de *sturnus*), pássaro conirostro, de plumagem negra, lustrosa, malhada de branco com reflexos verdes e purpúreos; **avelanedo** (v. 14) e **avelanal** (v. 24) s.m. (de avelana, do lat. *abellana*), lugar onde crescem as aveléiras.(cf. avelã, do lat. *abellana*, esp. it. *avellana*, fr. mod. *aveline*, médio *avelaine* (de or. provençal, segundo M. Lübke). Há também as variantes *avelal*, *avelaneira*, *avelar*, *aveleira*, *aveleiral*.

3. os nomes abstratos **namorado** (462, 5, 9): *in* + *amor* + *atu* (terminação participial passiva) e aférese da vogal inicial **i**, da mesma forma que com *in* + *odio* > enojo > nojo; cf (454, 28); **loução** (462,6) (\**lautianu*?) adj. ‘de belo aspecto, formoso’ também apresenta várias hipóteses, dentre elas a de Nascentes (1955), segundo o qual significa ‘vistoso, bem arreado, janota’; o numeral **mil** (462, 12), do latim *mille*, é empregado para exprimir uma quantidade indeterminável, porém grande. O poeta emprega *e mil maneiras*, descrevendo seu estado de alma, pela alegria da primavera; **viço** (462, 13) s.m. da forma latina *vitiu* ‘com, prazer, deleite’, empregado procliticamente, perdeu seu acento por estar ligado de forma muito estreita com a palavra que o segue ‘viç’e’. Nesse caso também faltou o emprego do substantivo latino *vitiu*, donde vezo, vitiare, vezar, avezar, viciar, vicioso, viço. Convém ressaltar que nessa época já havia confusão na pronúncia entre **-ci-** e **-ti-**, pois este último, seguido de vogal, pronunciava-se **-ci-**. Daí a pronúncia *vitiu* > vicio; *laetitia* > le-

diça; **alegria** (462, 13) s.f. júbilo, exultação da alma, contentamento. Sin. alegria como contentamento, o arc. *ledice* ou *lediça*, do f. latino *laetitia* – cf. o adj. *ledo*; **estio** (462, 14) deriva-se do termo *tempus oestivum*, de *oestus*, 'calor': **oestium** > estio; **vodas** (v. 7) conjunto de práticas, rituais umas, profanas outras, que acompanham o casamento, deram os romanos o nome de *nuptiae*. Os portugueses, porém, e os espanhóis preferiram o nome *boda*, tendo de certo em vista um dos números vários que o programa da festa comporta, o banquete, que na sua origem deveria representar o cumprimento de uma promessa ou voto feito pelos nubentes. Pidal e Coelho tiram o esp. *boda* do plur. lat. *vota*, votos matrimoniais. (*vota*, com sonorização, *boda*).

As cantigas de amigo, segundo a crítica especializada, existem de longa data. Alguns séculos antes de Cristo, registram, na China, cantigas de mulher, cuja popularidade era notada. Parece que a iniciativa do amor já estava reservada à mulher, desde aquela época.

Na remota Idade Média, a mulher executava e compunha canções eróticas e o rude cavaleiro já consentia em ser amado. A cultura do amor-cortês, produto de uma cultura renascente, acabou invertendo os papéis e transformando radicalmente o homem, lançando-o aos pés da mulher. Cabia a ela exercer o papel ativo, deixando-se adorar e estimulando uma vida espiritualmente superior. Desse lirismo pré-trovadoresco restam escassos vestígios na poesia européia, tendo-se conservado em Portugal com muito vigor, precedido das cantigas de mulher do lirismo moçarábico. O homem, tornado artista, respeita o uso antigo e finge-se de mulher enamorada, transformando-se nela através de um esforço de imaginação admirável. Surgiram, assim, as cantigas de amigo.

Lapa explica-nos que "o homem só se pode transformar no que é semelhante a si próprio; logo, a dona cai do seu pedestal de adoração e torna-se igual ao homem, perde em sublimidade, mas ganha em humaníssimo encanto". (1973, 151). Assim, o trovador fica desobrigado do código de regras formais e sente-se livre para fazer as mais variadas combinações do seu amor, estendendo-se para uma variedade "formosa". Centra-se na característica fundamental da cantiga de amigo: "o estado sentimental, criado à namorada pela ausência do amigo; e a situação doméstica da filha sob o poder vigilante da mãe". O aprofundamento destas duas características conduziu o

trovador a um meio rural e burguês, em que a mulher desempenhava, realmente, um importante papel, uma vez que os deveres com a guerra obrigavam o homem a ausências repetidas, deixando o lar e os filhos confiados à companheira. Por força da lei, a mãe detentora de largos poderes, protegia a moça solteira ou a mulher casada.

Dentro desse gênero, há uma distinção metodológica, que são os tipos de cantiga de amigo. No presente ensaio, as denominadas *bailias* ou *bailadas* compostas por Airas Nunes exemplificam o cotidiano da vida das moças, em que a dança estava incluída, além das tarefas domésticas e da obrigatoriedade de freqüentar as rezas e as romarias.

Esse costume de danças sob as árvores floridas já era praticado nas festas mitológicas, em que as procissões do mês de maio, festas pagãs, marcavam um ritmo paralelo da vida humana e dos ciclos da natureza, pontuando a vida popular das cidades. Eram grupos de jovens que andavam pelas ruas das cidades agitando ramos floridos, no início da primavera. Fantasiados e floridos, esses jovens rodeavam um carro que conduzia o deus da festa – o Amor. Registram-no Anacreonte e Ausônio e, mais tarde, no Renascimento, os versos de Poliziano e telas de pintores italianos.

Esses espetáculos não teatrais, como afirma Francastel (1982), por um curioso paradoxo, a Igreja os conservou, contribuindo por todos os meios para fazer condenar uma evolução demasiado marcada pelo paganismo, assegurou, em grande parte, a sobrevivência das formas de festejos populares, mais próximas que os novos mitos da sensibilidade popular. Por volta de 1480-1485, uma mudança do pensamento moderno foi traduzida com maestria por Botticelli, em sua famosa tela *Primavera*.

As cantigas medievais retrataram a graciosidade das moças, inseridas num *topos* primaveril. Lang denominou-as de *baladas* e Bell, *cossante*, que viria de *corsu*, ou terreno onde se dança ou o próprio baile de roda. Há discussões de origem histórico-terminológica a respeito do uso da palavra *cossante*, chegando-se à *bailada*, versos que retratam moças chamando as amigas para o ritual primaveril, motivo maior para atrair a atenção do amigo sobre a sua beleza, num apelo ao amor.

Já as pastorelas, vindas da França, nos apresentam uma dispu-

ta amorosa entre o cavaleiro e a pastora, quase sempre com resultados negativos para ele. Na literatura portuguesa conhece-se um tipo mais simples e talvez mais primitivo da pastorela, como no exemplo por nós escolhido, que nos figura uma moça (ou moças, às vezes) num quadro bucólico, suspirando de amores pelo amigo. Se o cavaleiro entra em cena, exerce um mudo papel de limitar-se a ouvir os cantares da moça (vv. 20 e vv. 30-32) e o seu sofrimento pela ausência do amigo.

A cantiga de amigo, na sua expressão literária, não é uma coisa ingênua e sim um produto refletido de arte, um feixe de observações do mais alto valor sobre o feitio psicológico da mulher. Toda a escala sentimental da vida amorosa da menina, tanto nas *bailadas* como nas *pastorelas*, nos é comunicada com o mais vivo realismo: a timidez, o pudor e a inexperiência do amor, a garridice, a alegria e a beleza de cenário primaveril. Toda essa gama de emoções está representada em exemplos graciosos ou vibrantes de paixão e ternura femininas, confirma-se no seu valor estético-literário e, principalmente, no aspecto histórico-filológico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIGUEIREDO, C. de. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Sociedade Editora, [s/d.].
- CIDADE, H. *Lições de Cultura luso-brasileira: épocas e estilos*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.
- FRANCASTEL, P. *A realidade figurativa*. Trad. de Mary A. L. Barros. São Paulo: Perspectiva, 1882.
- CURTIUS, E. R. *Literatura européia e idade média latina*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1996.
- LAPA, M.R. *Lições de Literatura portuguesa. Época medieval*. 8ª ed. Coimbra: Coimbra, 1973.
- LIDA, M. R. Perduración de la literatura antigua en Occidente. *Romance philologie*, 5 (2 3): 99-131, nov. 1951 – feb. 1952.
- . Transmisión Y recreación de temas greco-latinos en la poesía española. *Revista de filología hispánica*, 1, 1939; 4: 1942; 8: 1942.
- MAGNE, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Especialmente os períodos medieval e clássico. Rio de Janeiro: INL, 1964. v. I e II.
- MEIER, H. *Ensaio de filologia românica*. Lisboa: Revista de Portugal, 1945.
- NUNES, J. J. *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, 1926, 1928. 3 v.
- . *Crestomatia arcaica*. 5ª ed., Lisboa: Clássica, 1959.
- SPINA, S. *Do formalismo estético trovadoresco*. São Paulo: FFCLUSP, 1966. Boletim nº 300.
- TAVANI, G. *Ensaio portugueses*. Filologia e Lingüística. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.



## CONVERSAS COM LINGÜISTAS VIRTUDES E CONTROVÉRSIAS DA LINGÜÍSTICA

*José Pereira da Silva*

**XAVIER, Antônio Carlos e CORTEZ, Suzana (orgs.). *Conversas com lingüistas: Virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2003. 200 p.**

Trata-se de um livro de entrevistas orais realizadas pelos organizadores com dezoito experientes professores e pesquisadores de Lingüística atuantes no Brasil há mais de vinte anos, reelaboradas posteriormente pelos entrevistados, que receberam pelo correio eletrônico os textos resultantes das gravações transcritas.

Os entrevistados, pela ordem que aparecem no livro, são os seguintes: 1. Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP), Eleonora Cavalcânti Albano (UNICAMP); José Borges Neto (UFPR); Ataliba de Castilho (USP e UNICAMP); Carlos Alberto Faraco (UFPR); José Luiz Fiorin (USP); João Wanderley Geraldi (UNICAMP); Francisco Cardoso Gomes de Matos (UFPE); Rodolfo Ilari (UNICAMP); Mary Kato (USP e UNICAMP); Ingedore Grunfeld Villaça Koch (UNICAMP); Luiz Antônio Marcuschi (UFPE); Maria Cecília Mollica (UFRJ); Diana Luz Pessoa de Barros (USP); Sírío Possenti (UNICAMP); Kanavilill Rajagopalan (UNICAMP); Maria Martins Margarida Salomão (UFJF) e Carlos Vogt (UNICAMP), que responderam a dez perguntas sobre Lingüística numa média de nove páginas cada um.

Os dezoito entrevistados responderam oralmente as mesmas perguntas, que foram gravadas e transcritas pelos organizadores. Depois de transcritas as entrevistas, cada um recebeu pelo correio eletrônico uma cópia do texto resultante para as retificações necessárias para elaboração da forma final a ser publicada.

Foram dez as perguntas a que responderam:

1. Que é língua?
2. Qual a relação entre língua, linguagem e sociedade?
3. Há vínculos necessários entre língua, pensamento e cultura?
4. A linguagem tem sujeito?
5. Que é lingüística?
6. A lingüística é ciência?
7. Para que serve a lingüística?
8. A lingüística teria algum compromisso necessário com a educação?
9. Como a lingüística se insere na pós-modernidade?
10. Quais os desafios para a lingüística no século XXI?

A importante contribuição que a Editora Parábola agora nos apresenta se inspirou no sucesso dos livros *Conversas com economistas brasileiros* e *Conversas com filósofos brasileiros*, organizados respectivamente por Ciro Biderman, Luiz Felipe L. Cozac e José Marcio Rego e por José Márcio Rego e Marcos Nobre, respectivamente, que foram parar nas mãos dos organizadores deste trabalho quando eles ainda estavam iniciando o curso de pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas, apesar de terem escolhido outra metodologia para a realização e organização das entrevistas.

*Conversas com lingüistas* é um trabalho que tem dois objetivos bem definidos:

... revelar as controvérsias da lingüística, aquecendo o debate interno entre os mais de 3.000 lingüistas atuantes hoje no Brasil, e, ao mesmo tempo, divulgar e popularizar um pouco mais esta área de estudos ainda tão desconhecida, não apenas por ser nova, mas também por falta de presença pública dos próprios lingüistas. (p. 10)

Duas medidas foram tomadas para conseguir um maior comprometimento dos entrevistados com o resultado dos trabalhos: “que eles deveriam aceitar fazer a entrevista oralmente, e não por escrito” e que seriam selecionados apenas profissionais “com mais de vinte anos de experiência como professores e pesquisadores” que “deveriam gozar de um bom conceito profissional entre seus pares”. (p. 10)

Dar uma visão da heterogeneidade de certos aportes da lingüística no Brasil, mostrar a variedade de posições em torno dos conceitos básicos que sustentam a lingüística enquanto campo de estudo científico e divulgar o que é, como trabalho e para que serve a chamada ciência-piloto das ciências humanas: estes são os motivos geradores da publicação deste *Conversas com lingüistas – virtudes e controvérsias da lingüística*.

.....

Aqui as personalidades dos intelectuais, sua história profissional ou sua trajetória acadêmica não recebem destaque. As entrevistas se concentram na própria lingüística e na diversidade de definições para os mesmos fenômenos. Ao aceitarem responder sempre às mesmas perguntas, lingüistas de várias áreas dos estudos da linguagem e filiados às mais diferentes correntes e escolas lingüísticas fazem um produtivo debate assíncrono, uma espécie de variação sobre o mesmo tema, o que permitirá aos leitores tomar o pulso da lingüística no Brasil. (4ª capa).

Agradecemos à Editora Parábola e aos organizadores desse trabalho pela oportunidade de termos reunidos os depoimentos de pessoas tão representativas dos estudos lingüísticos sobre questões tão pertinentes para os estudiosos e profissionais desta área.

## SINTAXE PORTUGUESA PARA A LINGUAGEM CULTA CONTEMPORÂNEA

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**HENRIQUES, Claudio Cezar.** *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea: Teoria e prática.* 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2003, 181 p.

Além do valor acadêmico que sempre têm os trabalhos do Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques, motivou-nos especialmente a dedicatória que, em momento tão precário, foi feita ao colega Jairo Dias de Carvalho, nos seus últimos dias de vida:

Para **Jairo Dias de Carvalho**, exemplo de dedicação às causas do magistério de língua portuguesa e de defesa da instituição pública de ensino. (p. 5)

Trata-se de um trabalho de objetivos práticos, com a finalidade de ser facilmente aplicável na sala de aula dos cursos de graduação em Letras.

Como alguns colegas ainda não puderam ver este “belo livro” (na expressão do saudoso Olmar Guterres da Silveira, que o classifica como um “guia valioso”, justificando sua assertiva pela constatação de que “A exposição segue alto nível de explicações dos fatos que vão aparecendo...” (Cf. p.9), apresento-lhes o seu sumário, que se divide em três partes: **I) Morfossintaxe, II) Sintaxe Portuguesa e III) Apêndice:**

### **I) Morfossintaxe (15-26):**

Brevíssima introdução (15-21); Exercícios preliminares (21-25); Chave de respostas (25-26).

### **I) Sintaxe Portuguesa (29-153):**

**Estrutura da Oração (29-92):** Predicação Verbal (29-33); Sujeito, Predicado e Predicativo (33-46): *I – Tipos de Sujeito (33-43) II – Tipos de Predicado (43-44); III) Tipos de Predicativo (44-46); Objeto Direto &*

Objeto Indireto (46-49): *I – Regência de alguns verbos (49-56); II – Função sintática dos pronomes oblíquos como complementos verbais (57-58); III – Outras funções dos pronomes oblíquos (59-62); IV – Colocação dos pronomes átonos (62-66); V – Função sintática dos pronomes relativos (67-68); Função sintática dos pronomes interrogativos (68-69); VII – Outras particularidades no emprego de preposições (69-71); Agente da Passiva (71-72); Complemento Nominal & Adjunto Adnominal (72-75); Adjunto Adverbial (75-77); Aposto (& Vocativo) (78-80); Palavras Denotativas (80); Exercícios (81-89); Chave de respostas (89-92);*

**Estrutura do Período (93-151):** Coordenação & Subordinação (94); Orações Coordenadas (95-102); Exercícios (102-103); Chave de respostas (104); Orações Subordinadas (104-129): *I – Substantivas (104-110); Exercícios (110-112); Chave de respostas (112); Adjetivas (113-118); Exercícios (118-119); Chave de respostas (119); Adverbiais (119-127); Exercícios (127-128); Chave de respostas (129); Orações Reduzidas (130-139); Exercícios (139-141); Chave de respostas (141-142); Combinações de Estruturas Oracionais (142-145); Exercícios (145-149); Chave de respostas (149-151)*

### **Palavras Finais (152-153)**

### **III) Apêndice (157-181):**

Exame Nacional de Cursos (157-174); Chave de respostas (174); Índice Onomástico (175-176); Índice dos Comentários (177); Referências Bibliográficas (178-181)

Evanildo Bechara assim apresenta o livro do Claudio já na sua primeira edição, agora ampliada com as questões de sintaxe formuladas nos Provões de Letras, um índice onomástico e a chave de respostas a todos os exercícios e testes apresentados:

A chegada de um compêndio de sintaxe é sempre bem recebida, e, em se tratando do português, a alegria é ainda maior, pois que, dos idiomas românicos, o capítulo de sintaxe portuguesa é dos que mais precisam de avanços, tanto no plano puramente teórico, quanto no da descrição e levantamento dos fatos da língua.

O tratamento da matéria nesta Sintaxe está feito de maneira extremamente didática, pondo o leitor a par de usos e revelando diferenças de nomenclatura e de doutrina entre os autores consultados; todavia, o que mais aplaudo no livro é aproveitar cada noção de teoria gramatical para mostrar a sua presença e a sua repercussão no entendimento ou no uso das construções do idioma. Chega-se, desta maneira, à plena certeza de

que, no âmbito do aprendizado consciente e reflexivo da língua, a gramática é um meio, e não um fim.

Está, portanto, de parabéns o Prof. Claudio Cezar Henriques, por poder reunir, no presente compêndio, a sua competência de estudioso do idioma com a sua experiência de professor de sala de aula. (4ª capa).

Seria abuso da inteligência, apresentar nova análise crítica positiva deste trabalho, visto já vem estampada, com a síntese requerida por uma resenha técnica do livro, em sua primeira orelha:

Esta Sintaxe Portuguesa é um livro feito para estudiosos e estudantes de língua portuguesa. Para aqueles cuja sensibilidade pelo texto ultrapassa os limites das regras gramaticais e alcança os horizontes da lingüística e da literatura.

Após uma breve introdução sobre as classes gramaticais e as funções sintáticas, o livro se dedica integralmente à estrutura da oração e do período, inserindo as referências necessárias sobre regência, concordância e colocação nos pontos pertinentes de cada capítulo, o que permite ao leitor uma visão bem objetiva de cada tema focalizado, sempre complementado por exercícios variados.

Ao partir da descrição da sintaxe portuguesa e encarando-a em sua compatibilidade com os padrões prestigiados pela comunidade acadêmica, o Autor apresenta comentários didáticos e estilísticos sobre aspectos relevantes ou polêmicos, comprovando que a explicação dos fatos da língua e a discussão da teoria gramatical não precisam ter o cunho autoritário de que os defensores do coloquialismo tanto acusam as obras normativas de referência. Muito pelo contrário, é dominando as estruturas sintáticas de sua língua que o usuário estará capacitado a integrar-se de forma plena na sociedade em que vive.

Como deixa explícito o Autor no prefácio que faz em “À Guisa de Esclarecimento” (p. 12), o livro “É uma descrição da sintaxe portuguesa **para a** (e não **da**) linguagem culta contemporânea, com a expectativa de que a sutileza semântica na substituição da preposição corresponda às necessidades de seus leitores”.

## INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Lingüística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À  
**REVISTA PHILOLOGUS**  
A/C de José Pereira da Silva  
Rua Visconde de Niterói, 512/97  
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br), pelo telefone (0XX21) 2569-0276, ou através da home page [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br).